

JULIA BLOOMFIELD GAMA ZARDO

**COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL –
CONSERVATÓRIA (RJ), UM ESTUDO DE CASO**

**Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação em
Comunicação na Escola de Comunicação – ECO/ UFRJ,
como requisito para a obtenção do título de Mestre.**

**Orientador: Prof. Micael Herschmann
Área de Concentração: Mídia e Mediações Sócio-
Culturais**

Rio de Janeiro

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

ZARDO, Julia Bloomfield Gama.
Comunicação, cultura e desenvolvimento local – Conservatória
(RJ), um estudo de caso / Julia Bloomfield Gama Zardo;
orientação Prof. Dr. Micael Herschmann. Rio de Janeiro, 2006.
146 p.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Comunicação na Escola de Comunicação – ECO/ UFRJ

1. Comunicação. 2. Cultura. 3. Desenvolvimento Local. 4.
Arranjos Produtivos Locais. 5. Conservatória

FOLHA DE APROVAÇÃO

Julia Bloomfield Gama Zardo

**COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL –
CONSERVATÓRIA (RJ), UM ESTUDO DE CASO**

Rio de Janeiro, 2006

Banca Examinadora:

Nome: Prof^a. Maria Alice Lahorgue

Assinatura:

Instituição:

Nome: Prof^o. Micael Herschmann

Assinatura:

Instituição:

Nome: Prof^o. Mohammed Elhajj

Assinatura:

Instituição:

AGRADECIMENTOS

Esta primeira página dedica este trabalho a todas as pessoas que me motivaram, orientaram, ouviram, concordaram, discordaram, discutiram e colaboraram ao longo desta empreitada. O trabalho cooperativo, a motivação, a participação, a negociação e o empoderamento foram experimentados de maneira literalmente prática durante este período.

Ao meu orientador, Micael Herschmann, agradeço pelo incansável incentivo e “puxões de orelha”, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade. Agradeço, principalmente, pela confiança depositada desde minhas expectativas de trabalho até a conclusão desta dissertação.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço toda a colaboração que me prestaram, desde a aceitação e compreensão das minhas ausências, físicas e psicológicas, até o efetivo apoio e auxílio no trabalho, sobretudo nos últimos tempos. Agradeço especialmente à Fabiana, Luiza, Tatiane e Tereza pela ajuda bibliográfica e à Adriana e Fábio pelas colaborações nas discussões, conceituações, revisões e todos outros inúmeros “ões”. Agradeço ainda à Lygia, Laufer e, meu Diretor, Aranha, pelo apoio e depósito, de até mais confiança do que eu, na conclusão deste trabalho.

À população de Conservatória, agradeço a acolhida e a preservação de um lugar tão especial quanto aquele. Agradeço também Luiz Carlos Prestes Filho pelo estímulo constante ao trabalho neste local.

Agradeço à Sandra Korman, professora, colega de trabalho e amiga, que, desde o início, foi a principal incentivadora da realização desta pós-graduação.

Agradeço também profundamente aos meus pais, irmão, namorado e amigos por diversas palavras e atitudes de carinho, paciência e incentivo que têm me dado, tanto neste período como em toda minha vida profissional.

Gostaria enfim, de deixar meus sinceros agradecimentos a todas estas pessoas e outras que de forma indireta também me apoiaram durante este período.

RESUMO

Este trabalho analisa a relação que se configura atualmente entre Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Local. Seu objetivo é estudar dois lados de uma mesma questão: como a Comunicação e a Cultura podem ser fatores fundamentais para o Desenvolvimento Local e o Trabalho Cooperativo de uma comunidade; e como o Desenvolvimento Local e a Cooperação podem ser importantes para os profissionais da Comunicação abrindo novos campos de trabalho e servindo como base para formulação de políticas públicas nesta área. Utilizamos como estudo de caso o distrito de Conservatória, Estado do Rio de Janeiro, que é um local de grande identidade cultural e possui uma intervenção de Desenvolvimento Local ocorrendo. São expostos conceitos sobre Comunicação, Cultura, Desenvolvimento Local, Cooperação e Empoderamento e tecida uma relação entre eles. As conclusões apontam para o fato de que se propor a gerar um modelo para a aplicação da Cultura e da Comunicação no Desenvolvimento Local é difícil, porém fundamental visto que iniciativa pública, privada e sociedade civil saem ganhando deste processo.

Palavras-chave:

Comunicação, Cultura, Desenvolvimento Local, Cooperação, Empoderamento, Arranjos Produtivos Locais, Políticas de Desenvolvimento, Desenvolvimento Local em Conservatória.

ABSTRACT

This work analyses the contemporary relationship established between Communication, Culture and Local Development. Its main objective is to study both sides of the same issue: how Communication and Culture might be fundamental factors for Local Development and Cooperative Work within a community; and how Local Development and general cooperation might be relevant for communications professionals, by broadening their fields of work and serving as a basis for planning public development politics in this field. As a case study, we have utilized the District of Conservatória, in the State of Rio de Janeiro, Brazil. This town is a place of strong cultural identity, and currently presents a Local Development Intervention Plan in course. Throughout this work, several concepts such as Communication, Culture, Local Development, Cooperative work and Empowerment will be examined, and there will be an attempt to weave a web of relation amongst them. Conclusions point out to the fact that generating a model for application of Culture and Communication in Local Development Plans is a somewhat difficult, but, nevertheless, extremely advantageous task for the government and civil society as a whole.

Key-Words:

Communication, Culture, Local Development, Cooperative Work, Cooperation, Empowerment, Development Politics, Local Productive Arrangements, Local Development in Conservatoria.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	09
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESE	10
1.3 OBJETIVOS	11
1.4 JUSTIFICATIVA	13
1.5 METODOLOGIA	14
2. A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O CAMPO DA COMUNICAÇÃO	17
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUBSIDIADO PELA COMUNICAÇÃO E CULTURA COMO FATORES FUNDAMENTAIS PARA A INTEGRAÇÃO COM O TERRITÓRIO	17
2.1.1 Centralidade da comunicação para as atividades produtivas	17
2.1.2 Conceituando Desenvolvimento Local	26
2.1.3 Distritos Industriais e APL's	39
2.1.4 Fatores de sucesso e fracasso para o Desenvolvimento Local	46
2.2 COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	47
2.2.1 Contextualização	47
2.2.2 Cooperação e Desenvolvimento Local	51
2.2.3 Fatores Críticos de Sucesso	56
2.3 EMPODERAMENTO	58
2.3.1 A questão da participação	58
2.3.2 Política e participação	59
2.3.3 Participação através do empoderamento	62
3. COMUNICAÇÃO E CULTURA	65
3.1 COMUNICAÇÃO	65
3.1.1 O Lugar da Comunicação no Desenvolvimento Local	66
3.1.2 Novas Tecnologias da Informação e Comunicação	70
3.1.3 Negociação na Comunicação	73
3.1.4 Espaço da Comunicação	76
3.2 CULTURA	78
3.2.1 Cultura e Identidade	78
3.2.2 Cultura no Desenvolvimento Local	82
3.2.3 Aplicações da Cultura no Desenvolvimento Local	85
3.2.4 Cultura como Recurso	88
3.2.5 O Mercado Cultural	90
3.2.6 A Prática da Cultura	93
4. CONSERVATÓRIA, UM ESTUDO DE CASO	95
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	95
4.1.1 O Desenvolvimento Econômico de Conservatória	97

4.2 POR QUE TRATAR CONSERVATÓRIA COMO UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL	100
4.2.1 Origem e Desenvolvimento do APL de Conservatória	102
4.3 ANÁLISE DOS DADOS	107
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
7. ANEXOS	128
7.1 CARA BRASILEIRA	128
7.2 RELATÓRIO REDESIST	130

1. INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que pretende analisar a relação que se configura atualmente entre Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Local. A expansão das atividades de Comunicação a outros campos de conhecimento e a percepção clara de que esta não deve mais ser compreendida como super-estrutural, mas infra-estrutural, ou seja, fundamental para as atividades produtivas, hoje permeia tanto o espaço acadêmico como o empresarial.

Na dissertação, as discussões se aproximarão bastante de questões relacionadas à Comunicação, Cultura e Economia, com destaque para a aplicação destas no Desenvolvimento Local, no trabalho cooperativo e no empoderamento de comunidades. Nossa preocupação com isto é aproximar estes campos com o objetivo de subsidiar iniciativas que percebam e respeitem a sinergia entre estas áreas.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Desenvolvimento Local e trabalho cooperativo são considerados hoje conceitos e atitudes fundamentais para os Desenvolvimentos “saudável” e sustentável social, econômico, político e cultural da sociedade em que vivemos.

Esta preocupação atualmente não está restrita a um ou outro setor de atividade. A iniciativa privada – Grandes, médias e pequenas empresas com seu capital aberto ou fechado –, a iniciativa pública – além das instâncias de governo, diversos órgãos que buscam apoiar e promover o Desenvolvimento –, os centros geradores de conhecimento – como universidades e centros de pesquisa – e o terceiro setor – a sociedade civil organizada – perceberam que, para a manutenção de um crescimento sustentável do “bem-estar” da sociedade, estar atento ao Desenvolvimento Local e ao trabalho cooperativo é um dos caminhos a seguir.

Fui mobilizada para tratar sobre este assunto porque me graduei e trabalho em uma Universidade que, além de formar alunos, investe em pesquisa e na aplicação de seus conhecimentos na solução de questões sociais práticas através de diversas ferramentas e, principalmente, ferramentas ligadas ao empreendedorismo. Durante minha tomada de

conhecimento sobre estes assuntos e a execução de atividades nesta área sempre me deparei com dois questionamentos:

- Trabalhos de Desenvolvimento Local que não conseguiam ser completamente efetivos e sustentáveis;
- Falta do lugar do profissional da Comunicação nas atividades de Desenvolvimento social e econômico com as quais me deparava.

Diversas respostas estão começando a ser desenhadas por profissionais de áreas humanas, exatas e “inexatas”. Devido à minha formação, as respostas mais coerentes sempre me pareceram àquelas ligadas ao comportamento, como a falta de negociação, de confiança, continuidade, informação e Comunicação. A história de colonização do país, o individualismo tão presente hoje e a tentativa de adotar modelos exógenos para o Desenvolvimento pareciam questões que precisavam ser observadas para se chegar a algum resultado efetivo.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESE

A proposta é o estudo da Comunicação com foco na Cultura regional como norteadora do resgate cultural e social de uma comunidade específica e potencializadora da atividade econômica vocacional da região.

Para a produção teórica neste contexto de Desenvolvimento socioeconômico, geralmente são utilizadas as ferramentas e teorias da engenharia, economia e administração que trabalham orientadas para conceitos mais economicistas. Porém, a motivação central deste estudo é entender o Desenvolvimento Local baseado nas relações sociais, valores, Comunicação e Cultura de uma comunidade e demonstrar que não se consegue fomentar o Desenvolvimento econômico de uma região se não tratarmos prioritariamente de seu Desenvolvimento social.

Tendo como base o artigo de Herschmann e Messeder (2002)¹, no qual o estudo de modo integrado de várias áreas ou disciplinas é apontado como fundamental para “as dinâmicas socioculturais” e para “os processos produtivos”, a proposta é utilizar, além das ferramentas

¹ HERSCHMANN, Micael e MESSEDER, Carlos Alberto. **Comunicação e novas estratégias organizacionais na era da informação e do conhecimento**. Salvador, 2002. disponível em <http://www.intercom.org.br>. Acessado em 15 set. 2005

usuais, o olhar da Comunicação para promover e facilitar esse esperado Desenvolvimento Local.

A teoria da Comunicação interfere diretamente neste contexto a partir do momento em que trabalha no registro sociológico e cultural dessa questão, onde muitas vezes o sujeito se vê preso num grande solipsismo que concorre para a perda de qualquer possibilidade de alteridade ou subjetivação, dificultando seu processo de produção de sentido “fundamental para a compreensão tanto das dinâmicas internas das organizações quanto das dinâmicas que garantem suas relações com os diferentes ambientes culturais com os quais qualquer organização se articula.” (HERSCHMANN; MESSEDER, 2002)² A Comunicação aplicada aqui também se coloca de forma fundamental como possibilidade de mediação no espaço social.

A dissertação propiciará, em última análise, a consciência de que usar a Comunicação e a Cultura para trabalhar como mediadores sociais visando à emergência de múltiplos discursos e valores culturais é fundamental. Pois, sem a presença da mediação, a subjetividade pós-moderna se restringe aos processos de seriação e repetição.

O caso estudado para validação da teoria desenvolvida será Conservatória, um distrito de Valença, cidade do estado do Rio de Janeiro, que é conhecido como Cidade da Seresta. O estudo de caso objetiva perceber suas relações sociais e as possibilidades de mediação da Comunicação e Cultura para motivação e promoção do Desenvolvimento sócio-cultural-econômico da região.

Para tanto, a hipótese apresentada e defendida neste trabalho é a de que a utilização da Comunicação e da Cultura são fatores determinantes para o Desenvolvimento Local eficiente e o trabalho cooperativo contínuo em uma comunidade.

1.3 OBJETIVOS

O trabalho proposto tem como objetivo geral estudar dois lados de uma mesma questão: como a Comunicação e a Cultura podem ser fatores fundamentais para o Desenvolvimento Local e

² Ibidem

o trabalho cooperativo de uma comunidade; e como o Desenvolvimento Local e a cooperação podem ser importantes para os profissionais da Comunicação abrindo novos campos de trabalho e servindo como base para formulação de políticas públicas nesta área.

Como objetivos específicos pretendemos:

- i. caracterizar o que está sendo chamado de Desenvolvimento Local, cooperação e empoderamento;
- ii. chamar atenção para o lugar dos comunicólogos nas atividades de Desenvolvimento Local;
- iii. criticar os trabalhos realizados hoje nas atividades de Desenvolvimento Local que não atentam para as ferramentas da Comunicação;
- iv. pesquisar os processos comunicacionais existentes hoje em comunidades;
- v. explicitar a possibilidade de utilização das identidades culturais enquanto “valores” potencializadores de atividades econômicas;
- vi. analisar como se aplicam estas questões no caso de Conservatória;
- vii. recomendar ferramentas que utilizem a Comunicação e a Cultura para o Desenvolvimento Local ou motivações indutoras para isso;
- viii. e, finalmente, apoiar, orientar e facilitar o Desenvolvimento social, cultural e econômico de localidades específicas.

A Comunicação foi a perspectiva escolhida para nortear a análise do tema – em detrimento de teorias da engenharia, economia e administração, áreas a que se recorre hoje com maior frequência quando nos referimos a Desenvolvimento Local – com o objetivo de entender a lógica das relações inter-pessoais, seus valores, os fluxos comunicacionais e a Cultura destas comunidades como aspectos muito mais relevantes a qualquer tipo de Desenvolvimento do que as ferramentas utilizadas pelas áreas exatas baseadas em situações ótimas que tornam-se irrealis quando o elemento humano é uma das variáveis tratadas.

O estudo sobre o Desenvolvimento Local também objetiva trabalhar com referências da Cultura e da Comunicação como determinantes nos processos produtivos envolvidos. Esta questão pretende provocar o debate sobre a geração de negócios a partir da agregação dos

valores da diversidade natural e cultural locais, colocadas como diferencial aos produtos e serviços da atividade econômica regional.

Para validação do projeto utilizaremos como caso o Distrito de Conservatória – que tem como principal fator de Desenvolvimento daquela região, sua principal atividade econômica e forma de organização cultural a música.

1.4 JUSTIFICATIVA

Como parte de uma estratégia mais ampla de explicitar, resgatar e re-significar as identidades culturais enquanto “valores” potencializadores até de atividades econômicas, este projeto é um primeiro, e necessário passo, no sentido de identificar como os fluxos de Comunicação, a Cultura, os valores e as relações sociais em uma comunidade interferem em seu Desenvolvimento.

“A capacidade de compreender os eventos do dia-a-dia como uma prática intersubjetiva e socialmente relevante, base da produção e reprodução de processos sociais³” (SPINK, 1993), e, além disso, dos processos produtivos, é um dos desafios propostos neste trabalho. Como não há precedentes divulgados de estudos com este objetivo, faz-se necessária a crítica aos trabalhos desenvolvidos hoje e à análise de ferramentas possivelmente empregadas da Comunicação.

Atualmente, as pessoas não são levadas em conta nos processos de mudança. A sensibilização dos atores de uma comunidade, às vezes é deixada de lado em detrimento de preocupações unicamente econômicas. Trabalharemos ao longo do Desenvolvimento da proposta apresentada o questionamento de crenças, de paradigmas, que devem ser levados em conta quando reconhecemos que a administração de conflitos e resistências pessoais e grupais e o aprimoramento do relacionamento inter-pessoal, da argumentação, da persuasão e da negociação são os valores mais importantes dentro de qualquer processo de mudança promovido tanto exógena quanto endogenamente.

³ SPINK, M.J.P. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

O estudo do funcionamento de diferentes modos associativos, organizados ou não, de sua identidade cultural e modos de expressão (ou seja, de sua Comunicação/informação), bem como de suas formas de mobilização/desmobilização e participação (explícitas ou implícitas, eficazes ou não, em nível individual ou grupal) pode ainda contribuir para estimular a reflexão e a busca de novos caminhos e metodologias de aplicação para aqueles que trabalham com informação, Comunicação e Cultura.

O projeto de estudo proposto aqui é inovador e, por isso, seu principal obstáculo é a adaptação das metodologias de estudo hoje utilizadas no contexto do Desenvolvimento Local para a orientação com maior ênfase à análise de relações sociais e culturais dentro de comunidades.

1.5 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo se pautou na busca de referências bibliográficas sobre Desenvolvimento Local, Arranjos Produtivos Locais, Distritos Industriais, cooperação, empoderamento, Comunicação organizacional, interação, negociação, Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, confiança, políticas públicas e Cultura; tendo sido utilizado o material disponibilizado durante a pós-graduação, a pesquisa de campo e pesquisas em geral.

Em seguida, foi realizada uma seleção sobre que temas e atores seriam analisados para o estudo de caso. Para realização desta etapa foram feitas visitas ao Distrito de Conservatória e entrevistas com alguns de seus atores. Foram eleitos canais formais e informais para a obtenção de dados sobre Conservatória. A pesquisa foi aplicada e exploratória, visando proporcionar maior familiaridade com o local com vistas a possibilitar a análise do ambiente. O trabalho utilizou pesquisa bibliográfica e estudo de caso envolvendo levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com as questões pesquisadas; e análise de exemplos e situações.

Além disso, foram utilizadas pesquisas realizadas em parceria com outras instituições⁴ que compreenderam durante sua fase de campo entrevistas e aplicações de questionários. Todos estes dados foram tabulados por estas instituições parceiras e analisados neste trabalho.

Também é importante introduzir nossa posição ambígua em relação à análise do caso de Conservatória. Conservatória se configura como um espaço não só de estudo, mas também de aplicação de todas estas questões que relacionam Desenvolvimento Local, Cultura e Comunicação no âmbito profissional da autora deste trabalho. É claro que um distanciamento crítico e um olhar analítico bem mais rígido então foram necessários.

Ao longo da dissertação então serão utilizadas bibliografias de diversas áreas de conhecimento além da Comunicação. Isto porque, como já colocado anteriormente, ainda é pouca a interação da teoria da Comunicação com o assunto tratado aqui. O primeiro capítulo buscará localizar e caracterizar o que tomamos por Desenvolvimento Local, além de analisar sua interação com outros conceitos como cooperação e empoderamento e trazer exemplos, aplicações e fatores dificultadores atuais.

O segundo capítulo pretende dar conta de provar porque então a Comunicação e a Cultura devem perceber o Desenvolvimento Local – DL – como uma oportunidade. Neste capítulo foram analisadas basicamente as teorias sobre Comunicação organizacional, interação, negociação e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação⁵, além das relacionadas à Cultura como a importância da identidade para o DL. Todas as análises são focadas em como e porque a Cultura e a Comunicação devem ser tratadas como fundamentais em qualquer processo de DL.

O terceiro capítulo apresenta o estudo do caso de Conservatória. Primeiramente colocamos uma contextualização e a argumentação sobre porque Conservatória é hoje considerada um Arranjo Produtivo Local. Posteriormente, analisamos com base no capítulo anterior o que

⁴ Os relatórios destas instituições estão referenciados no capítulo que trata sobre o estudo de caso de Conservatória.

⁵ “Entre as tecnologias da informação, incluo, como todos, o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica.” CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. Tradução Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 49.

Conservatória utiliza hoje de ferramentas da Comunicação e Cultura e o que falta para seu processo de Desenvolvimento Econômico se dar de maneira mais eficiente. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a análise de entrevistas semi-estruturadas, questionários e relatórios com base nas pesquisas realizadas por instituições parceiras no processo de Desenvolvimento Local do Distrito.

No último capítulo, tecemos as considerações finais e indicações sobre nosso posicionamento em relação à situação atual do uso da Comunicação e da Cultura no DL, sugerindo, em escala macro, questões a serem respeitadas em um processo de Desenvolvimento Local.

2. A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O CAMPO DA COMUNICAÇÃO

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUBSIDIADO PELA COMUNICAÇÃO E CULTURA COMO FATORES FUNDAMENTAIS PARA A INTEGRAÇÃO COM O TERRITÓRIO

2.1.1 Centralidade da Comunicação para as atividades produtivas

Frente a rápidas mudanças tanto em âmbito econômico – com incremento dos fluxos de comércio e investimentos – quanto político – com a formação de blocos “transnacionais” – e comunicacional – com o advento das novas tecnologias de informação e Comunicação – a revisão do que a Comunicação Organizacional tem tratado atualmente deve ser feita. Temos assistido à fragilização das fronteiras entre a organização e os territórios, ou seja, a uma reconfiguração dos circuitos de produção e consumo (cada vez mais em rede) que coloca o Desenvolvimento Local Sustentável como um tópico de vital importância hoje e que certamente deve ser contemplado pelos pesquisadores do campo da Comunicação. Como coloca Nadya Guimarães, “essas mudanças redefiniram o modo de vida dos cidadãos e o modo de operar das instituições”⁶; e por isso a sugestão deste trabalho em pensar o papel da Comunicação e da Cultura no Desenvolvimento Local.

Para localizar nossos objetos de análise, apresentar o contexto atual do Desenvolvimento Local no Brasil e sua importância para a Comunicação, a colocação de alguns conceitos torna-se fundamental. Estes conceitos não serão discutidos ou questionados aqui. O objetivo em referenciá-los é apresentar um panorama das questões em pauta nos círculos acadêmicos, intelectuais e empresariais que foram contemporâneos e, de certa forma, influenciaram as análises e críticas realizadas durante o estudo.

⁶ GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (orgs.). **Competitividade e Desenvolvimento**: Atores e instituições locais. São Paulo, Editora Senac, 2001. p. 3

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. (CASTELLS, 2000)⁷. Esta colocação de Castells, sociólogo espanhol, e pensador de nossa época, apresenta o primeiro conceito e é um dos retratos das atuais transformações da sociedade que impactam diretamente os temas abordados neste trabalho.

Antonella Corsani⁸ conceitua estas mudanças que possibilitam transformações nas organizações sociais como NTIC – Novas tecnologias de informação e Comunicação – e coloca que, como tecnologias relacionais, as NTIC são assistentes desta cooperação horizontal, que se amplia graças à multiplicação e à interconexão das redes virtuais que permitem; conceitos que também serão apresentados ao longo do trabalho. (CORSANI, 2003)

Uma teoria um tanto quanto otimista e “integrada” em relação a este assunto também não pode deixar de ser citada na contextualização desta revolução; a qual Pierre Lévy chama de cibercultura⁹. Lévy (1999, p.11) trabalha com o conceito de ciberespaço¹⁰ como uma rede e considera seu crescimento como consequência de um “movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de Comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem.”¹¹

Uma das hipóteses de Lévy (1999 p.15) é de que “a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas culturais que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer.”¹² Inclusive, Lévy considera a

⁷ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.p21

⁸ Autora do capítulo “Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo” no livro “Capitalismo Cognitivo – Trabalho, Redes e Inovação”. CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo. **Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.23

⁹ Especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 17

¹⁰ É o novo meio de Comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da Comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. *Ibidem*, p. 17.

¹¹ *Ibidem*, p.11

¹² *Ibidem*, p.15

metáfora, muito utilizada, do impacto da tecnologia como inadequada; pois coloca que a sociedade pode até ser condicionada, mas nunca determinada (de forma passiva) por suas técnicas. Por isso a sociedade, em sua percepção, teria uma atitude ativa em relação à tecnologia e não seria “atingida” surpreendentemente por ela.

Para este estudo, a questão do Desenvolvimento territorial e das tecnologias de rede, aprofundando as relações entre NTIC e a nova natureza do trabalho, serão bastante trabalhadas, pois, como Pascal Jollivet¹³, defendemos que estas NTIC são fator necessário e fundamental para o trabalho cooperativo discutido aqui.

Além desta revolução baseada na tecnologia, a globalização destaca-se como segundo conceito fundamental para tratarmos de Comunicação e Cultura no Desenvolvimento Local. Toda base produtiva local tem sido hoje repensada e reposicionada de acordo com as “imposições” da globalização:

O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital. (CASTELLS, 2000)¹⁴

Porém, trataremos da globalização aqui não no que diz respeito à área política e econômica, ao acirramento da competição capitalista e às novas relações de poder no mundo; nosso foco está nos recursos intangíveis da globalização – conhecimento, informação, competências,

¹³ JOLLIVET, Pascal. NTIC e trabalho cooperativo reticular: do conhecimento socialmente incorporado à inovação sociotécnica. In : Galvão, Alexandre Patez; Cocco, Giuseppe; Silva, Gerardo. **Capitalismo Cognitivo – Trabalho, Redes e Inovação**. Cidade. Dp&a, 2003. P. 84.

¹⁴ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2).

capacidade de aprendizado, de inovação e de cooperação¹⁵ – nos fluxos de pessoas e informação, na influência nas relações sociais.

Concordando com Negri e Hardt (2001. p.13) afirmamos que “a globalização, é claro, não é uma coisa única, e os múltiplos processos que chamamos de globalização não são unificados nem unívocos.”¹⁶ Hoje nas discussões teóricas já tratamos da Globalização como fato dado, irremediável, mesmo com implicações positivas ou negativas; porém ela já não possui mais aquela conotação de “mão invisível”, de algo que impacta a sociedade de forma inesperada e não se sabe como deve ser tratada.

As avaliações e encaminhamentos de conseqüências da globalização hoje já têm sido tratadas de forma mais branda e madura. Porém, as mudanças no *status quo* trazidas por ela devem ser levadas em conta em toda e qualquer análise, crítica e recomendação de nossa época.

Devemos sempre tentar desmistificar a globalização como única responsável por todas as mudanças em andamento atualmente:

O paradigma da globalização, do "todo global", é um paradigma muito insuficiente para explicar todas as mudanças de curso. Por um lado, permanecem outros sujeitos distintos aos organismos e empresas globais, tais como os organismos supranacionais, os Estados-nação, as culturas e os sujeitos sociais com suas ideologias e estratégias. Por outro lado, está a transversalidade das dinâmicas a qual convidam os Desenvolvimentos tecnológicos, econômicos e as interações gerais e particulares, e que não permitem diagnósticos unívocos independentes da gestão do sujeito. De fato, algumas tendências específicas (à diversidade cultural, às economias regionais...) funcionam, além disso, como contratendências relativamente compensatórias da globalização. Ou seja, muitas das mudanças no lugar social e econômico dos territórios não se derivam da mundialização ou da digitalização, mas sim apesar delas, e por impulso do desejo humano de gerir o que está próximo, sua convivência, sua identidade e seu bem-estar.¹⁷ (RAMÓN, 2003)

¹⁵ Maciel, Maria Lúcia e Albagli, Sarita, em Capital social e empreendedorismo local. (2002)

¹⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 13

¹⁷ El paradigma de la globalización, del “todo global”, es un paradigma muy insuficiente para explicar todos los cambios en curso. Por un lado, permanecen otros sujetos distintos a los organismos y empresas globales, tales como los organismos supranacionales, los Estados nación, las culturas y los sujetos sociales con sus ideologías y estrategias. Por otro lado, está la transversalidad de las dinámicas a la que invitan los desarrollos tecnológicos, económicos y las interacciones generales y particulares, y que no permiten diagnósticos unívocos independientes de la gestión de los sujetos.. De hecho, algunas tendencias específicas (a la diversidad cultural, a las economías regionales...) ejercen, además, como contratendencias relativamente compensatorias de la globalización. Es decir, muchos de los cambios en el lugar social y económico de los territorios no se derivan de la mundialización o de la digitalización, sino a pesar de ellas, y por impulso del deseo humano de gestionar lo cercano, su convivencia, su identidad y su bienestar. Zallo, Ramón. **Nuevas políticas para la diversidad: las culturas**

Com os efeitos da globalização nas relações comerciais e o impacto da revolução tecnológica nas relações sociais e profissionais, o trabalho também foi um dos fatores do mundo produtivo mais afetados. Por isso, o terceiro conceito que deve ser levado em conta é o que faz referência ao trabalho imaterial. Na análise de Negri e Hardt (2001, p. 13):

A construção dos caminhos e limites destes novos fluxos globais tem sido acompanhada por uma transformação dos próprios processos produtivos dominantes, com o resultado de que o papel da mão-de-obra industrial foi restringido, e em seu lugar ganhou prioridade a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial. Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro.¹⁸

Entre os diversos elementos de produção hoje ativos, a figura da força de trabalho imaterial (envolvida em Comunicação, cooperação, dedicação e reprodução de cuidados) ocupa posição cada vez mais central. (NEGRI; HARDT, 2001)¹⁹

Negri ainda desenvolve três aspectos que considera serem primários do trabalho imaterial na economia contemporânea: o trabalho comunicativo de produção industrial que recentemente se tornou ligado a redes de informação, o trabalho interativo de análise simbólica e resolução de problemas, e o trabalho de produção e manipulação de afetos. (NEGRI; HARDT, 2001)²⁰ Com certeza estas mudanças nas relações de trabalho devem ser levadas em consideração em qualquer proposição relativa a Desenvolvimento econômico ou social de uma região.

Cocco (2000, p.104) complementa esta conceituação colocando que “se a sociedade inteira participa da produção de riqueza e se é cada vez menos possível distinguir as fases de produção das de consumo, o tempo de trabalho do tempo de vida, necessitamos então de conceitos novos, que não fiquem presos ao tradicional dualismo que separa trabalho

territoriales en riesgo por la globalización. Pensar Iberoamérica, n.4, jun. 2003. disponível em :<
<http://www.campus-oei.org>> Acessado 22 fev. 2006.

¹⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 13

¹⁹ Ibidem. 2001. p.72

²⁰ Ibidem. 2001. p.49

intelectual e trabalho manual (...)”²¹. Diante deste novo quadro que se afirma, o estudo da presença da Comunicação nas relações produtivas torna-se fundamental. O deslocamento paradigmático entre as épocas do fordismo e do taylorismo e a época do pós-fordismo enfatiza que a produtividade – que não pode ser mais medida como antes – depende da integração de fluxos comunicacionais. (COCOO, 2000)²². Cocco (2000, p.106) ainda coloca que “o produto-serviço (...) transforma-se, portanto, numa construção social de interação entre a subjetividade do uso e as possibilidades da infra-estrutura”²³ ; e traz uma citação de Lazzarato (1997) na qual afirma que o trabalhador do imaterial caracteriza-se pela contínua inovação das condições de Comunicação e, portanto, das dinâmicas produtivas.

Em se tratando do foco deste trabalho nas atividades de Comunicação e Cultura – e conseqüentemente, nas relações sociais e nos valores de uma comunidade – influenciando a produção e o Desenvolvimento econômico de uma localidade, os questionamentos sobre como esta população vai conviver e responder às transformações a que estão sendo submetidas é um de nossos objetos de análise.

A dimensão imediatamente social da exploração do trabalho imaterial ativo mergulha o trabalho em todos os elementos de relação que definem o social mas também, ao mesmo tempo, ativa os elementos críticos que desenvolvem o potencial de insubordinação e revolta mediante o conjunto completo de práticas trabalhistas. Depois de uma nova teoria de valor, portanto, precisa ser formulada uma nova teoria da subjetividade que opere, basicamente, através do conhecimento, da Comunicação e da linguagem. (NEGRI; HARDT, 2001)²⁴

Em resposta a este “conjunto completo de práticas trabalhistas” contra que têm se revoltado os “trabalhadores do conhecimento”, algumas alternativas já estão sendo desenhadas ou relidas. Em uma época de relativa democracia no que diz respeito aos direitos intelectuais e de informação em abundância, o trabalhador tende a não mais estar submetido às relações de poder tradicionais como antes. A Cultura e a Comunicação podem, neste contexto, tornarem-se ferramentas para outras formas de organização social como as redes, nosso quarto conceito apresentado:

[...] como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica

²¹ COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.104

²² Ibidem p.91

²³ Ibidem p.106

²⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001 p.48

de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e Cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social.

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de Comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para flexibilidade e adaptabilidade; para uma Cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo. (CARTELLS, 2000)²⁵

Giuseppe Cocco coloca que novas formas de cooperação criativa e produtiva se afirmam neste ambiente de redes, ou seja, como afirma Lévy (apud COCCO, 2003, p.100) “quanto mais você aumenta a parte de trabalho de caráter criativo (...) mais você precisa de um meio social complexo, rico, produtor de encontros de caráter aleatório e que exige um contato direto entre os indivíduos.”²⁶ Neste contexto, as redes vêm realmente se mostrando como um dos mecanismos em torno do qual comunidades têm se organizado para conviver, trocar – informações, mercadorias e impressões – e produzir.

Na linha da cooperação e da organização alternativa social, nosso quinto conceito apresentado diz respeito a uma das poucas intercessões com o mundo econômico e empresarial que é tratada no campo da Comunicação: a Comunicação organizacional. Em seu texto “As Organizações no Sistema Social Global”, Margarida Kunsch²⁷ afirma que hoje a chamada Sociedade do Conhecimento, ou da Informação, transformou-se, (acrescentaríamos “principalmente”) nos países desenvolvidos, em Sociedade das Organizações. Kunsch (1986, p.24) coloca que as origens e a evolução das organizações se fundamentam na natureza humana: “O homem, como ser social, necessita do seu semelhante para satisfazer suas

²⁵ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 565-566

²⁶ COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Orgs.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.100

²⁷ Professora-doutora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, assessora de Comunicação da Coordenadoria de Comunicação Social da USP e autora de "Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na Comunicação organizacional", entre outros.

necessidades e completar-se, o que só é possível mediante uma interação de pessoas que buscam alcançar resultados pela conjugação de esforços.”²⁸

A autora também coloca que pelas organizações estarem sempre buscando se adaptar e reformatando constantemente suas estruturas funcionais e estratégias de ação, “a criação de uma nova arquitetura organizacional visa exatamente criar mecanismos que integrem forças humanas, materiais e financeiras na busca de soluções negociais e vantagens competitivas, para vencer num mundo complexo e de mercados difíceis” (KUNSCH, 1986)²⁹; e para isso pensar sobre a Comunicação e a Cultura organizacional é muito importante. Para harmonizar-se com os sujeitos que trabalham ou convivem em uma organização “sete cês” relacionados às estruturas sociais, e não a estruturas econômicas (como aumento de salário, ganhos ou benefícios) como era de se esperar, são colocados como determinantes: confiança, comprometimento, co-criação, conexão, Comunicação, celebração e clima bom³⁰.

Porém, mesmo adotando estas novas formas de organização social, paradoxalmente o individualismo, nosso sexto e último conceito apresentado, continua crescente nas relações sociais. André Gorz (2004, p.12), por exemplo, critica o sempre presente posicionamento econômico e individual em vez de uma atitude coletiva: “A solução coletiva de problemas coletivos, a satisfação coletiva de necessidades coletivas são assim desprezadas e os laços de solidariedade rompidos por uma individualização metodológica que reforça a dominação do aparelho de Estado sobre cidadãos transformados em ‘clientes’”.³¹ Zygmunt Bauman (2004), ainda nesta mesma linha, teorizou em seu livro “Amor Líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos” sobre a “fúria individualização” com que sofrem os relacionamentos pessoais e familiares da atualidade.

Contextualizando historicamente esta característica de nossa época, emprestamos um trecho de Maffesoli (2002, p. 47) em “Mediações Simbólicas: a imagem como vínculo social”:

²⁸ KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e educação**: caminhos cruzados. São Paulo: Edições Loyola: AEC, 1986. p.24

²⁹ Ibidem. 1986. 64-65

³⁰ Estudo realizado pela CTI – Corporate Transitions International (Organizational Architecture) (Araújo 2001 pg – 174-176)

³¹ GORZ, André. **Misérias do Presente, Riqueza do Possível**. São Paulo: Annablume, 2004. p.12

Numerosos são os trabalhos de filósofos, historiadores, antropólogos, a exemplo de Louis Dumont, que mostravam como a pós-medievalidade nasceu com a invenção do indivíduo. O livre-arbítrio introduzido pela Reforma, Descartes e o seu cogito, o sujeito autônomo das Luzes, eis, ao lado de muitas outras, as grandes etapas que fizeram do indivíduo o mestre e o possessor de si mesmo e da natureza. A forma emblemática de Corneille, em cinna, resume com perfeição tal filosofia: “Eu sou mestre de mim, assim como do universo...” Resumo, em poucas palavras, da dialética entre a economia de si e a economia do mundo, graças à qual a modernidade conheceria o seu Desenvolvimento espetacular. Tanto quantos os deuses o haviam sido para as épocas anteriores, o Indivíduo torna-se o axis mundi, em torno do qual tudo vai e pode articular-se.³²

A herança deste sentimento que antes era centrado no nacionalismo vem, como coloca Michel Maffesoli, já do século XIX, mais precisamente de 1848, da Europa.

As diversas particularidades regionalistas, as especificidades locais, os múltiplos dialetos, os usos e costumes, os modos de vida e mesmo as instâncias de administração ou de governo provinciais são, pouco a pouco, esvaziados, suprimidos, em prol dos estados nacionais e dos seus organismos representativos. Tudo isso em nome dos valores universalistas e da organização racional da sociedade. Conforme a expressão de H. Arendt, o bem comum tende a uniformizar-se em referência a um ‘ideal democrático’, negando os múltiplos enraizamentos locais que caracterizaram a Idade Média e os seus feudos. (MAFFESOLI, 2002)³³

O autor ainda sugere que o mesmo vale para instituições sociais. Afirma que o estar-junto tornou-se “singularmente mecanizado, perfeitamente previsível e essencialmente racionalizado”, e por isso afastou o cuidado de gerir o bem comum e o vínculo coletivo. Maffesoli retoma Durkheim (apud MAFFESOLI, 2002, p.46) e toca em um assunto pertinente ainda nos dias de hoje: o deslizamento da “solidariedade orgânica” para a “solidariedade mecânica”³⁴.

Para Stuart Hall (2003, p. 28) “a emergência de uma concepção mais individualista do sujeito pode ser relacionada ao colapso da ordem social, econômica e religiosa medieval”³⁵.

³² MAFFESOLI, Michel. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. In: **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina: EDIPUCRS, 2002. p.47

³³ Ibidem. 2002. p.45

³⁴ Segundo Durkheim, a Solidariedade Orgânica seria mais próxima do cotidiano, enquanto a Solidariedade Mecânica seria promovida por uma tecno-estrutura autoproclamada como garantia do bom funcionamento da vida social. Ibidem. 2002. p.46

³⁵ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.28-29

Portanto, se pensarmos em todas as mudanças que têm ocorrido hoje, e que foram inclusive tratadas aqui, podemos concordar com Hall sobre que períodos de instabilidade levam à discussão entre formas coletivas e sociais versus individuais da convivência humana.

E, curiosamente, essa mesma perspectiva individualista é capaz de, em um mundo orientado por redes, favorecer a cooperação; se, por um lado, o individualismo faz com que os sujeitos se debruçam sobre o que mais lhes interessa, por outro, tal prática permite que outros com gostos e ideais parecidos mundo afora o encontrem e desenvolvam atividades de parceria. Como pensar, então, em estratégias que tornem certas atividades econômicas bem sucedidas, sem uma devida articulação/mobilização dos atores e das instituições, sem uma integração mais efetiva com os territórios?

2.1.2 Conceituando Desenvolvimento Local

Para tratar como tema central a Comunicação e a Cultura no Desenvolvimento Local reconhecemos como fundamental um aprofundamento no que diz respeito a este conceito que até hoje não fez parte do campo semântico da Comunicação.

Para caracterizar e conceituar o que hoje existe, traremos uma bibliografia nova para a área da Comunicação e que possui mais intercessões com a Comunicação organizacional. Porém, sempre que tratamos de Comunicação Organizacional somos levados a imaginar esta organização como uma empresa. Para o trabalho aqui apresentado, esta organização deve ser tratada como uma convivência organizada de pessoas e idéias em um mesmo território e com um objetivo comum; porém, não necessariamente formalmente organizada como uma empresa ou uma instituição.

Sempre que fazemos uma análise de situações atuais ficam mais claras as características da contemporaneidade que impactam e influenciam diretamente o período em que vivemos, caracterizado pela hegemonia do pensamento econômico. Portanto, como coloca Juarez de Paula (2005, p.1), sociólogo:

[...] para a maioria, o conceito de Desenvolvimento tem sido relacionado, quase exclusivamente, ao fenômeno da dinamização do crescimento econômico. Contudo, nos parece que o crescimento econômico é necessário, mas não é suficiente para gerar Desenvolvimento. [...] Pensar o Desenvolvimento Humano, Social e Sustentável, significa pensar um novo conceito de Desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento econômico como outros fatores como: o crescimento do capital humano, o crescimento do capital social, a conquista da boa governança e o uso sustentável do capital natural.³⁶

Ainda vamos discutir durante o capítulo todos estes conceitos, mas este é o resumo do que pretendemos tratar aqui. Não objetivamos dissertar sobre Desenvolvimento Local com conceitos e teorias do campo da economia, engenharia ou administração, como já foi dito. Nosso objetivo é nos aproximar destas teorias e possibilitar o reconhecimento de um vocabulário em comum para facilitar a convivência e a complementaridade da Comunicação com as outras áreas de saber pesquisadas.

Mesmo nas áreas mais econômicas e empresariais as crenças e os focos de atuação têm mudado. No artigo “Territórios, redes e Desenvolvimento”, também de Juarez, o autor coloca que durante muito tempo acreditou-se que a chave do Desenvolvimento estava somente nas pessoas, que elas deviam ser preparadas para melhor gerenciar seus negócios e assim gerava-se o Desenvolvimento. Porém, a discussão de hoje conclui, segundo Drucker (apud FERREIRA; REIS; PEREIRA, 1997, p.181) que o sucesso do empreendimento não depende apenas da capacidade do empreendedor³⁷, mas depende, sobretudo, do ambiente que o cerca. Foi então que este olhar foi ampliado e a consideração do ambiente passou a ser feita; este ambiente devia ser favorável para dar sustentabilidade e competitividade aos empreendedores, seus empreendimentos e, conseqüentemente, o território no qual estavam instalados.

Durante muito tempo também, acreditou-se que a chave do Desenvolvimento estava no apoio às micro e pequenas empresas, já que estas eram mais dinâmicas e flexíveis além de gerar muitos postos de trabalho; porém, os especialistas vêm observando que, como coloca Juarez

³⁶ PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento & gestão compartilhada**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/udl/exp_dlis_gestao.htm>. 2005. Acesso em: 3 jan. 2006.

³⁷ “O empreendedor sempre está buscando a mudança, reage a ela e a explora como sendo uma oportunidade. Ele cria algo novo, algo diferente, ele muda ou transforma valores, não restringindo o seu empreendimento a instituições exclusivamente econômicas. Ele é capaz de conviver com os riscos e incertezas envolvidos nas decisões. Ele inova. A inovação não precisa ser técnica, não precisa ser uma coisa, não se restringe a uma invenção. Pode ser social também. Essencialmente ela consiste na concretização de idéias”. FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca & PEREIRA, Maria Isabel, **Gestão Organizacional: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendência da moderna administração de organizações**, São Paulo: Pioneira, 1997. p. 181-182

(2005, p.2), as grandes empresas possuem vantagens competitivas que jamais poderiam ser iguais pelas micro e pequenas empresas isoladamente.

Foi então que se começou a prestar atenção nas externalidades positivas decorrentes da proximidade, da cooperação e da organização das micro e pequenas empresas no território. Foi quando se voltou a falar em ‘distrito industrial’ (no sentido atribuído pelo economista Alfred Marshall³⁸), se começou a falar em ‘cluster’ (no sentido atribuído pelo economista Michael Porter³⁹), em ‘sistemas produtivos locais’ ou ‘sistemas locais de inovação’ (no sentido atribuído pelos economistas franceses).⁴⁰

A globalização, no sentido em que foi caracterizada no capítulo anterior, também sofre mudanças indo de uma globalização como sendo um fenômeno unilateral para uma tendência em resposta de afirmação do local; e é neste contexto que emerge a temática do Desenvolvimento Local.

Trata-se da busca pela afirmação de uma identidade, de elementos distintivos, de uma reputação própria, de características singulares que diferenciem o local dentro do universo da globalização. Um esforço que parte da descoberta, do reconhecimento e da valorização dos ativos locais, quer dizer, das potencialidades, vocações, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas de cada território. (JUAREZ, 2005)⁴¹

O olhar se amplia do empreendedor para o ambiente; da empresa para o território; e do global para o local. Estas temáticas e questionamentos sobre identidade, o outro e a comunidade sempre estiveram e continuam presentes no campo da Cultura e da Comunicação. O recorte então da análise do Desenvolvimento Local pelo foco desta área não deve gerar estranhamento por parte de seus estudiosos.

Além do conceito economicista, existem também outros paradigmas sobre Desenvolvimento Local. Pelo senso comum, esta expressão ainda é hoje associada à idéia de preservação ambiental; porém quando tratamos de Desenvolvimento Local sustentável essa perspectiva deve ser ampliada:

É necessário sair de um ponto que pode ser interpretado como meramente preservacionista, para outro, que busque integrar a proteção e a recuperação

³⁸ Economista inglês (1842 – 1924) autor de “princípios de economia política”. PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento & gestão compartilhada**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/udl/exp_dlis_gestao.htm>. Acesso em: 3 jan. 2006.

³⁹ Professor de gestão empresarial e competitividade na Harvard Business School. Ibidem. 2005. p.2

⁴⁰ Ibidem. p. 2

⁴¹ Ibidem.

ambiental à necessidade de promover mudanças efetivas nos patamares de Desenvolvimento, visto não apenas como crescimento econômico.

Para isso é necessário compreender melhor o significado da expressão Desenvolvimento sustentável, abandonando a idéia corrente de Desenvolvimento, que está associada a crescimento econômico, e incorporando outras necessidades ou imposições contemporâneas ao conceito, tais como: (i) a necessidade de se proceder a esforços efetivos de inclusão social; (ii) a focalização em necessidades específicas das minorias étnicas e de gênero; (iii) a compreensão e valorização dos contextos culturais característicos de cada localidade; (iv) a necessidade de gerar renda e trabalho para as pessoas. (GONÇALVES, 2005, pg 7)⁴²

Algumas dimensões devem ser levadas em consideração quando se trata de Desenvolvimento Local. A Dimensão Social – que busca promover a inclusão e o estreitamento dos elos de relacionamento social, usando os ativos sociais do local para resoluções de problemas de forma cooperada –, a Dimensão Cultural – que fortalece, potencializa e pereniza valores culturais, saberes populares, códigos de relacionamento e fortalece a identidade das comunidades –, a Dimensão Econômica e Financeira – que assegura continuidade e crescimento de oportunidades de Desenvolvimento econômico, de ampliação das ocupações produtivas e dos empregos além de estar diretamente relacionada ao campo do turismo – e a Dimensão Institucional – que é questão central para a conquista de efetiva condição de Desenvolvimento dizendo respeito a solidez e continuidade das parcerias e dos compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e o poder público local. (GONÇALVES, 2005, p 7 – 10) Estes recortes tentam incluir em nossa discussão visões diferentes, porém voltadas para mesma estratégia de promoção do Desenvolvimento Local.

Por se tratar de um assunto ainda com diversas interpretações e para abranger o maior número de informações com qualidades e características distintas sobre o Desenvolvimento Local, optamos por trazer quatro análises sobre este tema de especialistas de diversos setores, sendo alguns mais antigos e outros atuais.

A primeira análise é de Juarez de Paula (2005), sociólogo e consultor da unidade de Desenvolvimento Local do SEBRAE Nacional, no artigo “Desenvolvimento e Gestão Compartilhada⁴³”.

⁴² O MUNICÍPIO e o Desenvolvimento local sustentável. In: GONÇALVES, Marcos Flávio R. (Coord.). **Manual do Prefeito**. 12. ed. ver., aum. E atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2005. p. 7

⁴³ http://www.sebrae.com.br/udl/exp_dlis_gestao.htm correto: JUAREZ, de Paula. **Desenvolvimento & Gestão Compartilhada**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>>. 2005. Acesso em: 3 jan. 2006.

Através de um dos textos que comporão o Manual de Desenvolvimento Local para Comunidades intitulado “Construindo o lugar mais desenvolvido do mundo” e de uma adaptação do Documento Final da Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, realizada em Brasília em 16 de março de 1998 e publicado nos Cadernos Comunidade Solidária IPEA, Brasília⁴⁴, ambos de Augusto de Franco⁴⁵, daremos prosseguimento a nossas análises.

O quarto e último artigo estudado é de Caio Marcio da Silveira, da Rede Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)⁴⁶, sobre as estratégias de apoio ao Desenvolvimento Local. Ele traz uma análise de outras sete metodologias e estratégias relacionadas a este ponto que ainda serão publicadas pela Editora SENAC de São Paulo⁴⁷.

i) “Desenvolvimento e Gestão Compartilhada”, de Juarez de Paula

Neste artigo, o autor trabalha a relação do Desenvolvimento Local com outros conceitos sempre presentes nas discussões sobre como promover e manter o Desenvolvimento em uma comunidade.

Sobre o Desenvolvimento e o capital humano, o autor explica que “o Desenvolvimento exige o crescimento das habilidades, conhecimentos e competências das populações, o que tem sido

⁴⁴ FRANCO, Augusto de. Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável. In: Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, 16 março 1998, Brasília. **Cadernos Comunidade Solidária**, n.6, jun. 1998. Brasília: IPEA, 1998. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentolocal.org.br/imagens/mapeamento/PDL053.doc>>. Acesso em: 3 jan. 2006.

⁴⁵ Elaborou várias metodologias de Desenvolvimento comunitário, como as versões do DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável posteriores a 2002 e trabalha atualmente no Desenvolvimento de dois novos programas: o ‘Programa Redes’ e o ‘Pacto pela Democracia Local’. É professor convidado da Fundação Dom Cabral na área de responsabilidade corporativa, sustentabilidade empresarial e gestão de stakeholders, além de consultor senior de governos estaduais e municipais, empresas e organizações internacionais e professor de vários MBA nas áreas de terceiro setor e Desenvolvimento local.

⁴⁶ O DLIS é uma estratégia de indução ao Desenvolvimento – centrada no investimento em capital social – que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam-se recursos das comunidades, em parceria com atores da sociedade civil, de governos e empresas, em todos os níveis, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de Desenvolvimento, a captação de recursos e a negociação e a execução de agendas de prioridades que desdobrem esses planos em ações concretas. Disponível em <<http://www.dlis.org.br>>. Acesso em 6 nov. 2005

⁴⁷ SILVEIRA, Caio Márcio. **Estratégias de apoio ao Desenvolvimento local**. 2005. Disponível em <<http://www.capitalsocial.org.br>>. Acesso em 6 nov. 2005

conceituado como capital humano.”⁴⁸ (JUAREZ, 2005) Ele coloca que a atenção ao capital humano é fundamental para a continuidade de qualquer ação de Desenvolvimento.

Em relação ao capital social, Juarez propõe que “o Desenvolvimento requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social, o que tem sido denominado como ‘capital social’. O ‘Capital Social’ pode ser definido como um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles.”⁴⁹

Esta é uma das mais raras características de um local que abriga a convivência de diversas empresas que devem trabalhar em conjunto e dificilmente consegue ser gerado de forma induzida. A confiança deve sempre estar na base das relações que suportam o mercado, por isso, para existir crescimento econômico tem que haver capital social. Devido a sua importância na caracterização de nosso trabalho e na realização efetiva de Desenvolvimento em comunidades dedicamos um capítulo à relação entre Desenvolvimento Local e Capital Social.

Outra relação que o autor coloca como fundamental é possibilitada completamente pelas ferramentas da Comunicação. O que é caracterizado como a relação entre Desenvolvimento e boa governança é uma das áreas nas quais a relação entre a população, as trocas de conhecimentos e as informações disponibilizadas, ambientes possibilitados e promovidos pela Comunicação, são fundamentais para o Desenvolvimento Local.

A 'boa governança' está relacionada com a capacidade gerencial da administração pública, com a capacidade da sociedade de construir canais de participação na gestão estatal, com os níveis de representatividade, legitimidade e confiança nos governos, com sua capacidade de prestar contas, com a transparência e a permeabilidade do Estado em relação ao controle social. O bom governo depende em grande medida das qualidades e compromissos dos governantes, mas depende sobretudo da capacidade de escolha, participação e controle da sociedade civil. Isto, obviamente, está diretamente relacionado com os níveis de ‘empoderamento’ (empowerment) de uma dada sociedade, o que por sua vez depende dos níveis de capital humano e capital social. (JUAREZ, 2005)⁵⁰

⁴⁸ correto: JUAREZ, de Paula. **Desenvolvimento & Gestão Compartilhada**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>>. 2005. Acesso em: 3 jan. 2006.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

Finalmente, a relação entre Desenvolvimento e capital natural, que não dá conta da abrangência do que é o Desenvolvimento, mas também figura como importante para sua manutenção. Para a sustentabilidade do meio-ambiente, se requer uma profunda mudança nos padrões de produção e consumo atuais, o que, segundo Juarez, só é possível quando há elevados níveis de capital humano, capital social e boa governança disponíveis e atuantes em uma comunidade.

ii) “Dez consensos sobre o Desenvolvimento Local e sustentável”, de Augusto de Franco

Neste artigo, Augusto de Franco traz 10 questões consideradas consenso quando se pretende trabalhar o Desenvolvimento Local em uma comunidade. Augusto de Franco amplia nossa análise ao desmembrar alguns dos pontos levantados por Juarez nestas dez questões consensuais.

A primeira questão consensual levantada diz respeito à formulação do que seria Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS:

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o Desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. (FRANCO)⁵¹

Franco (1998) também coloca porque o DL deve ser considerado importante, argumentando que é na esfera local que os problemas são identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar uma solução mais adequada. “O atendimento das necessidades da sociedade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes é extremamente facilitado pela maior proximidade das comunidades. Adicionalmente, garante-se maior continuidade das ações em função do controle social exercido pela sociedade”.

⁵¹ FRANCO, Augusto de. Dez consensos sobre o Desenvolvimento local integrado e sustentável. In: Oitava Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária, 16 março 1998, Brasília. **Cadernos Comunidade Solidária**, n.6, jun. 1998. Brasília: IPEA, 1998. Disponível em: <<http://www.Desenvolvimentolocal.org.br/imagens/mapeamento/PDL053.doc>>. Acesso em: 3 jan. 2006.

O segundo consenso se refere aos objetivos do Desenvolvimento Local integrado. Os principais levantados pelo autor são a melhoria da qualidade de vida e a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis. No contexto atual do país, esta melhoria de vida realiza-se basicamente com a geração de emprego para a população.

O terceiro consenso diz respeito às condições políticas e institucionais para haver o DL. O autor coloca que é necessária disponibilização de informação sobre a necessidade desta estratégia e políticas públicas conseqüentes. Porém, as experiências existentes ainda se demonstram insuficientes para servir de modelo para replicação em escala mais ampla, sendo a própria Comunicação um dos maiores gargalos, como aponta o Franco (1998):

“O DLIS exige um novo sistema de gestão de políticas públicas que exercite o novo paradigma da relação entre Estado e Sociedade (articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação)”⁵²

O quarto consenso é a Participação do poder local. Esta é condição necessária, embora insuficiente, para o DLIS. O Estado, é claro, não deve ser o único provedor e empreendedor. Contudo, cabe a ele o papel estratégico e insubstituível de apoiar, promover, e regular os processos envolvidos nas ações de Desenvolvimento.

O quinto consenso é sobre a participação da Sociedade. Para a viabilização do DLIS é a fundamental a parceria e a sinergia entre Estado, mercado e sociedade civil.

No que tange às organizações da sociedade civil, essa parceria contribui para que elas tomem consciência, na prática, de que sua ação específica não chegará à produzir determinadas transformações que dependem da solução de problemas maiores, compreendendo que precisam ultrapassar a si mesmas, na medida em que suas experiências particulares são sistematizadas, teorizadas e reaplicadas num universo de planejamento mais amplo⁵³. (FRANCO)

A participação da sociedade aparece como importante não só na apresentação de soluções como também na implementação destas.

⁵² Ibidem

⁵³ Ibidem

O sexto consenso diz respeito à construção de uma nova dinâmica econômica, não inteiramente ao sabor do mercado. Para isso no local deve existir a diversidade econômica, a complementaridade de empreendimentos, uma cadeia sustentável de iniciativas e Desenvolvimento tecnológico que gerem uma expansão econômica local. Não é viável nem interessante para um processo de DLIS depender de insumos básicos exógenos ou de apenas uma grande empresa como compradora.

O sétimo conceito se refere ao Financiamento. O DLIS exige a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados para o Local. Estes recursos devem ser financeiros, humanos e de infra-estrutura vindos de investimentos empresariais locais, e doações de dinheiro e destes outros recursos.

O oitavo consenso trata da capacitação para o Desenvolvimento. O DLIS exige expertise em planejamento, execução e articulação; por isso a presença de agentes exógenos é necessária. Porém, os agentes exógenos não produzem sozinhos o Desenvolvimento. Colocam-se então duas exigências complementares: a mobilização dos agentes de Desenvolvimento do próprio local e capacitação destes. Esta capacitação deve abarcar conceitos como planejamento participativo, micro crédito, marketing etc.

Essa capacitação deve ser entendida não apenas como um treinamento de habilidades específicas, mas, como coloca Augusto de Franco (1996), “como um processo dialógico, criativo, participativo, crítico, holístico, formador de um elo entre o local e o global.”

O nono consenso fala da Informação, conceito como vimos ou como veremos fundamental para um processo democrático de DLIS. O levantamento de dados sobre a população residente, aspectos físicos e urbanos, disponibilidade de infra-estrutura, mapeamento de atividades econômicas e impactos ambientais, entre outros, são importantes para, além de viabilizar o processo de DLIS, monitorar os indicadores de implementação das ações.

O décimo e último consenso diz respeito explicitamente à Comunicação.

Um dos principais fatores do DLIS, sem o qual torna-se muito difícil realizá-lo, é a população despertada para as possibilidades e as vantagens de um processo mais

solidário de Desenvolvimento, o que coloca a necessidade de desenvolver e aplicar estratégias de Comunicação social e marketing compatíveis.⁵⁴ (FRANCO)

Programas de rádio ou televisão, apresentando e debatendo experiências locais inovadoras, jornais criando um clima psico-social favorável a estas ações são fatores fundamentais para aumentar o respaldo social e criar “cúmplices” para o processo de DLIS.

O levantamento realizado por Augusto de Franco explicita a intercessão da Comunicação com o DLIS como ferramenta *sine qua non* para viabilizar, facilitar e democratizar todo o processo.

iii) “Os fundamentos do Desenvolvimento Local”, de Augusto de Franco

Neste artigo, o autor coloca três questões que considera fundamentais para haver o Desenvolvimento Local, porém faz isso de forma mais abrangente e com olhar exógeno, diferente do artigo anterior no qual coloca endogenamente as ferramentas e condições para a promoção do DLIS.

A primeira questão relacionada é a formação de “comunidades de projeto”. O Autor concorda com o colocado anteriormente sobre o olhar atual que enxerga o Desenvolvimento como o conjunto da atividade econômica que passa a gerar mais riqueza. Ele também coloca que para promover o Desenvolvimento o foco de atuação sempre é dirigido para investimento em fatores como: infra-estrutura pública de apoio, crédito, incentivos fiscais etc.

Porém, “não se pensa que promover o Desenvolvimento é aumentar a capacidade das pessoas para que elas possam superar problemas e aproveitar oportunidades, exercitando seu empreendedorismo. Da mesma forma, raramente se pensa ser necessário construir ambientes sociais favoráveis ao florescimento dos negócios, ou seja, articular a animar redes que encorajem as pessoas, individual e coletivamente, a exercitar sua criatividade, gerando novas soluções.”⁵⁵ (FRANCO, 2004)

⁵⁴ FRANCO, Augusto de. Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável. In: Oitava Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária, 16 março 1998, Brasília. **Cadernos Comunidade Solidária**, n.6, jun. 1998. Brasília: IPEA, 1998. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentolocal.org.br/imagens/mapeamento/PDL053.doc>>. Acesso em: 3 jan. 2006.

⁵⁵ FRANCO, Augusto de. **Os fundamentos do desenvolvimento local**. Carta DLIS 60, de 13 mai. 2004. Disponível em: <http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=cartas_dlis&id=C0_98_12>. Acesso em: 3 jan. 2006.

Se imaginarmos que o DL depende de vários outros fatores além do financeiro, perceberemos como o dinamismo que gera aquela prosperidade econômica, sistêmica, que pode ser interpretada como Desenvolvimento econômico, é um fenômeno social e não apenas relacionado ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB.

O sistema em questão é composto pelas redes sociais que existem em cada sociedade. São essas redes que produzem o capital social, na ausência do qual não pode ocorrer o processo de mudança (social) que chamamos de Desenvolvimento. Ou melhor, essas redes são o capital social indispensável à formação dos ambientes favoráveis ao Desenvolvimento.

Para que tais redes existam é necessário que se formem comunidades de projeto. Pessoas e organizações que compartilhem um objetivo comum – seja qual for, desde que de caráter público.⁵⁶ (FRANCO, 2004)

A segunda questão colocada por Augusto de Franco é sobre melhorar as condições de vida e de convivência social de uma localidade para alcançar o DL. Pois bem, o autor argumenta que melhorar as condições de vida não pode ser o único foco se encararmos, como assinala Maturana, que o ser humano é prisioneiro de uma inescapável dualidade: “Os seres humanos somos indivíduos (...) e, ao mesmo tempo, seres sociais.”⁵⁷

O capital social, como já vimos, é diferente do capital humano e a promoção dos dois deve se complementar para alcançar o DL. “São as relações cooperativas entre os indivíduos – que geram padrões replicáveis de convivencialidade – que produzem capital social.”⁵⁸

A terceira e última questão que o autor trata diz respeito à criação de novos locais. Não se deve orientar o DL com base em mapas econômicos ou políticos, e sim nas sociedades que habitam estes espaços. Promover o Desenvolvimento Local é criar um novo local em termos sociais, sem a pretensão de delimitar o trabalho em cima de um município ou uma região pré-determinada. Dependendo das relações empreendidas e do apoio da sociedade ao processo, esta região pode e deve se alterar, ampliando ou reduzindo o impacto das ações de Desenvolvimento locais.

⁵⁶ Ibidem

⁵⁷ Ibidem

⁵⁸ Ibidem

iv) “Dez considerações transversais”, de Caio Marcio da Silveira

Neste último artigo estudado, o autor Caio da Silveira faz 10 considerações sobre sete estratégias de apoio ao Desenvolvimento Local. Para estas considerações o autor analisou a Agenda 21 Local, a metodologia Gespar⁵⁹, a estratégia dos CONSADS⁶⁰, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), as redes de Gestão Compartilhada para o Desenvolvimento de Microrregiões, os aportes metodológicos do IICA⁶¹ e a estratégia do Projeto Aliança com o Adolescente⁶².

Uma noção dos temas que essas considerações abordam e tangenciam resumidamente é a seguinte:

- 1 - O apoio metodológico e as dinâmicas de Desenvolvimento Local
- 2 - O papel dos facilitadores
- 3 - A ênfase nas novas institucionalidades
- 4 - Dinâmicas democrático-participativas e redes sociais
- 5 - O sonho e o diagnóstico, a gestão e o plano
- 6 - O padrão oferta-demanda e sua superação

59 A metodologia GESPAR - Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local - vem sendo elaborada e praticada desde meados da década de 90, tendo como ambiente inicial de construção o Projeto Banco do Nordeste/PNUD (1993-2000). A metodologia GESPAR contempla princípios axiológicos, estratégias, conteúdos e ferramentas. Trabalha com o paradigma sistêmico de apoio ao Desenvolvimento territorial: apoio à construção de capital social, ao fortalecimento de sistemas de produção e à governança local, compreendendo o meio ambiente como ativo de Desenvolvimento e elemento imprescindível à sua sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/estrategias.asp?id=187&action=mostra>> Acesso em: fev 2006

60 CONSADS - Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local – CONSAD é parte integrante da estratégia do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas no país. Tal estratégia busca a segurança alimentar daquelas populações, através de mudanças estruturais no plano social e econômico, se enquadrando no âmbito dos objetivos estruturais perseguidos pelo Programa Fome Zero Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3&infoid=437>> Acesso em: fev 2006

61 Os aportes metodológicos do IICA - Fundado em 1942 como agência internacional de cooperação para o Desenvolvimento rural, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) atua junto aos 34 países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), entre os quais o Brasil. O IICA, através de suas agências em cada país, é encarregado de prover serviços de cooperação técnica em diversas frentes, envolvendo desde tecnologias específicas até metodologias de capacitação, planejamento e gestão. http://www.capitalsocial.org.br/v2/artigos/conteudo.php?id=674_0_137_0_M

62 Aliança Com Adolescente - Em 1999, a partir da união do Instituto Ayrton Senna, Fundação W. K. Kellogg, Fundação Odebrecht e a área social do BNDES, nascia o Projeto Aliança com o Adolescente. Com o objetivo de criar oportunidades de Desenvolvimento humano, local e sustentável em regiões com baixo Índice de Condição de Vida (ICV) do Nordeste brasileiro. Disponível em: http://www.eloamigo.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=47&Itemid=54 Acesso em: fev 2006

- 7 - O imediato e o estratégico
- 8 - Prever os imprevistos: o redesenho das metodologias
- 9 - Desenvolvimento Local: uma questão de escala?
- 10 - Elementos do contexto

Dentre estes conseguimos visualizar claramente, novamente, o papel da Comunicação e da Cultura, sendo, por exemplo, as ferramentas de Comunicação e o reconhecimento da identidade local fundamentais para se conseguir dinâmicas democrático-participativas e redes sociais funcionando de maneira integrada e sustentável no local.

Com certeza, grande parte dessas estratégias precisa passar pela aceção, como coloca Maria Teresa Costa⁶³, de que “o conceito de Desenvolvimento Local deve estar associado a um processo de crescimento econômico de natureza endógena, no qual os fatores locais de tipo produtivo, social e cultural são decisivos”.

Os fatores que a autora enumera explicitam a impossibilidade de aplicação de uma definição reducionista ou somente teórica. Dentro do Desenvolvimento Local tem que haver o Desenvolvimento econômico, o Desenvolvimento social – visto que não existe Desenvolvimento econômico sem Desenvolvimento humano e social – Desenvolvimento urbano e Desenvolvimento ambiental. Pois o Desenvolvimento Local ainda será somente um conceito se não for posto em prática.

Por que Local?

Como vimos ao longo deste capítulo, durante as definições do que escolhemos como objeto para este estudo, diversas poderiam ser as caracterizações do que tratamos por “Desenvolvimento”; porém, o “Local” foi eleito como principal adjetivo por ser transversal às outras características e apresentar uma delimitação muito atual e contemporânea às problemáticas discutidas aqui.

⁶³ COSTA, Maria Teresa. As pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: conceito e experiências. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo & MARTIN, Scott. **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001. p. 111

Na definição de Desenvolvimento Local, deve-se, primeiramente, evidenciar o fato de que a origem do uso do termo “local” é definida em seu campo semântico por uma oposição em relação ao “global”, uma polarização que, contudo, não se repete na prática efetiva; “global” e “local”, neste caso, tornam-se complementares. Oposições a parte, local pode ser definido como qualquer porção territorial que se distingue a partir de determinados elementos de identidade: físico-geográficos, étnico-culturais, sócio-econômicos ou políticos; e dependem do critério de escolha do “sujeito” para ser chamado de local.

Não há, inclusive, sequer uma padronização de regras para essa determinação. Segundo Juarez “todo território é uma construção subjetiva. Esta construção pode ser endógena (feita a partir dos agentes locais) ou exógena (feita a partir de agentes externos).” (PAULA, 2006, p. 3)

É possível traduzir a idéia de território pela idéia de região, ou Comunidade Autônoma, ou Estado Federal. O importante é entender que os territórios são os espaços da identidade, gerados pela história e pela Cultura comuns e dando lugar a sentidos de identificação, propriedade e diferença. (ZALLO)⁶⁴

2.1.3 Distritos Industriais e APL's

Uma das características marcantes de nossa economia é a expressiva representatividade da existência de micro, pequenas e médias empresas nos diversos setores de nossas atividades, bem como de sua força empregadora de mão-de-obra.

Por outro lado, estas empresas têm em seu empreendedor-criador a chave de resolução para quase todos os seus problemas, devido à sua frágil infra-estrutura. Assim, problemas de natureza técnica, econômica ou mercadológica ficam a cargo da figura central da empresa, que em muitas ocasiões, não dispõe de tempo suficiente para a análise e

⁶⁴ “Se puede traducir la idea de territorio por la de región o por Comunidad Autónoma o por Estado Federal. Lo importante es entender que los territorios son los espacios de la identidad, generados por la historia y la cultura comunes y dando lugar a sentidos de identificación, pertenencia y diferencia.” ZALLO, Ramón. Nuevas políticas para la diversidad: las culturas territoriales en riesgo por la globalización. **Pensar Iberoamérica: revista de cultura**, n.4, jun/set. 2003. Disponível em: <http://www.campus-oei.org>. Acesso em: 22 fev. 2006.

Desenvolvimento de nós problemáticos existentes em sua cadeia produtiva, recorrendo a soluções tradicionais e às vezes inadequadas.

“A desverticalização dos ciclos de produção criou um espaço para a pequena empresa”⁶⁵, porém hoje sua “auto-formação” e a “auto-pesquisa” não são mais suficientes como diferencial de competitividade. “O ambiente impõe que sejam parte integrante de um sistema, de uma rede real, viva, baseada em relações e comunicações, suportada por uma comunidade de valores e de intenções”⁶⁶.

Porém, é importante lembrar que experiências sobre mecanismos de cooperação empresarial e de Desenvolvimento regional ainda são bastante incipientes no Brasil para uma constatação real sobre as melhores práticas para seu fomento.

É para tentar driblar uma das grandes dificuldades deste sistema produtivo em cooperação, as relações sociais, que optamos por trabalhar aqui com as ferramentas da Comunicação com o intuito de mostrar como o Desenvolvimento Local pode ser transformado em atitude espontânea dos produtores e da sociedade de uma comunidade específica.

Inserir uma nomenclatura muito utilizada e que hoje figura como uma das vertentes das estratégias de atuação do Poder Público para o Desenvolvimento do país: os Arranjos Produtivos Locais – APL’s –, o primeiro desafio à adoção dessa estratégia é o de mudar a lógica individualizada de ação.

Existe uma vasta literatura nacional e internacional sobre o fenômeno da aglomeração de empreendimentos de uma mesma atividade produtiva em uma determinada região geográfica. Há muitas denominações e ênfases diferentes. O mesmo fenômeno é às vezes denominado Arranjo Produtivo Local, Sistema Produtivo Local ou mesmo “cluster”.⁶⁷ (BRASIL, 2004) A opção por utilizar o termo APL neste trabalho decorre da ampla difusão dessa expressão pelo país.

⁶⁵ CASAROTTO FILHO, Nelson e PIRES, Luis Henrique. Redes de médias e pequenas empresas e Desenvolvimento local. São Paulo, Editora Atlas, 2001.

⁶⁶ Idem 6.

⁶⁷ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Desenvolvimento da Produção. **Termo de referência para política nacional de apoio ao Desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Brasília, 2004.

A forma de conceituar e caracterizar os APL's hoje já evoluiu da simples indicação de concentração industrial geográfica de pequenos e médios produtores, para abarcar outras dimensões tais como “territorialidade e especialização definidas em termos de Cultura local, existência de cooperação entre MPME e organização institucional, formas de governança, aprendizagem coletiva, potencial de promover inovações e presença de fornecedores locais.” (BRASIL, 2004)⁶⁸

A organização de “arranjos produtivos locais⁶⁹” faz-se necessária a medida que entendemos que os mesmos proporcionarão enormes benefícios econômicos e regionais para a comunidade local. Alguns benefícios de cunho econômico podem ser listados, tais como a especialização e flexibilidade produtiva; o surgimento de novos fornecedores de matéria-prima, equipamentos e componentes; o surgimento de prestadores de serviços técnicos, serviços de P&D e acesso tecnológico; o surgimento de agentes para a negociação dos produtos nos mercados nacional e internacional; a representatividade no mercado interno e externo e a formação de mão-de-obra qualificadas e com habilidades específicas.

Os “arranjos produtivos locais” têm como objetivos gerais o Desenvolvimento econômico local através da economia de aglomeração entre os empreendimentos que os compõem e a redução das desigualdades sociais e regionais. Entre os objetivos específicos, pode-se citar: constituir uma infra-estrutura constante de conhecimento entre os atores envolvidos; facilitar a construção de vantagens competitivas e dinâmicas; desenvolver a Cultura do associativismo e formação de consórcio; solucionar os problemas em comum pertencentes aos atores; desenvolver lideranças empreendedoras; gerar conhecimento e reduzir alguns riscos através da troca de experiências.

Como diretrizes de atuação mais recentes o fomento aos APL's vem caminhando completamente de acordo com o que defendemos neste trabalho: que a Cultura local e a Comunicação são fatores fundamentais para o DL. Transcreveremos aqui, de forma resumida,

⁶⁸ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Desenvolvimento da Produção. **Termo de referência para política nacional de apoio ao Desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Brasília, 2004.

⁶⁹ “Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que apresentam vínculo mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação.” www.ie.ufrj.br/redesist

as diretrizes colocadas pelo termo de referência para Política Nacional de apoio ao Desenvolvimento de APL's e que depois serão revistas nos capítulos em que analisaremos a Comunicação e a Cultura no DL: “O protagonismo Local; A promoção de um ambiente de inclusão, A elevação da capital social; a preservação do meio-ambiente; a integração com os outros atores, a colaboração entre os entes federados; O mercado; a sustentabilidade; a inovação; As relações de trabalho; e A redução das desigualdades regionais.”

Das onze diretrizes, quase todas mantêm uma íntima relação com os objetos de nosso trabalho, a Comunicação e a Cultura. É importante notar como nesses casos o tema da Comunicação é recorrente, desempenhando um papel central na colocação em prática das diretrizes.

Dentro da realidade mercadológica existente hoje no Brasil, as políticas setoriais que colocam a pequena empresa apenas como agente marginal da dinâmica das grandes corporações, perdem cada vez mais consistência. Seguindo tal tendência, surgem teses que pregam a emergência do território, do local, como espaço privilegiado para a execução de políticas ativas de Desenvolvimento e do papel fundamental das pequenas empresas nessas políticas.

Os níveis de competitividade de uma empresa (...) dependem cada vez mais das performances gerais dos territórios onde ela se instalou. Não se trata das performances fisiológicas desses territórios (recursos minerais, clima etc) mas de sua estrutura social, isto é, do nível de *savoir faire* e de formação das forças de trabalho, da eficiência e da variedade das instituições educacionais e, enfim e sobretudo, da amplitude e profundidade (política e social) dos espaços públicos de atualização da virtualidade produtiva embutida nessas dimensões sócias dos territórios⁷⁰. (COCCO, 2003)

i) Caso Itália

Com o objetivo de fundamentar e exemplificar os conceitos de Desenvolvimento Local e APL's trazidos aqui e experimentadas no Brasil fizemos um rápido estudo do caso que é, na maioria das vezes, adotado como modelo pelos órgãos fomentadores e promotores deste Desenvolvimento no âmbito nacional.

⁷⁰ COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Orgs.). **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 192 p. (Espaços do Desenvolvimento).

Seguindo o modelo da “Terceira Itália”, pesquisadores e “especialistas” pretendem identificar “condições básicas” para alavancar o Desenvolvimento Local em regiões do Brasil. Porém, uma das críticas que procuramos trazer neste trabalho é justamente a impossibilidade de se adotar um modelo de Desenvolvimento “exógeno”, que muitas vezes não apresentam fatores culturais e comunicacionais – atores, relações inter-pessoais e institucionais semelhantes ao Brasil – sendo levadas em conta quando se deseja que o Desenvolvimento induzido seja sustentável no longo prazo.

Descreveremos então as experiências da Terceira Itália (região nordeste da Itália e que era economicamente atrasada no início dos anos 50), que se desenvolveu principalmente por meio das redes de pequenas e médias empresas dentro de um entorno cooperativo, destacando-se os mecanismos de ação utilizados para atingir seus objetivos.

ii) Histórico dos Distritos Industriais

A partir dos anos 50, a Europa, e em especial a Itália, iniciou uma série de ações empresariais privadas com empresas de pequeno porte, objetivando desenvolver a sua base industrial a partir das condições socioeconômicas locais. Essas ações resultaram, principalmente na Itália, na formação de vários distritos industriais compostos majoritariamente de pequenas e médias empresas (PMEs), as quais, a despeito do padrão produtivo dominante ser o da grande empresa verticalizada, conseguiram alcançar um razoável êxito socioeconômico.

Aparentemente, as pequenas e médias empresas ressentiam-se de canais apropriados de financiamento de suas atividades e de constituição de ativos fixos, de escalas produtivas necessárias, de acesso ao crédito em condições compatíveis com sua performance, além de outros fatores considerados inibidores da atuação das PMEs. Essas dificuldades precisavam ser superadas para poder ocorrer um crescimento econômico virtuoso. Entre os vários autores que estudaram esta questão podem ser destacados Becattini (1999), Casarotto (1998) e Raud (1999), que enfatizam a importância do processo cooperativo na ampliação qualitativa e quantitativa da atividade empresarial e da ação participativa e pró-ativa da comunidade local pública e privada como um dos principais elementos alavancadores deste Desenvolvimento.

À medida que os distritos italianos foram sendo consolidados e conquistando características empresariais, suas empresas passaram a buscar outros mercados na Itália e, em seguida, a

perseguir com sucesso o mercado internacional. Mas, de acordo com Becattini (1999, p.49), a base para a ação empresarial pela busca de novos mercados repousa na concorrência e cooperação, na redução dos custos de transações interempresas, que possibilitam alcançar objetivos maiores que apenas o lucro imediato e a sobrevivência empresarial no curto prazo.

Deve-se observar que boa parte das PME's da região norte da Itália teve o seu nascedouro como microempresas e que muitas delas, nas décadas de 60 e 70, conseguiram evoluir e absorver positivamente os impactos da microeletrônica e da tecnologia da informação. Isso possibilitou a adoção de novas e modernas formas de gestão, e estas PME's conseguiram obter maior flexibilidade e capacidade produtiva, com significativos aumentos de produtividade e de redução de custos totais de produção.

Essa posição é corroborada por Raud (1999), que também afirma que contribuiu para o Desenvolvimento dessa parcela das PME's italianas o fato de ter havido o aproveitamento desta sinergia coletiva, que permitiu superar várias deficiências particulares de cada empresa em separado. Dessa forma, essas PME's conseguiram obter níveis de eficiência, qualidade e escala de atendimento de especificidades da demanda que muitas vezes a grande empresa verticalizada encontra dificuldades para atingir.

À medida que ocorre o avanço do Desenvolvimento tecnológico nos anos 70, derivado fundamentalmente da intensificação do uso da microeletrônica e da informática, passa a ocorrer uma reestruturação produtiva na grande empresa. Esta, ao deixar nichos de mercado que não lhe interessavam explorar, abriu maiores possibilidades para as PME's da Terceira Itália que haviam incorporado novas tecnologias produtivas e de gestão.

O processo de Desenvolvimento Local na Itália, que surgiu nos anos 50 e nos períodos 60 e 70 do século passado, ultrapassou os aspectos meramente econômicos e passou a apresentar uma abrangência também social. Isso passou a requerer uma nova interpretação e entendimento da constituição e expansão desta sociedade, que traz uma nova performance cultural dos diversos agentes, organizações, instituições e esferas de poder que nela interagem. O relato desse processo de organização da Terceira Itália é enfatizado por Maciel (1996, p.141-142) quando descreve o “milagre italiano”:

Vê-se que o exame dos processos sociais e políticos que estimulam a geração e a aplicação produtiva do conhecimento não pode prescindir de um mapeamento – mesmo que ainda esboçado – da Cultura material e imaterial que funda e permeia estes processos. A capacidade de inovar e o avanço técnico científico não se representam por um somatório de técnicas e produtos teoricamente disponíveis no “mercado” de inovações e mensuráveis em uma calculadora, mas como a capacidade de uma sociedade, nas relações entre seus agentes, movimentos, organizações e instituições⁷¹.

A autora também destaca que há uma inter-relação entre a incorporação e a difusão do progresso técnico e a mudança social. Afirma ainda que as mudanças técnico-produtivas na Terceira Itália não dependeram apenas de uma vontade ou decisão da esfera econômica. Dependeu, em grande parte, do esforço de desenvolver a capacidade social, cultural e política da comunidade em aplicar produtivamente esforços conjuntos em busca da eficiência coletiva, capaz de alavancar a qualidade de vida, de trabalho e das atividades produtivas dessas regiões.

Assim, ao atingir maior competitividade, os atores (empresas privadas e públicas, institutos de pesquisa e de tecnologia, instituições financeiras, órgãos e empresas de apoio) desta região da Itália passaram a construir a sustentabilidade de um processo de Desenvolvimento não apenas produtivo, mas também tecnológico e social.

Becattini ressalta que os processos cooperativos entre os diversos tipos de empresas, pessoas, entidades públicas e segmentos ofertantes de diversos serviços têm sido fator de sucesso para o crescimento dos distritos italianos da Terceira Itália. Além dos objetivos econômicos alcançados (crescimento do produto e da renda), o autor destaca que também tem ocorrido uma melhora no ambiente geográfico e social, o que resulta em melhores condições de vida para as respectivas comunidades, pois a sociedade local tem mobilizado esforços coletivos para resolver mais eficazmente os seus problemas.

Assim sendo, a região compreendida como Terceira Itália faz do Desenvolvimento regional endógeno um compromisso de longo prazo por parte das iniciativas empresariais e da comunidade local. Esse processo está calcado numa identidade regional em que todos compartilham e participam das decisões políticas, econômicas, sociais e culturais, visando ao fortalecimento local e regional de forma contínua e crescente.

⁷¹ LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (Orgs). **Pequena empresa**: cooperação e Desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 1996. 556 p.

2.1.4 Fatores de sucesso e fracasso para o Desenvolvimento Local

Com certeza, como toda metodologia tem seus percalços, trabalhar o conceito de Desenvolvimento Local em uma comunidade também possui seus fatores de sucesso e fracasso sendo experimentados a todo momento.

O artigo de Juarez de Paula aponta alguns desafios que já foram encontrados durante iniciativas de Desenvolvimento Local estruturadas ou não.

O primeiro desafio encontrado é a credibilidade do poder público. Geralmente a população local tende a, por princípio e experiência, desconfiar do real compromisso do Governo com o território. Porém, como coloca Juarez, nestas ocasiões “é preciso crer para ver, ao contrário do São Tomé”⁷², ou seja, esta confiança é uma aposta. Mesmo descrente a população tem que investir na relação com o poder público e contar com este para que, de fato, alguma mudança estrutural local possa ocorrer. Nesta situação, a questão da reputação que será tratada no capítulo referente à Comunicação se aplica praticamente.

O segundo desafio a ser encarado é a pluralidade dos Fóruns ou conselhos Locais. Necessariamente estes devem ser plurais, legítimos, participativos, representativos e democráticos. É claro que seria uma utopia pensar que esta situação ótima é viável em todos os territórios do país, porém, mesmo na presença de grupos políticos rivais, é importante prezar por esta característica nos grupos de trabalho e gestão do território.

O terceiro desafio também tem relação com estes Fóruns ou conselhos Locais e diz respeito a sua capacitação. Devido à rotatividade entre seus membros, os conceitos e objetivos das atividades de DL devem ser constantemente lembrados e alinhados com todos os atores envolvidos no processo. Como discutiremos também, a democratização da informação entre as pessoas é um fator que não só viabiliza, mas motiva o empenho e o comprometimento da população nas ações locais.

⁷² PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento & gestão compartilhada**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/udl/exp_dlis_gestao.htm>. Acesso em: 3 jan. 2006.

O quarto e o quinto desafios levantados por Juarez, dizem respeito, principalmente, à intenção e à apropriação do processo de DL. O Juarez alerta que “o conteúdo dos planos e agendas locais não podem ser particulares e a expectativa em relação à realização das agendas não pode ser imediatista”⁷³.

O sexto e último desafio é a continuidade. Pelo processo de DL poder ser iniciado de forma induzida e espontânea, a relação deste com a Cultura local e a possibilidade da identificação da população local com este processo é muito importante e fundamental para sua continuidade.

Por fim, enfrentar estes fatores de forma ativa e consciente é a melhor medida a tomar que o grupo gestor da DL deve tomar.

2.2 COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.2.1 Contextualização

Considerando que a dissociação entre os dois conceitos é freqüente, duas palavras-chave em discussão no meio acadêmico estão relacionadas a percepções a princípio antagônicas: “vivemos em uma época em que o **individualismo** é maior do que jamais foi” e “novas ferramentas, como a Internet, permitem que a **cooperação** alcance patamares nunca antes observados”. Endossando a primeira afirmação, no livro *Amor Líquido – Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*, Bauman (2004, p.82) defende que:

a realização mais importante da proximidade virtual parece ser a separação entre Comunicação e relacionamento. Diferentemente da antiquada proximidade topográfica, ela não exige laços estabelecidos de antemão nem resulta necessariamente em seu estabelecimento. ‘Estar conectado’ é menos custoso do que ‘estar engajado’ – mas também consideravelmente menos produtivo em termos de construção e manutenção de vínculos⁷⁴

⁷³ Ibidem

⁷⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 82.

A mesma opinião não parece encontrar ressonância no que o entrevistado por Howard Rheingold, Marc A. Smith (2002), sociólogo-pesquisador para a Microsoft, aponta, quando perguntado “por que pensa em cooperação quando eu (Rheingold) descrevo tecnologias móveis e invasivas: ‘Sempre que um meio de Comunicação diminui os custos de soluções de dilemas de ações coletivas, torna-se possível que mais pessoas contribuam com recursos’”⁷⁵.

As duas visões, facilmente enquadradas nos dois grupos que Umberto Eco (1970), em um dos seus livros⁷⁶, categorizou por apocalípticos (exacerbação do individualismo potencializada por novas tecnologias de Comunicação) e integrados (criação de novos canais e formas nunca antes vistas de trocas de informação e de geração e aproveitamento de recursos), não estabelecem de fato uma relação de alternativa. São palavras-chave que coexistem e, não raro, dialogam entre si na prática comunicacional contemporânea, seja ela exclusivamente local ou mediada.

Antes de iniciarmos uma análise da cooperação mediada pela tecnologia e a Comunicação, contudo, devemos nos deter nela como um fator de sobrevivência e construção de um ambiente social; a cooperação faz parte da própria natureza humana (assim como o individualismo, sob a forma da auto-preservação), uma herança que data das primeiras organizações de seres humanos em grupos, na pré-história, antes mesmo de falarmos em civilizações.

A cooperação como uma pré-determinação para a sobrevivência de grupos sociais é, por exemplo, o ponto de partida do romance “O Senhor das Moscas”, do ganhador do Prêmio Nobel de Literatura William Golding. Em plena II Guerra Mundial, o leitor acompanha a queda de um avião com um grupo de meninos ingleses, com idades entre seis e 12 anos, que fazem parte de um coro. Milagrosamente, todos estão a salvo. O choque e a euforia iniciais, contudo, são logo substituídos pela consciência de que a existência deles na ilha e, por extensão, o resgate só podem ser possíveis através de arranjos sociais cooperativos, capazes de direcionar para o bem comum as habilidades de cada sobrevivente.

⁷⁵ RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs: The Next Social Revolutio**. Nova Iorque: Ed. Perseus, 2002.

⁷⁶ O livro em questão é “Apocalípticos e Integrados”. Ver em ECO, Umberto., **Apocalípticos e integrados**. São Paulo : Perspectiva, 1970. 390p.

Ralph, um dos garotos mais velhos, é eleito, por uma via democrática tradicional, o líder. As assembléias são todas conduzidas através do uso de uma grande concha, que confere ao seu portador o direito exclusivo de se pronunciar naquele momento. Nessas assembléias, são formados os grupos: o primeiro, liderado por Jack, também um dos mais velhos, encarrega-se de procurar alimentos e, em um momento posterior, caçar; o segundo tem como objetivo construir tendas na praia capazes de conferir abrigo a todos; e o terceiro deve desempenhar a tarefa de acender uma fogueira no alto de um penhasco e mantê-la acesa, para que as chances de resgate sejam ampliadas.

Trata-se de um arranjo, como se pode observar, orientado para a satisfação das necessidades básicas de um grupo que, tendo habitado até então a civilização da década de 40, se vê diante de novos e primitivos desafios. A opção de Golding por desenvolver um enredo dessa natureza apoiado em personagens que são crianças e pré-adolescentes não é casual; os mais velhos já tiveram experiência de vida suficiente para absorver o funcionamento superficial de certas estruturas da organização social em que estiveram inseridos até então. Se por um lado, as questões que surgem são discutidas de forma democrática e participativa, por outro a assembléia não é igualitariamente inclusiva, sendo negado aos mais novos qualquer poder opinativo; se eles não entendem o funcionamento do mecanismo social ali implantado, eles não detêm cidadania. Sequer fazem parte do arranjo cooperativo estabelecido, absorvendo status apenas quando, posteriormente, a fragilidade da ordem estabelecida fica evidente e, na inevitável cisão no grupo, adquirem o papel de eleitores e componentes, exatamente na designação passiva que a palavra sugere.

Se, por um lado, os mais velhos foram capazes de absorver e reproduzir as estruturas ideológicas que compõem o ambiente social em que estão inseridos – inclusive aquelas que representam o que de mais perverso constitui o sistema de democracia capitalista, como a exclusão – por outro, não detêm o instrumental necessário para avaliar criticamente o funcionamento delas e buscar mudanças.

Ainda assim, resta uma questão fundamental: mesmo que o grupo de garotos dispusesse do conhecimento instrumental necessário para avaliar o funcionamento do arranjo cooperativo (ou que este fosse adquirido através da experiência prática sob condições favoráveis) e, principalmente, da democracia que o estabeleceu, o trabalho cooperativo,

ainda assim, estaria orientado à solução de demandas imediatas e não ao fortalecimento de estruturas que dêem conta destas questões e que possam liberá-los para se ocupar de outras mais importantes. Outro motivo, também digno de análise, para este comportamento é o fato de que a situação dos garotos na ilha é temporária: trata-se de um eterno “garantir a subsistência diária enquanto a ajuda não chega”; a continuidade dos mecanismos é limitada por um evento que não tem localização exata no espaço temporal, logo o compromisso com ele torna-se frágil, tão incerto quanto a ocorrência do próprio resgate.

É justamente essa limitação que BAUMAN (2003) repele, ao afirmar que:

A sobrevivência e o bem estar da *communitas* dependem da (...) imaginação, inventividade e coragem humanas de quebrar a rotina e tentar caminhos não-experimentados. Dependem, em outras palavras, da capacidade humana de viver com riscos e de aceitar a responsabilidade pelas conseqüências. São essas capacidades que constituem o esteio da ‘economia moral’ – cuidado e auxílio mútuos, viver para os outros, urdir os tecidos dos compromissos humanos, estreitar e manter vínculos inter-humanos, traduzir direitos em obrigações, compartilhar a responsabilidade pela sorte e o bem-estar de todos.⁷⁷

Se o trabalho cooperativo sofre, no caso dos personagens de “O Senhor das Moscas”, com a falta de uma finalidade que extravase as fronteiras da necessidade diária, o mesmo não pode ser dito do que se pode observar no modelo dominante de sociedade capitalista ocidental contemporâneo. Como veremos mais à frente, a política, mais especificamente a ideologia capitalista dominante, e a forma como ela determina o espaço público são fundamentais para a compreensão das limitações que a cooperação e a participação representativa encontram atualmente. De acordo com BAUMAN (2003):

O modelo de PNB – Produto Nacional Bruto – que domina (monopoliza) a maneira como os habitantes da líquida, consumista e individualizada sociedade moderna pensam sobre bem-estar ou sobre uma ‘boa sociedade’(...) é mais notável não pelo que ele classifica, de modo equivocado ou claramente errôneo, mas por aquilo que nem chega a classificar; por aquilo que ele deixa totalmente fora do cálculo, negando, assim, na prática, qualquer relevância tópica à questão da saúde nacional e do conforto individual e coletivo.⁷⁸

⁷⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.94

⁷⁸ Ibidem, pg 87-88

Trata-se, como Bauman (2004, p.89) posteriormente explicita, da “enorme área do que A.H. Halsey denominou a ‘economia moral’ – o compartilhamento familiar de bens e serviços, a ajuda entre vizinhos, a cooperação entre amigos: todos os motivos, impulsos e atos com que se costuram os vínculos e compromissos duradouros entre os seres humanos”.⁷⁹

2.2.2 Cooperação e Desenvolvimento Local

Se a mercantilização das relações humanas aparece para o autor de “Amor Líquido” como um mal-estar fundamental para a compreensão do esvaziamento do território das relações interpessoais, chegando a afirmar que o maior e provavelmente mais fundamental sucesso da ofensiva do mercado até agora tem sido o gradual, mas persistente (...) esfacelamento das habilidades de sociabilidade⁸⁰ (BAUMAN, 2004), pode-se afirmar que o mesmo não vale para uma análise que, ao contrário do que Bauman propõe, tenha como ponto de partida não a individualização, mas a cooperação como um meio de interação social a fim de gerar recursos e otimizar seu uso.

Como visto anteriormente, trata-se de uma espécie de arranjo que não deve estar orientado exclusivamente à solução de necessidades básicas, mas à solidificação dos laços entre os grupos que dele participam e governam, ao estabelecimento de regras e mecanismos, inclusive de Comunicação, que garantam a reprodução das soluções alcançadas e, em última instância, a própria transformação do local, que deve estar sempre buscando novos estágios de Desenvolvimento. Trata-se de uma diferenciação fundamental que DIETZ (2003), OSTROM (2003) e STERN (2003) apontam no artigo intitulado “The Struggle to Govern the Commons”, usando dois exemplos distintos:

Pescarias na costa são (...) degradadas quando são (...) governadas por regimes nacionais verticais, deixando oficiais locais e regionais e usuários com autonomia e conhecimento insuficientes para formar instituições de classes efetivas. A degradada costa pesqueira do Maine é governada por regras verticais que seguem modelos dotados de pouco crédito junto aos usuários. Como resultado, a obediência tem sido relativamente baixa e tem havido uma forte resistência ao recrudescimento das restrições existentes. Esse é um contraste marcante em relação à pescaria de lagosta no próprio Maine, que tem sido governada por instituições formais e informais de

⁷⁹ Ibidem, p. 89

⁸⁰ Ibidem, p. 96

usuários que têm influenciado fortemente leis estaduais de restrição à pescaria. Como resultado, têm-se leis levadas a sério e com alto nível de obediência.⁸¹

De fato, quando nos referimos ao termo “cooperação”, este deve ser entendido como “as formas percebidas de interação entre os atores do arranjo, para a realização de ações que buscam um objetivo comum, relacionado ao Desenvolvimento sustentável do arranjo”.⁸² É importante marcar, neste caso, a diferença entre a participação cooperativa da comunidade e o apoio solidário associado a uma educação assistencialista; no primeiro caso, como no segundo exemplo do Maine, a população local (ou parte dela) tornou-se consciente do que poderia conquistar caso estivesse organizada em instituições que desempenhassem um papel duplo: o de conscientizar a classe sobre os problemas do setor e o de representar as reivindicações quanto a essas questões. Trata-se de um contraste fundamental ainda pouco entendido fora do meio acadêmico, principalmente em países como o Brasil, em que a solidariedade assistencialista predomina de forma marcante, uma tradição herdada do modelo de colonização aqui implantado e da forte ligação que ele sempre manteve com a igreja católica, mais especificamente com os jesuítas.

No cerne dessa discussão, encontra-se a própria palavra “solidariedade”, que não deve ser abolida do grupo de mandamentos para o trabalho cooperativo, apesar de necessitar de uma limitação de seu campo semântico. A solidariedade interpretada como pretexto para uma atividade assistencialista que se encerra no exato ponto onde a necessidade do assistido é suprida é incapaz de estabelecer as raízes necessárias para uma autonomia com base no trabalho cooperativo. Já a solidariedade como compreensão fundamental de que o “Outro” possui necessidades, mas não dispõe de meios nem de ferramentas para satisfazê-las e que, portanto, o apoio à formação desse instrumental é primordial, produz resultados efetivos e de longa duração.

⁸¹ “Inshore fisheries are similarly degraded where they are open access or governed by top-down national regimes, leaving local and regional officials and users with insufficient autonomy and understanding to design effective institutions (15, 16). For example, the degraded inshore ground fishery in Maine is governed by top-down rules based on models that were not credible among users. As a result, compliance has been relatively low and there has been strong resistance to strengthening existing restrictions. This is in marked contrast to the Maine lobster fishery, which has been governed by formal and informal user institutions that have strongly influenced state-level rules that restrict fishing. The result has been credible rules with very high levels of compliance (17–19).” “The Struggle to Govern the Commons”, pg. 1 Ver em DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STERN, Paul C. The struggle to govern the commons. Review. Special Section. *Science*, v. 302, 12 dez. 2003. 1907-1912 p. Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 3 jan. 2006.

⁸² Ibidem

Até mesmo quando a demanda envolve a educação de determinado grupo, a escrita não pode ser diferente, como aponta LANE (1981):

O caráter educativo decorre da reflexão que é feita sobre o porquê das necessidades, de como as atividades vêm sendo realizadas, ou seja, como as ações se encadeiam e que resultados são obtidos, tornando possível a todas pessoas envolvidas recuperarem, através do pensamento e ação, da Comunicação e cooperação entre elas, as suas histórias individuais e social, e conseqüentemente, desenvolverem a consciência de si mesmas e de suas relações historicamente determinadas.⁸³

O que nos leva a uma outra questão: se o compartilhamento de informações, ou seja, o processo de Comunicação é um requisito primário para um trabalho cooperativo realmente eficaz, até que ponto essa troca é potencializada ou prejudicada com a entrada em cena de novas tecnologias de Comunicação? Mais uma vez, este é um tema que inevitavelmente traz à tona a separação entre o grupo dos “apocalípticos” e dos “integrados”, ainda que os resultados da cooperação mediada apontem que o segundo grupo tem uma posição mais próxima do efeito positivo da organização cooperativa de mediação tecnológica.

Um exemplo clássico que endossa o ponto de vista “integrado” é o Movimento Zapatista, no México; o grupo revolucionário e as ONG’s que o apóiam utilizam a Internet como o meio de divulgar suas reivindicações no mundo. Todos os comunicados oficiais do grupo, por exemplo, são disponibilizados na Internet.⁸⁴ Tal uso do ciberespaço permitiu que o movimento alcançasse uma representatividade em escala global; conforme os comunicados em castelhano são lançados, indivíduos de todas as partes do planeta se prontificam a traduzi-los para as suas línguas maternas e a disponibilizá-los na rede. As reivindicações de cunho local do Movimento Zapatista atingem, com isso, uma escala global.

Nem todos, porém, enxergam a esfera global como um complemento à local, percebendo um lado perverso das novas ferramentas de Comunicação. Um deles, BAUMAN (2003), aponta como um dos fatores críticos o desligamento das camadas sociais mais ricas de suas localidades:

⁸³ LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 88 p.

⁸⁴ Esses comunicados podem ser encontrados no site <http://www.ezln.org/documentos/> (em espanhol).

As pessoas da ‘camada superior’ não pertencem ao lugar que habitam, pois suas preocupações se situam (ou melhor, flutuam) alhures. Pode-se imaginar que, além de serem deixadas sós e portanto livres para se dedicarem a seus passatempos, e tendo assegurados os serviços necessários para as suas necessidades e confortos do dia-a-dia (...), elas não têm outros interesses nas cidades onde se localizam suas residências. A população urbana não é – como costumava ser para os proprietários de fábricas e os comerciantes de artigos de consumo e de idéias de outrora – seu campo de pastagem, sua fonte de riqueza ou um bem sob a sua custódia, cuidado e responsabilidade. (...) O mundo em que vive a outra camada de moradores da cidade, ‘inferior’, é o exato oposto do primeiro. (...) Os habitantes urbanos da camada inferior’ estão condenados a permanecerem locais’.⁸⁵

A princípio aplicável ao caso do Movimento Zapatista, uma iniciativa de cunho popular, a diferenciação feita por Zygmunt Bauman não é ratificada por Pierre Levy, que afirma:

(...) Estamos vivendo a abertura de um novo espaço de Comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano⁸⁶

As crescentes possibilidades de manifestações culturais potencializadas por novas ferramentas de Comunicação, em especial a Internet, implicam, também, numa radical alteração da dinâmica básica dos meios de Comunicação até hoje, como aponta RHEINGOLD (2002):

A grande notícia sobre comunidades virtuais diz respeito ao fato de que você não precisa ser um escritor profissional, artista ou jornalista de televisão para se expressar para os outros. Todos podem ser um editor ou um emissor agora. É uma mídia que afirma o seu caráter popular e democrático.⁸⁷

A posição de Rheingold ecoa a de outros teóricos, em especial Lévy (1999, p.21):

Parece-me (...) que não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante o seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal (junto com a linguagem e as instituições sociais complexas).⁸⁸

⁸⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 120-121

⁸⁶ LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p.11

⁸⁷ The liberating news about virtual communities is that you don't have to be a professional writer, artist, or television journalist in order to express yourself to others. Everyone can be a publisher or a broadcaster now. Many-to-many communications media have proved to be popular and democratic". Ver em RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs: The Next Social Revolutio**. Nova Iorque: Ed. Perseus, 2002. p. 121

⁸⁸ LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p.21

Situada próxima ao que os dois teóricos anteriormente citados defendem, a posição de COCCO (2003), GALVÃO (2003) E SILVA (2003) vêem as NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) igualmente de forma positiva, defendendo o que Antonella Corsani chama de *capitalismo cognitivo*:

A hipótese do capitalismo cognitivo (...) sustenta-se justamente na perspectiva de uma transformação radical das formas de produção, acumulação e organização social aberta pelas NTIC para além das determinações neio-industriais do denominado modelo japonês ou de especialização flexível (PIORE e SABEL, 1984; HARVEY, 1992).⁸⁹

Nem todos, contudo, compartilham das posições de Rheingold e de Lévy. Trata-se, inclusive, de uma concepção comum a que afirma que os novos meios de Comunicação não são efetivamente representativos, porque não atingem uma grande parcela da população. Os que se posicionam nesse lado da discussão defendem que não há um alívio do achatamento de manifestações culturais, porque aquelas que já não encontram espaço não têm a sua situação alterada, uma vez que tais mídias alcançam apenas as camadas sociais mais altas.

Por um lado, esta é uma acepção válida. Por outro, ela já demonstra sinais de envelhecimento, uma vez que a crescente universalidade dessas mídias é cada vez mais comprovada por ações de ONG's e de instituições governamentais na difusão do acesso à Internet e por notícias recentes como a de que o Massachusetts Institute of Technology (MIT) desenvolveu um laptop que pode ser vendido a governos por cem dólares a peça e ao público por 200 dólares.

É nesse sentido que Lévy (1999, p.25) defende a importância do crescimento do que ele chama de cibercultura, ao afirmar que:

a emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização. Uma técnica é produzida dentro de uma Cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo condicionada, não determinada. Essa diferença é fundamental. (...) Dizer que a técnica condiciona significa dizer que abre algumas possibilidades, que algumas opções culturais ou sociais não poderiam

⁸⁹ COCCO, Giuseppe, SILVA, Gerardo, GALVÃO, Alexander Patez, Introdução: conhecimento, inovação e redes de redes, in *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*, pg. 8.

ser pensadas a sério sem sua presença. Mas muitas possibilidades são abertas, e nem todas são aproveitadas.⁹⁰

2.2.3 Fatores Críticos de Sucesso

Os obstáculos a esse pleno aproveitamento residem, com frequência, não em um fator externo que escape ao controle dos envolvidos, mas a uma questão da própria organização interna. Um desses fatores é chamado por Howard Rheingold (2002, p.32) de *free-riders*, que, segundo ele, são “pessoas que sucumbem à tentação de aproveitar um bem público sem contribuir para a sua manutenção e evolução.”⁹¹ Ao contrário do que as suas posições podem falsamente trair, Rheingold não defende um liberalismo quase anarquista no trato com os novos meios de Comunicação; antes, ele enxerga essas mídias como dotadas da capacidade de se auto-regularem.

E o mecanismo central desse sistema chama-se reputação, que marca o ponto em que tecnologia e cooperação convergem. (RHEINGOLD, 2002)⁹² É uma dinâmica, contudo, baseada numa constatação um tanto pessimista, aplicável a qualquer ordem de processo de Comunicação, que ele cita do cientista político Robert Axelrod:

O que torna possível que a cooperação emerja é o fato de que os participantes podem se encontrar novamente. Essa possibilidade significa que as escolhas feitas hoje podem influenciar não apenas resultados imediatos, mas também nas escolhas futuras dos participantes. ‘Reputação’ é uma forma de olhar para essa ‘sombra do futuro’.⁹³

Como um dos exemplos, o autor cita o E-bay, um site de comércio entre usuários (cujo similar brasileiro se chama “Mercado Livre”). A cada operação comercial realizada, o comprador confere ao vendedor (e vice-versa) uma classificação positiva, neutra ou negativa. O acúmulo de qualificações é disponibilizado para todos os usuários na fase de

⁹⁰ LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. P.25

⁹¹ RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs: The Next Social Revolution**. Nova Iorque: Ed. Perseus, 2002.

⁹² Ibidem, p.44

⁹³ “What makes it possible for cooperation to emerge is the fact that the players might meet again. This possibility means that the choices made today not only determine the outcome of this move, but can also influence the later choices of the players”. Ibidem, p.44

prospecção e exercem um papel definitivo na escolha final. Quanto maior for o número de qualificações positivas, mais rápido serão efetuadas as transações; um conceito tão subjetivo quanto o de confiança ganhou, com isso, um representante virtual à altura. Outras discussões que ligam este assunto à Comunicação serão feitas no capítulo referente à Comunicação.

Segundo DIETZ (2003), OSTROM (2003) e STERN, a auto-regulação cooperativa tem maiores chances de sucesso quando:

- a. Os recursos e os usos deles pelos humanos podem ser monitorados, e as informações verificadas e compreendidas a um custo relativamente baixo;
- b. Índices de mudança nos recursos, nas populações que os utilizam, na tecnologia, e nas condições sociais e econômicas são moderados;
- c. Comunidades mantêm Comunicação face-a-face freqüente e densas redes sociais – às vezes chamadas capital social – que aumentam o potencial de confiança, permitem que pessoas se expressem e percebam expressões de desconfiança (...);
- d. Forasteiros podem ser excluídos do uso dos recursos a um custo relativamente baixo (novos entrantes (...) tipicamente não dominam as regras de uso);
- e. Usuários apóiam monitoramento efetivo e reforços da lei.⁹⁴

Às formulações dos três teóricos, devem-se acrescentar alguns pontos fundamentais: o total envolvimento dos participantes na compreensão das questões relativas aos recursos; o comprometimento deles com o fluxo comunicacional de informações relevantes e a definição das metas a serem atingidas; assim como as manifestações culturais envolvidas nesse processo.

O princípio fundamental da participação deriva, nas palavras de Paulo Freire (2004, p.19), do fato de que “seria incompreensível se a consciência de minha presença no mundo não significasse a impossibilidade de minha ausência na construção da própria

⁹⁴ Effective commons governance is easier to achieve when (i) the resources and use of the resources by humans can be monitored, and the information can be verified and understood at relatively low cost (e.g., trees are easier to monitor than fish, and lakes are easier to monitor than rivers) (29); (ii) rates of change in resources, resource-user populations, technology, and economic and social conditions are moderate (30–32); (iii) communities maintain frequent face-to-face communication and dense social networks—sometimes called social capital—that increase the potential for trust, allow people to express and see emotional reactions to distrust, and lower the cost of monitoring behavior and inducing rule compliance (33–36); (iv) outsiders can be excluded at relatively low cost from using the resource (new entrants add to the harvesting pressure and typically lack understanding of the rules); and (v) users support effective monitoring and rule enforcement (37–39). Few settings in the world are characterized by all of these conditions. The challenge is to devise institutional arrangements that help to establish such conditions or, as we discuss below, meet the main challenges of governance in the absence of ideal conditions. (6, 40, 41). Ver em: DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STERN, Paul C. The struggle to govern the commons. Review. Special Section. *Science*, v. 302, 12 dez. 2003. 1907-1912 p. Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 3 jan. 2006.

presença. Como presença consciente no mundo, não posso escapar à responsabilidade ética do meu mover-me no mundo”.⁹⁵

2.3 EMPODERAMENTO

2.3.1 A questão da participação

É justamente no ponto levantado por Freire que se torna evidente a importância da separação entre cooperação e coação na formação de um sujeito participativo. Piaget, Vygotsky e Wallon (1992, p.19)

não somente a coação leva ao empobrecimento das relações sociais, fazendo com que na prática tanto o coagido quanto o autor da coação permaneçam *isolados*, cada um no seu respectivo ponto de vista, mas também ela representa um freio ao Desenvolvimento da inteligência. De fato, sendo a Razão um processo ativo de busca e produção da verdade (...), a relação de coação fecha toda e qualquer possibilidade para que tal processo possa acontecer. Logo, reforça o egocentrismo, impossibilitando o Desenvolvimento das operações mentais, uma vez que esse Desenvolvimento somente ocorre se representar uma necessidade sentida pelo sujeito.⁹⁶

O tipo de relação que os autores repelem é justamente a que mais prejudica um ambiente de cooperação, além de ser presença comum no achatamento da participação política, como será discutido mais à frente. A princípio, todo processo de participação envolve diferentes níveis; a inserção do sujeito em cada nível é determinada por dois fatores centrais, como aponta BORDENAVE (1994): “qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões; e quão importantes são as decisões de que podem participar.”⁹⁷

A partir dessa constatação, o autor segue enumerando quais são os níveis de participação dentro de uma organização, que, por sua vez, variam de acordo com as respostas para essas questões básicas. Em ordem crescente de participação, os estágios referem-se à

⁹⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.19

⁹⁶ PIAGET, Ives de La Taille, VYGOTSKY, Maria Kohl de Oliveira, WALLON, Heloísa Dantas. **Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus, 1992. p.19

⁹⁷ BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.30

informação, consulta facultativa, consulta obrigatória, elaboração/recomendação, co-gestão, delegação (autonomia para certas atividades) e autogestão.

O último nível constitui de fato a meta a que toda organização verdadeiramente comprometida com o trabalho cooperativo deve almejar. Para alcançá-lo, uma das ferramentas principais é justamente a Comunicação. Nenhum processo de gestão conjunta, participativa e cooperativa escapa à condição de ter como fator crítico de sucesso a circulação de informações. O próprio termo “circulação de informações” não dá conta da complexidade envolvida neste processo, uma vez que a etapa efetivamente complicada da cadeia diz respeito à transmissão de dados corretos e aplicáveis à área a que se destinam.

O conhecimento necessário para suporte à tomada de decisão demanda uma constante filtragem; um processo que é realizado, hoje, em grande parte, com o apoio de novas tecnologias. Se o tempo necessário a essa seleção de informações relevantes pode ser encurtado, os envolvidos nessa atividade tornam-se livres para participar em outros estágios; as novas tecnologias requerem, cada vez mais, que o trabalho realizado seja menos especializado e com maior capacidade de enxergar e compreender o todo.

2.3.2 Política e participação

Ao mesmo tempo, as tecnologias da Comunicação não constituem um elemento único na equação que determina a participação numa organização; ela é, na verdade, ainda mais influenciada por uma força tão antiga quanto permanentemente eficaz em qualquer objetivo que os seus praticantes adotem: a política. É justamente nesse campo que práticas de coação adquirem a falsa face de cooperação, agindo, na verdade, contra a participação inclusiva.

O adjetivo “participativo” com frequência aparece precedido pela palavra democracia. Esta, contudo, constitui o primeiro alvo de críticas quando se pensa uma atividade realmente inclusiva. É o que defende Slavoj Žižek (2002, p. 61), ao se referir ao momento posterior aos ataques de 11 de setembro nos EUA:

À parte outros efeitos, sentimos claramente as limitações de nossa democracia: tomam-se decisões que afetam o destino de todos nós, e todos nós apenas esperamos, cientes de nossa completa impotência.⁹⁸

A afirmação de Zizek, motivada por um evento específico, aparece para PAIVA (2000) como uma dinâmica intrínseca à própria democracia liberal:

A representação política, nos moldes em que foi concebida e posta em prática nas democracias liberais, estabelece uma distância muito grande entre ‘mundo cotidiano’ e ‘mundo da política’, provocando, na maioria das pessoas, um sentimento de não-pertinência a este último. Ora, se o ‘mundo da política’ fica refém daqueles que compõem o aparelho estatal e de uma minoria de privilegiados, os cidadãos não dispõem de um espaço, constitucionalmente estabelecido, para exercer seus direitos de cidadania.⁹⁹

A perversidade por trás dessa dinâmica torna-se ainda mais acentuada quando o assunto em pauta é a própria escolha democrática. O exemplo que Zizek (2002) utiliza para demonstrar a operação de tal mecanismo é a obrigação de posicionamento (capitalismo ou fundamentalismo) a que os EUA submeteram a sua população, no período pós-11 de Setembro:

É exatamente nesses momentos de clareza de escolha que a mistificação é total. (...) O único meio de explicar a complexidade e estranhos desvios da situação global de hoje é insistir que a verdadeira escolha é entre o capitalismo e o seu Outro (representado no momento por correntes marginais como o movimento antiglobalização). (ZIZEK, 2002)

A participação é, então, condicionada por uma múltipla escolha fictícia, mas que se manifesta a todos como natural, exibindo falsos aspectos não-culturais e não-históricos. É nesse sentido que Zizek (2002, p. 98), retomando a teoria de fetiche elaborada por Karl Marx, afirma que “a democracia é hoje o principal fetiche político, a rejeição dos antagonismos sociais básicos: na situação eleitoral, a hierarquia social é momentaneamente suspensa, o corpo social é reduzido a uma multidão pura passível de ser contada, e aqui também o antagonismo é suspenso”¹⁰⁰.

As raízes para as críticas realizadas por Zizek e Paiva são, por sua vez, históricas, estando intrinsecamente conectadas ao próprio conceito de espaço público. O cidadão da

⁹⁸ ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 61

⁹⁹ PAIVA, Maria Arair Pinto. **Espaço Público e Representação Política**. Niterói: EdUFF, 2000. v. um. p. 21-22

¹⁰⁰ ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 98.

Grécia Antiga encontrava no seu cotidiano as esferas privadas (família) e pública (política) radicalmente separadas entre si, um fenômeno que, como Hannah Arendt apontou, sofreu uma mudança radical com a entrada em cena da esfera social, na Era Moderna, o que gerou uma grave complicação, uma vez que a política passou a ocupar uma posição delimitada em relação ao social.

O termo ‘público’ significa tudo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível e tem a maior divulgação possível”.¹⁰¹ Como se pode observar, claramente o espaço onde a prática política não é construída hoje, destacando-se a preferência por uma publicidade manipulativa. Como PAIVA (2000) aponta, “temos dois tipos de publicidade na realidade constitucional do Estado na socialdemocracia: a crítica e a manipulativa. Se esta prevalece ou é mais significativa, o Estado será menos democrático. (PAIVA; PINTI, 2000)¹⁰²

A publicidade crítica é, de fato, uma espécie em extinção no ambiente democrático, uma vez que pressupõe fluxos comunicacionais abertos e mais orientados numa horizontalidade do que na sempre atual verticalidade. Dessa forma, a crítica tem a sua própria existência impossibilitada pela falta de informações para efetuar-la e difundi-la. É uma prática herdeira do mandato representativo (segundo o qual, o representante tem “autonomia de vontade para agir de forma livre, sem constrangimentos, porque é considerado titular da vontade nacional soberana”¹⁰³) adotado pela grande maioria das democracias liberais.

Não se deve ignorar, também, o fato de que o funcionamento desse modelo está intrinsecamente ligado à operação econômica que ele protege. Como aponta FRIEDMANN (1992), “o modelo dominante de crescimento econômico expressa o anseio do capital global por uma economia *sem fronteiras* na qual não haja nem interesses organizados, nem poderes intermediando os centros de decisão corporativa por

¹⁰¹ PAIVA, Maria Arair Pinto. **Espaço Público e Representação Política**. Niterói: EdUFF, 2000. v. um. p.33

¹⁰² Ibidem. p. 36

¹⁰³ Ibidem. p. 42

um lado e consumidores individuais por outro”.¹⁰⁴ Trata-se de uma constatação que Slavoj Žižek (2002, p.171) endossa, ao negar a possibilidade de universalismo no capitalismo:

Na celebrada livre circulação aberta pelo capitalismo global, são as ‘coisas’ (mercadorias) que circulam livremente, ao passo que a circulação das ‘pessoas’ é cada vez mais controlada. O novo racismo do mundo desenvolvido é, de certa forma, mais brutal que os anteriores: sua legitimação implícita não é naturalista (a superioridade natural do Ocidente desenvolvido) nem culturalista (nós, ocidentais, também queremos preservar nossa identidade cultural), mas um desavergonhado egoísmo econômico – o divisor fundamental é o que existe entre os que estão incluídos na esfera de (relativa) prosperidade econômica e os que dela estão excluídos.¹⁰⁵

2.3.3 Participação através do empoderamento

Esse obstáculo que impede a livre-circulação de pessoas, por sua vez, tem um impacto decisivo nas reivindicações de classe. Ainda que o Desenvolvimento Local possa ser acionado e influenciado à distância, com o apoio de novas tecnologias da Comunicação, é a presença física na região que efetivamente permite o surgimento de estratégias em sintonia com a(s) Cultura(s) ali presente(s).

Os movimentos urbanos, entendidos como processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos (CASTELLS, 2000)¹⁰⁶, de certa forma, tiveram algum grau de sucesso nas reivindicações contra esse sistema. Ainda assim, ao atentarmos para as suas metas principais, conforme propõe Castells (2000, p.79) ao afirmar que “necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos”¹⁰⁷, perceberemos o quanto os seus resultados ainda não são suficientes.

¹⁰⁴ FRIEDMANN, John. **Empowerment: the politics of alternative development**. Cambridge, MA: Blackwell, 1992. p. 31

¹⁰⁵ ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2003. p 171-172

¹⁰⁶ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pg. 79

¹⁰⁷ *Ibidem*, P. 79

Nesse sentido, o primeiro movimento a ser realizado para uma plena elaboração de estratégias e execução realmente participativas e transformadoras é, contrariando as práticas tradicionais da democracia (e, conseqüentemente, grande parte do próprio modelo democrático), fazer uso do empoderamento. Não se trata de um conceito novo, contudo. PINTO (1998) define empoderamento como “um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológicos, político e econômico – que permite a esses sujeitos aumentar do exercício da sua cidadania”.¹⁰⁸

Como afirmado anteriormente, trata-se de uma inversão dos conceitos da cidadania democrática-liberal; o empoderamento promove, antes de tudo, uma horizontalização da tomada de decisão, que deixa de ser marcada pela posição vertical de um único líder a quem o voto garante o poder divino de execução. É um conceito que parte do pressuposto de que atividades diversas podem (e devem) ter responsáveis diversos encarregados delas. Não apenas responsáveis por elas, eles são dotados do poder de participação nas decisões. Levando isso em consideração, PINTO (1998) aponta que:

“O Desenvolvimento histórico da cidadania não é entendido, pelos profissionais de empowerment, como um processo linear e evolucionista, segundo o qual se dá uma acumulação de direitos que passam a ser aceitos como garantidos. Pelo contrário, os direitos alcançados devem ser defendidos e exercidos continuamente. Deste modo, esta abordagem não se preocupa somente com a obtenção de poder, de direitos ou defesas, mas fundamentalmente no exercício do poder”.¹⁰⁹

Que é ampliado tendo em vista que, agora, a participação não mais é marcada pela escolha de opções oferecidas em pacotes fechados, mas pela decisão ativa de quais serão as opções implementadas. David Gershon (2004, p.1) aponta que existem seis valores básicos a serem considerados para a prática do empoderamento e que serão de grande valor para aplicação no Desenvolvimento Local:

¹⁰⁸ Seria: PINTO, Carla. **Empowerment**: uma prática de serviço social. Lisboa: ISCSP, 1998. p. 247. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/empowerment.htm>. Acesso em: 3 jan. 2006.

¹⁰⁹ Ibidem, p.248

- a. Responsabilidade pelo que faz;
- b. Comunicação autêntica;
- c. Confiança;
- d. Aprendizado e Confiança;
- e. Habilidades para processos;
- f. Atribuir importância ao que faz.¹¹⁰

¹¹⁰ GERSHON, David. The empowering organization – developing na organization´s work force potencial, 2004, Disponível em: <http://www.empowermentinstitute.net> Acesso em 15 nov. 2005

3. COMUNICAÇÃO E CULTURA

3.1 COMUNICAÇÃO

As Ciências da Comunicação são um fecundo espaço para tratarmos de problemas e possíveis soluções referentes ao Desenvolvimento. A teoria da Comunicação pode ter grande visibilidade e aplicação não só no campo acadêmico como também quando aplicada às questões econômicas e empresariais atuais.

É importante lembrar que experiências sobre mecanismos de cooperação empresarial e de Desenvolvimento Local ainda são bastante incipientes no Brasil para uma constatação real sobre as melhores práticas para seu fomento. A intenção deste trabalho, então, é servir de apoio para que os profissionais da Comunicação coloquem-se de forma objetiva e acertada em meio a estas questões.

Para tentar driblar uma das grandes dificuldades deste sistema produtivo em cooperação, as relações sociais, que, neste estudo, optamos por trabalhar com as ferramentas da Comunicação com o intuito de gerar subsídios para transformar o Desenvolvimento Local em atitude espontânea dos produtores e da sociedade de uma comunidade específica.

Algumas alternativas ao modelo de globalização que se impõe atualmente têm sido sugeridas em diversas áreas do conhecimento. O trabalho através de redes e da colaboração ou economia solidária tratam de estratégias para organização de uma sociedade “pós-capitalista”, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como, uma transformação cultural, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. A presença da Comunicação, como mostraremos neste capítulo, é fundamental para viabilizar estas alternativas cooperativas para o Desenvolvimento Local.

3.1.1 O Lugar da Comunicação no Desenvolvimento Local

O trabalho cooperativo, planejado, que submete a natureza ao homem, só foi possível através do Desenvolvimento da linguagem pelos grupos sociais humanos.

De acordo com Lane¹¹¹ (1981. p. 25) “a linguagem se desenvolveu historicamente quando os seres humanos tiveram que cooperar para a sua sobrevivência. Da mesma forma como criaram instrumentos necessários para uma prática de sobrevivência, desenvolveram a linguagem como forma de generalizar e transmitir esta prática.¹¹²”

Lane¹¹³ (1981. p.26) constatou que:

Na medida em que as relações entre os homens vão se tornando mais complexas, em decorrência de uma complexidade maior na divisão de trabalho, (...) a linguagem também se torna mais complexa; ela deixa de atuar apenas num nível prático-sensorial para ir se tornando também genérica, abstrata, atendendo às novas atividades engendradas social e historicamente: artes, religião, modas, tecnologias, educação, formas de lazer, etc.

A essência da Comunicação é conseguir sintonizar a fonte e o receptor em uma determinada mensagem. Para isso três elementos são requeridos: fonte, mensagem e receptor. Quando este cenário está dado, a grande questão da Comunicação é saber se o ato de comunicar foi conseguido com eficiência e eficácia, se o receptor foi atingido e quanto da mensagem inicial da fonte foi absorvida.

A escolha dos métodos de Comunicação da fonte para o receptor obedece à função de levar a mensagem do desconhecimento à compreensão e, em última instância, à ação. Segundo Muylaert¹¹⁴ (2000, p. 25) Ação, mais do que o conhecimento sobre o assunto, é o “nível em que o receptor se revela disposto a tomar alguma atitude concreta sobre a sua participação no assunto levantado pela Comunicação.”

¹¹¹ LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 88 p. (Coleção primeiros passos; 39). P. 25

¹¹² Ibidem

¹¹³ Ibidem

¹¹⁴ MUYLAERT, Roberto. **Marketing cultural & Comunicação dirigida**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2000. p. 25.

Em algumas organizações hoje a Comunicação já é tomada como uma variável de grande importância dentro de suas estruturas organizacionais. Como já destacamos anteriormente, e Deetz¹¹⁵ (2001) ratifica a tese defendida, “quando vista como um fenômeno distinto, a concepção de organização é geralmente reduzida a um ‘local’ e a concepção de Comunicação normalmente torna-se limitada a interação social, conceitualmente reduzida a atos empíricos de transferência de informação, o que é o mínimo denominador em Comunicação Organizacional.”

Por isso, quando tratamos aqui da Comunicação levando à ação, pretendemos explorar justamente a concepção que vai além da Comunicação como transferência de informação. No contexto do Desenvolvimento Local, não se comportar como protagonista de um processo de mudança é não utilizar de fato todo o potencial que a Comunicação e seus profissionais têm também nos âmbitos sociais e econômicos.

Na concepção de Tompkins e Wanca-Thibault¹¹⁶ (2001), “as organizações são vistas como sistemas de indivíduos em interação os quais, por meio da Comunicação, são ativamente envolvidos em processos de criação e re-criação da sua particular ordem social.” Seguindo esta perspectiva, Mumby¹¹⁷ (2000) ainda coloca que “a Comunicação é a substância de um processo organizante, onde, por meio de práticas discursivas, os membros das organizações se engajam na complexa construção de diversos sistemas de significados.”

É assim que devemos perceber o lugar da Comunicação no Desenvolvimento Local; fomentando e fornecendo ferramentas para a organização e a ação social, ainda com o diferencial de ter a sensibilidade de, para isso, levar em conta as relações sociais, os valores, a Cultura e os fluxos comunicacionais da comunidade. A Comunicação consegue perceber os diferentes impactos de suas ferramentas em diferentes públicos; consegue mesclar em um trabalho local meios de Comunicação coletiva e momentos de uso de influência pessoal, por exemplo.

Desde o início da era da Comunicação de massa, os estudiosos buscaram entender as influências dos veículos sobre suas audiências. Desta busca, algumas teorias como a teoria hipodérmica ou da bala mágica – vinda da ala mais “integrada” nos conceitos de Umberto Eco

¹¹⁵ DEETZ. N. Nome do arquivo ou livro. Cidade: editora, 2001. In: Paradigmas em Comunicação Organizacional.

¹¹⁶ Idem

¹¹⁷ Idem

(1970), considerava que as mensagens eram recebidas de forma homogênea, que não existiam barreiras entre emissor e receptor – e a teoria de influências seletivas – na qual o receptor “filtrava”, conscientemente, as mensagens recebidas – foram desbancadas. (A Sociedade de Massa e a teoria da bala mágica)

Hoje o acesso à informação é considerado condição *sine qua non* para a democracia. É papel da Comunicação gerar e disseminar, pelo menos minimamente, informações para que a sociedade incorpore pontos de vista, faça escolhas e tome atitudes de maneira consciente.

Para entendermos ainda com mais facilidade o papel da Comunicação no Desenvolvimento Local, devemos destacar seu caráter de reciprocidade. Conforme Kunsch (1986) “A Comunicação não se caracteriza como uma via de sentido único. Receptor e emissor trocam constantemente de posição, ao longo do processo de Comunicação.”¹¹⁸

Castells (1999, p. 419) ratifica esta afirmação colocando:

[...] enquanto a grande mídia é um sistema de mão-única o processo real de Comunicação não o é, mas depende da interação entre o emissor e o receptor na interpretação da mensagem. Os pesquisadores encontraram indícios da importância do que chamam de ‘platéia ativa’. Nas palavras de Croteau e Haynes, ‘há três maneiras fundamentais em que as platéias dos meios de Comunicação de massa são consideradas ativas: por meio da interpretação individual dos produtos da mídia, por meio da interpretação coletiva da mídia e por meio da ação política.’¹¹⁹

Como na aplicação que Margarida Kunsch (1986, p.158) faz da Comunicação na educação, esta interação torna-se qualitativamente determinante também para o Desenvolvimento Local e a cooperação:

Este modelo que ‘parte do pressuposto de que cada participante do processo de Comunicação é, ao mesmo tempo, emissor e receptor’ (Nundel, 248) permite o controle de seu sucesso, a participação crítica e a construção de sua continuidade. Para tanto, emissor e receptor devem ter a capacidade de codificar, transmitir e decodificar a mensagem. Esta capacidade supõe o conhecimento dos símbolos usados, das palavras (léxico) e das regras de combinação.¹²⁰

¹¹⁸ KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e educação: caminhos cruzados**. São Paulo: Edições Loyola: AEC, 1986.

¹¹⁹ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. Tradução Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.419

¹²⁰ *Ibidem*, p.158

Hall (2003) já apresentava uma crítica às práticas e aos estudos da Comunicação fundamentados na linearidade emissor/ mensagem/ receptor que, segundo ele, além de concentrar-se no nível das trocas e das mensagens não possibilita a compreensão mais ampla da complexidade que envolve os processos comunicacionais.

Para o autor, seria mais interessante que o processo comunicativo fosse produzido e entendido em uma estrutura que considere os momentos específicos de sua construção, ou seja, pensá-lo como uma ‘complexa estrutura em dominância’ em que cada momento do processo – produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução – seja identificado em suas próprias formas e condições de existência, mas claro, devem estar interligados na formação de um sentido único.¹²¹

E este é outro aspecto que Kunsch (1986, p. 158) salienta, e que também se aplica ao nosso estudo: a necessidade dos participantes da Comunicação terem um repertório, pelo menos, parcialmente comum (que gere o sentido único), ou seja, “não bastam os bons propósitos unilaterais para que se realize um processo de Comunicação, mesmo que se esteja imbuído das melhores intenções e se tenha coisas importantes a comunicar. É necessário que exista a reciprocidade e, para isto, faz-se mister um campo comum de entendimento.”¹²²

É interessante também abordar aqui alguns exemplos que Gustavo Gomes de Matos descreve em seu livro “Comunicação sem complicação”, quando a Comunicação e a administração gerenciadas de forma conjunta podem gerar impactos positivos para a qualidade e produtividade de um território, gerando sinergia e união entre a comunidade.

A primeiras das vantagens é a mudança com eficácia. Uma comunidade que não possui informações dificilmente vai conseguir gerenciar seu processo de Desenvolvimento com eficiência e solidez. Por isso, manter a comunidade informada de forma rápida e coerente é o primeiro passo para que esta se comprometa com as mudanças sugeridas e empreendidas no local. Matos (2004,p.134) afirma que “a liberdade de Comunicação é o melhor fator motivacional para a geração de boas idéias, a criação de soluções criativas e a consolidação de uma ótima produtividade.”¹²³

¹²¹ HALL, Stuart. Teorias da Recepção. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv (Org.). Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/UNESCO, 2003.

¹²² KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e educação: caminhos cruzados**. São Paulo: Edições Loyola: AEC, 1986. p.158

¹²³ MATOS, Gustavo Gomes de. **Comunicação sem complicação: Como simplificar a prática da Comunicação nas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 1 p.134

Outra vantagem apontada pelo autor é o fato da Comunicação ser um fator de motivação e satisfação do público envolvido em um processo e a possibilidade de abertura de diálogo entre os gestores e líderes de uma região e toda a comunidade impactada.

Atendidas estas observações – e levando em conta segundo Kunsch (1986, p.10) “o papel imprescindível dos meios de Comunicação, como mediadores da realidade na apropriação do conhecimento, uma vez que eles têm a possibilidade de registrar e transmitir o acúmulo de conhecimentos já produzidos pela humanidade”¹²⁴ – o território estará mais próximo pelo menos da democratização de seus processos de tomada de decisão.

3.1.2 Novas Tecnologias da Informação e Comunicação

Segundo Jesus (apud KUNSCH, A1986, p.17)¹²⁵, da Universidade de Bauru, “o problema das novas tecnologias não é uma questão que se reduza somente às inovações físicas; pelo contrário, tem potencialidade suficiente para transtornar toda a prática da Comunicação social.”

Como já levantamos no primeiro capítulo, as Novas tecnologias de informação e Comunicação têm mudado radicalmente as formas de comunicar e interagir de uma comunidade. Rheinglod (apud CASTELLS, 1999, p.442)¹²⁶ no livro *Virtual Communities*, já defende com ênfase o nascimento de uma nova forma de comunidade, que reúne pessoas on-line ao redor de valores e interesses em comum.

Como aborda Zallo (2003), as mudanças tecnológicas da sociedade da informação que impactam o trabalho no Desenvolvimento Local são, basicamente:

¹²⁴ KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e educação: caminhos cruzados**. São Paulo: Edições Loyola: AEC, 1986. p.10

¹²⁵ Ibidem, p. 17.

¹²⁶ CASTELLS, N. *Virtual Communities*. Cidade: editora, Ano. p. 442. CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. Tradução Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.442

Em primeiro lugar, a digitação e informacionalização de todo o sistema de signos, símbolos e imagens, permitindo homogeneizar o tratamento de sinais de qualquer conteúdo ou linguagem.

Em segundo lugar, uma certa tendência à convergência tecnológica de redes, aparelhos e conteúdos - estes últimos tenderiam à multimídia - e que, por falta de regras, propicia a concentração dos Grandes Gurupos.

Em terceiro lugar, uma combinação de dispositivos e redes que permitiriam a conectividade dos sistemas tecnológicos, a interatividade, a acessibilidade e a ubicuidade, e que já estão afetando profundamente as atividades culturais e especialmente as indústrias culturais, em todas as fases do processo produtivo (desde a criação até a distribuição e difusão passando pela produção) e em todas as formas de consumo e acesso às obras.¹²⁷

Em uma primeira análise, as mudanças ocorridas na sociedade da informação seriam somente no sentido de captar, armazenar, processar e compartilhar informação, tendendo a resolver a lentidão, a escassez e o acesso à informação. Porém, como temos visto, estes novos sistemas de informação e Comunicação impactam diretamente as dimensões econômicas e sociais de comunidades. Estar à margem destas tecnologias hoje é estar fora dos processos administrativos e representativos de uma região.

Segundo Jollivet (2003, p.86):

Além de uma visão estritamente instrumental e formal da Comunicação (a Comunicação com transferência de informação), as NTIC se afirmam igualmente como tecnologias relacionais: elas instrumentam o relacionamento, a criação de relações interpessoais, a produção de redes sociais e a formação de comunidades.¹²⁸

¹²⁷ En primer lugar, la digitalización e informacionalización de todo el sistema de signos, símbolos e imágenes, permitiendo homogeneizar el tratamiento de señales de cualquier contenido o lenguaje.

En segundo lugar, una cierta tendencia a la convergencia tecnológica de redes, aparatos y contenidos - estos últimos tenderían al multimedia - y que, a falta de reglas, propicia la concentración de los Grandes Grupos.

En tercer lugar, una combinación de dispositivos y redes que permitirían, la conectividad de los sistemas tecnológicos, la interactividad, la accesibilidad y la ubicuidad, y que ya están afectando profundamente a las actividades culturales y especialmente a las industrias culturales, en todas las fases del proceso productivo (desde la creación a la distribución y difusión pasando por la producción) y en todas las formas de consumo y acceso a las obras. ZALLO, Ramón. Nuevas políticas para la diversidad: las culturas territoriales en riesgo por la globalización. **Pensar Iberoamérica: revista de cultura**, n.4, jun/set. 2003. Disponível em: <http://www.campus-oei.org>. Acesso em: 22 fev. 2006.

¹²⁸ JOLLIVET, Pascal. NTIC e trabalho cooperativo reticular: do conhecimento socialmente incorporado à inovação sociotécnica. In : COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Orgs.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 192 p. (Espaços do desenvolvimento).

É claro que como afirma Castells (1999, p.442) a Comunicação mediada pela Internet é um fenômeno social recente demais para que a pesquisa acadêmica tenha tido a oportunidade de chegara conclusões sólidas sobre seu significado social. É com o interesse de somar para as experiências desta nova forma de comunicar aplicada a territórios e organizações que fazemos questão de levantar oportunidades que este novo contexto gera para diversas questões ligadas ao Desenvolvimento Local e à cooperação¹²⁹.

Certamente as novas tecnologias apresentam oportunidades:

- a) Para a Cultura como tal, porque permite, por uma parte, o Desenvolvimento da Cultura de proximidade e a ampliação de demandas locais como compensação à internacionalização e, por outra, consentir a um público amplo a culturas variadas podendo compartilhar o patrimônio, catálogos e produções de países distintos.
- b) Para a democratização, na medida que se dá uma interação, um diálogo, uma divisão de recursos e uma proliferação de contatos.
- c) Para a criação cultural já que há uma gigantesca necessidade de novos conteúdos para alimentar a imensa infraestrutura gerada, enquanto se estão abrindo novas formas híbridas de criação e expressão, mais longe dos compartimentos disciplinares.¹³⁰

Porém, como muito bem desmistifica o próprio autor as tecnologias não têm virtudes intrínsecas de Desenvolvimento econômico ou de ampliação da democracia participativa nos âmbitos territoriais. Elas não têm por si só efeitos estruturantes se não tiverem outras condições que as ajudem a provocar esse efeito.

São as inter-relações entre sociedade, administrações, serviços e setor privado que podem configurar uma complexa rede integrada de múltiplos canais de

¹²⁹ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. Tradução Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.442

¹³⁰ a) Para la cultura como tal, porque permite, por un parte, el desarrollo de la cultura de proximidad y la ampliación de demandas locales como compensación a la internacionalización y, por otra, acceder a un público amplio a culturas variadas pudiendo compartir el patrimonio, catálogos y producción de países distintos.

b) Para la democratización, en la medida que se da una interactividad un diálogo, una compartición de recursos y una proliferación de contactos.

c) Para la creación cultural ya que hay una gigantesca necesidad de nuevos contenidos siquiera para alimentar la inmensa infraestructura generada, mientras se están abriendo nuevas formas híbridas de creación y expresión, más allá de los compartimentos disciplinares. ZALLO, Ramón. Nuevas políticas para la diversidad: las culturas territoriales en riesgo por la globalización. **Pensar Iberoamérica: revista de cultura**, n.4, jun/set. 2003. Disponível em: <http://www.campus-oei.org>. Acesso em: 22 fev. 2006.

Comunicação, formando redes de governança que interagem, influenciando umas às outras ou interligando os diferentes atores. Seguindo o marco conceitual de Amartya Sen essas interações podem expandir as capacidades das pessoas de uma comunidade, criando novas e maiores oportunidades. Para que isso ocorra, são necessárias infra-estruturas que formam uma rede de Comunicação e de certa forma uma política pública (Oriol Prats J., 2002)” (ZALLO, 2003)¹³¹

As tecnologias não são suficientes para um sustentável processo de Desenvolvimento Local. Mesmo que haja um investimento financeiro ou institucional em função da modernização tanto dos processos de interação quando do processo produtivo das empresas e pessoas de um local, como colocam Pereira e Herschmann (2003)¹³², “o ideal é que os próprios arranjos possam efetivamente ganhar mais autonomia, produzindo, por suas práticas produtivas e articulações, mecanismos efetivos de crescimento e sustentabilidade.”

Para isso, usar a Comunicação e fomentar que a população local seja protagonista de seu Desenvolvimento conhecendo as possibilidades das novas tecnologias e não somente às incorporando, fazendo suas escolhas de modo consciente e não dependendo eternamente de investimentos financeiros e apoio externo é um dos caminhos que vemos como possíveis e sustentáveis para o Desenvolvimento de comunidades.

3.1.3 Negociação na Comunicação

A negociação é outra importante área de atuação da Comunicação no apoio ao Desenvolvimento Local e à cooperação. Dedicamos uma atenção específica a ela, pois a busca da colaboração e a construção de processos participativos são aspectos básicos e geralmente

¹³¹ Porém, como muito bem desmistifica o próprio autor “Las tecnologías no tienen virtudes intrínsecas de desarrollo económico o de ampliación de la democracia participativa en los ámbitos territoriales. No tienen per se efectos estructurantes si no se dan otras condiciones.

Son las interrelaciones entre sociedad, administraciones, servicios y sector privado pueden configurar una compleja red integrada de múltiples canales comunicativos que conforman ‘redes de gobernanza’ en las que interactúan influyéndose o desplazándose los diferentes actores. Siguiendo el marco conceptual de Amartya Sen estas interacciones pueden expandir las capacidades de las personas de una comunidad creando nuevas y mayores oportunidades, pero para que eso ocurra se requieren unas infraestructuras, un entramado comunicativo y un cierto enfoque de política pública (Oriol Prats J., 2002).” Ibidem

¹³² PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; HERSCHMANN, Micael. **Comunicação, cultura e gestão de organizações privadas e públicas na perspectiva do desenvolvimento local sustentável**. In: XXVI CONGRESSO INTERCOM, 2003. Anais eletrônicos. Disponível em: www.intercom.org.br. Acesso em: 05 jan. 2005

geradores de enormes conflitos em ambientes de elevada interdependência – como são os que tratamos aqui – que se não cuidados podem levar até à falência de uma promissora ação de Desenvolvimento.

Independente do dinheiro investido, das novas tecnologias utilizadas e da vontade institucional para que o Desenvolvimento ocorra, se a comunidade não tiver acesso às informações e uma Cultura de negociação para a execução de tarefas e obtenção de resultados de forma cooperada, os conflitos gerados podem ter uma carga desmotivadora e destrutiva na comunidade.

Conforme Eugenio do Carvalho descreve:

Negociação é um processo de gestão de conflitos e/ou de maximização de oportunidades. Berlew, Moore e Harrison definem negociação como ‘um processo em que duas ou mais partes, com interesses comuns e antagônicos, se reúnem para confrontar e discutir propostas explícitas com o objetivo de alcançarem um acordo.’

Donald e Rebecca Hendon e Paul Herbig consideram que a definição de negociação funda-se no envolvimento de ‘duas ou mais partes com interesses comuns (e conflitantes) que entram num processo de interação com o objetivo de alcançar um acordo (de preferência com benefícios mútuo)...’ (p. 27)¹³³

Idéias, conceitos, valores, interesses, territórios, espaço físico ou psicológico, poder, confiança, adesão, sustentação, posições, prioridades, prazos, recursos, condições, produtos e serviços estão sendo transacionados todos os dias. Cada um de nós, individualmente, em grupo, como cidadãos, institucionalmente ou não, participa de forma passiva ou ativa deste processo de negociação. (p. 20)¹³⁴

Porém, é preciso aprender a perceber que, como coloca Eugenio do Carvalho(2001)¹³⁵, diferenças de percepção estão entre as causas primárias de conflitos. Por isso as percepções devem ser sempre trabalhadas para, como colocamos anteriormente, gerar um repertório comum de compreensão para a população envolvida.

Num contexto de constante interação entre micro e pequenas empresas – e conseqüentemente seus empresários – geralmente concorrendo por um mesmo fornecedor ou cliente, a preocupação com a negociação, a confiança e a credibilidade são muito importantes para

¹³³ CARVALHAL, Eugenio do. **Negociação fortalecendo o processo**: como construir relações de longo prazo. 1. ed. Rio de Janeiro: Vision, 2001. p. 20

¹³⁴ Ibidem, 2001, p.27

¹³⁵ Ibidem, 2001

relacionamentos de longa duração, fundamentais quando se pretende um desenvolvimento local sustentável. A preocupação com a realização de parcerias e alianças positivas onde todos ganham deve ser um compromisso não só dos diretamente afetados com a transação, mas de todos os atores da comunidade.

Em qualquer região que tenha atividades que prevêm negociação, a credibilidade é apoiada em vivências anteriores. Quando alguma ação não corresponde às expectativas dos envolvidos, necessariamente as avaliações e julgamentos difundidos localmente sobre os interlocutores pouco éticos serão fruto da percepção e experiência de quem se sentiu prejudicado na negociação.

Como Eugênio de Carvalho (2001, p.31) conclui:

Quanto mais estáveis as redes e conexões das quais o indivíduo toma parte, maiores serão os cuidados para a construção de relações positivas, comportamentos que deverão reforçar os valores éticos absolutos e universais. A tendência de um mundo cada vez mais interdependente, baseado em conexões mais intensas e externas, torna as parcerias e alianças um prolongamento da própria organização. Assim, redes expandidas terão sua eficácia multiplicada com base em sentimentos mútuos de maior estabilidade.¹³⁶

No Desenvolvimento Local, a negociação e as redes de credibilidade são totalmente complementares ao trabalho da Comunicação e comprometem os atores envolvidos em instâncias maiores do que somente a geração e a recepção de informação.

Os programas institucionais e os órgãos fomentadores do processo de desenvolvimento precisam compreender que o apoio e o estímulo à interação e à negociação são fundamentais para a cooperação entre os atores locais. Conforme coloca Pereira (2003):

Essa valorização do necessário inter-relacionamento desses diferentes atores aponta para a necessidade do encaminhamento de propostas que possam dar conta de conflitos de interesses, da abertura de espaços e mecanismos de negociação, de conhecimento das dificuldades e possíveis soluções e, finalmente, para a necessidade da viabilização de instrumentos capazes de estabelecer compromissos entre esses vários atores, de modo que suas ações possam convergir na direção da sustentabilidade do processo de desenvolvimento a ser estimulado.¹³⁷

¹³⁶ Ibidem, 2001, p.31

¹³⁷ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; HERSCHMANN, Micael. **Comunicação, cultura e gestão de organizações privadas e públicas na perspectiva do desenvolvimento local sustentável**. In: XXVI

3.1.4 Espaço da Comunicação

Quando tratamos das ferramentas da Comunicação aplicadas a um território, conseguimos perceber diversas implicações positivas. Porém, devemos lembrar que em se tratando de desenvolvimento e estando este de qualquer forma conectado a ações políticas e econômicas, necessariamente a disputa pela opinião pública será feita de forma enfática. E como coloca Wilson Gomes (2005, p.359), “os meios e as linguagens da Comunicação de massa fornecem hoje o principal ambiente propício a disputas pela opinião pública.”¹³⁸

Como no caso da fabricação da Glória de Luís XIV, que Wilson Gomes (2005, p.365) conta em seu texto “Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa”¹³⁹, o que foi feito consistia fundamentalmente naquilo que hoje chamaríamos política de Comunicação do Estado, “um conjunto de iniciativas sistemáticas e controladas desde o centro da esfera política com o propósito explícito de prover e coordenar a informação na perspectiva de se estabelecer a opinião socialmente predominante sobre o rei. Tratava-se basicamente de produzir informações e de coordenar a sua circulação nos círculos sociais que importavam.”¹⁴⁰

Por isso, em um trabalho que envolve diretamente interesses de uma comunidade que podem ser superficialmente e imediatamente atendidos por políticos ou empresários, corremos o risco de, como na política de aparências de Maquiavel, interessarem “menos as virtudes reais que as virtudes presumidas, menos o fato real e mais aquilo que se pensa que realmente se deu.” (p. 378)

Por isso, a população deve ser capacitada a usar as ferramentas de desenvolvimento, incluindo os mecanismos de Comunicação, de forma ativa e consciente, pois uma informação, qualquer que seja sua natureza, não existe a não ser pela sua relação com um ator imbuído de um projeto, entendido como a gestão e a projeção, no tempo e no espaço, de seus valores e interesses.

CONGRESSO INTERCOM, 2003. Anais eletrônicos. Disponível em: www.intercom.org.br. Acesso em: 05 jan. 2005 p. 8

¹³⁸ GOMES, Wilson. A transformação da política. In: _____. **Transformações da política na era da Comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 359

¹³⁹ Ibidem, p.365

¹⁴⁰ Ibidem, p.365

Como coloca Pierre Fayard, “não existe informação a não ser em relação a uma tensão, a uma espera ou a uma base: a surpresa. De lá nasce a IN – tensão interna, que orienta a vigilância e a disponibilidade do ator em relação aos seu ambiente.” (p. 36)

Para a efetividade e a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento local, o engajamento da comunidade precisa existir como na Comunidade de Projeto que Castells conceitua em seu livro “O Poder da Identidade”. Mais do que aceitar o *status quo* ou resistir a ele, a população precisa encarar o desenvolvimento como uma bandeira interna, como um projeto da comunidade; e para isso a Comunicação, como já vimos, é ferramenta fundamental.

A informação deve alimentar a compreensão sempre visando à ação, uma vez que é a “pertinência estratégica em relação a um projeto” que dá valor à informação. (Pierre Fayard, p. 36)

Na ausência de um conhecimento mínimo de si mesmo e de seu ambiente, como dos atores e dos fatos que o modelam, é inútil considerar a informação. Essa deve ser vista em função da *liberdade de ação* que representa a capacidade de desenvolver seu plano, da maneira mais independente possível das intenções e ações dos outros.¹⁴¹ De acordo com essa perspectiva, informar-se significa direcionar um olhar panorâmico a uma atenção contínua e focalizada em objetos delimitados, para compreender, situar, prever e saber onde, quando e como agir conforme os interesses. Em uma palavra, isso reporta ao desenvolvimento da inteligibilidade das situações, ou seja, ao seu nível particular de caso, às suas circunstâncias e ao seu ambiente. (Pierre Fayard, p. 37)

É importante que a Comunicação ocupe o espaço do agir comunicativo no Desenvolvimento local, e não continue sendo tratada como instrumento para a interferência de outras áreas de conhecimento neste processo. Como coloca Giuseppe Cocco, é importante que a Comunicação se constitua como elemento estruturador do desenvolvimento; que ela se torne efetivamente produtiva. (p. 30)

¹⁴¹ BEAUFFRE, op. cit.

3.2 CULTURA

3.2.1 Cultura e Identidade

Como já abordamos anteriormente, a relação entre Cultura e Desenvolvimento vem assumindo um lugar de destaque na agenda contemporânea das atividades ligadas ao Desenvolvimento Local. Citamos Cultura aqui como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realizações da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas. (Gilberto Gil, p. 9)¹⁴²

A Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, que resultou da Conferência do México, em 1982, conceitua “Cultura como o conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social. (...) engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças.”¹⁴³

Diversos são os conceitos empregados na interpretação do termo. Segundo Schmitt (1992) “assim como cada nação tem um conceito próprio de nação e encontra em si mesma as notas constitutivas da nacionalidade, e não nos outros, assim também toda Cultura e toda época cultural tem seu próprio conceito de Cultura.”¹⁴⁴

Há 24 séculos, Aristóteles definiu Cultura como aquilo que não é natural, que não vem da natureza, isto é, que não decorre de leis físicas ou biológicas. (SCHMITT, 1992)¹⁴⁵ Um corolário dessa definição que atravessou os séculos seria dizer que a Cultura é o conjunto de conhecimentos que uma geração passa à outra, evitando que a humanidade tenha que recomeçar do zero a cada geração.

¹⁴² In: Políticas Culturais para o Desenvolvimento. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o Desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 9

¹⁴³ Ibidem. 2003

¹⁴⁴ SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992. (Clássicos do pensamento político; 33). Original em alemão. p. 111

¹⁴⁵ Ibidem

A Cultura, tal qual os cientistas sociais a concebem, refere-se ao modo de vida de um povo, em toda a sua extensão e complexidade. Um conceito que procura designar uma estrutura social no campo das idéias, das crenças, costumes, artes, linguagem, moral, direito, leis, etc., e que se traduz nas formas de agir, sentir e pensar de uma coletividade que aprende, inova e renova o seu próprio modo de criar e fazer as coisas, numa dinâmica de constantes transformações. (MUYLAERT, 2000)¹⁴⁶

Conforme King (1997) propõe podemos também definir Cultura “como sistemas de significado socialmente organizados, expressos em formas particulares”, e sua disciplina como “o estudo histórico e social de formas e práticas concretas”¹⁴⁷. Na verdade, a Cultura pode ser vista – de modo genérico – como formas particulares de manifestações significativas que caracterizam determinada sociedade distinta, sob múltiplas influências locais, regionais, nacionais e globais. (LOPES, 1998)

Os conceitos identidade e Cultura se confundem todo o tempo inclusive nas citações de teóricos como Castells, que afirma que “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo.” (CASTELLS, p. 22)¹⁴⁸

Diante de nossa expectativa em tentar aproximar estes conceitos do Desenvolvimento Local, afirmamos que a identidade seria um processo interno de individualização de uma comunidade para organizar seus significados; ação fundamental para a criação de valores comuns a comunidade frente às mudanças constantes e drásticas atuais que já foram apresentadas ao longo do trabalho. Transcreveremos aqui trechos de “O Poder da Identidade” de Castells que ilustram perfeitamente estes conflitos.

As mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica. (...) Há uma redefinição fundamental de relações entre mulheres, homens, crianças e, conseqüentemente, da família, sexualidade e personalidade. (CASTELLS, p. 22)¹⁴⁹

¹⁴⁶ MUYLAERT, Roberto. **Marketing cultural & Comunicação dirigida**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2000. p.17

¹⁴⁷ LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. P. 81

¹⁴⁸ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2).

¹⁴⁹ *Ibidem*

Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, escolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. (...) Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens a busca pela identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. Essa tendência não é nova, uma vez que a identidade e, em especial, a identidade religiosa e étnica tem sido a base do significado desde os primórdios da sociedade humana. No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. (CASTELLS, p. 23)¹⁵⁰

Nessa condição de esquizofrenia estrutural entre a função e o significado, os padrões de Comunicação social ficam sob tensão crescente. E quando a Comunicação se rompe, quando já não existe Comunicação nem mesmo de forma conflituosa (como seria o caso de lutas sociais ou oposição política), surge uma alienação entre os grupos sociais e indivíduos que passam a considerar o outro um estranho, finalmente uma ameaça. Nesse processo, a fragmentação social se propaga, à medida que as identidades tornam-se mais específicas e cada vez mais difíceis de compartilhar. (CASTELLS, p. 23)¹⁵¹

Este processo de fragmentação da identidade é uma característica que precisa ser combatida nos trabalhos de Desenvolvimento Local. Fazer com que os atores de uma comunidade identifiquem que os fatores culturais e sociais são, no mínimo, tão importantes para seu Desenvolvimento quanto os econômicos e políticos é fundamental para a cumplicidade nas ações referentes à identidade cultural de um território.

Hoje, os habitantes de espaços urbanos que são submetidos constantemente a dúvidas e mudanças, estes enfrentam o que poderíamos chamar de um “problema de identidade”

Richard Sennett foi o primeiro analista da vida urbana contemporânea a dar o alarme sobre o iminente ‘declínio do homem público’. (...)

Sempre que foi empreendida a execução de tais planos, as tentativas de ‘homogeneizar’ o espaço urbano, de torná-lo ‘lógico’, ‘funcional’ ou ‘legível’ redundaram na desintegração das redes protetoras tecidas pelos laços humanos, na experiência fisicamente devastadora do abandono e da solidão – combinada com a de um vazio interior, um horror a desafios que a vida pode colocar e o expediente da ignorância ante opções autônomas e responsáveis. (BAUMAN, 2004)¹⁵²

¹⁵⁰ Ibidem

¹⁵¹ Ibidem

¹⁵² BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Outro fenômeno que marca a Cultura hoje é a modificação no mercado de trabalho e nas relações de emprego. Como coloca Rodrigo Lopes (1998, p.85), “As grandes modificações, geradas pelos inúmeros avanços tecnológicos que identificamos de forma genérica como globalização, introduziram novas forças que criaram um ambiente de grande insegurança nas estruturas sociais básicas, com reflexos desorientadores na formação cultural e de identidade.”¹⁵³ Antes eram as classes sociais que davam o mapeamento dos relacionamentos, agora as identidades sociais são coletivas, criando novas formas de vizinhança, relação e interdependência.

Durante o trabalho fizemos referência inúmeras vezes à “identidade de projeto”. Este foi um termo cunhado por Castells dentre três formas e origens de construção de identidades:

- *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo.
- *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (...)
- *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS 2, p. 24)

Neste contexto, a identidade legitimadora daria origem a uma sociedade civil, um conjunto de atores e instituições organizado e com fontes de dominação estruturadas. A identidade destinada à resistência daria origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão. Por fim, a identidade de projeto, produziria sujeitos, atores sociais coletivos. Touraine (apud CASTELLS, 2000, p.26) afirma:

¹⁵³ LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p.85

Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual. A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades, e a dos indivíduos contra o mercado.¹⁵⁴

Para se trabalhar o Desenvolvimento Local Sustentável de um território, trabalhar com “comunidades de projeto” que se identificam com “identidades de projeto” seria o ideal. Esta forma social é a que deve ser fomentada, pois se relaciona menos com política e mais com a participação empreendedora social.

3.2.2 Cultura no Desenvolvimento Local

Os conceitos de Desenvolvimento Local e Cultura estão sendo tomados hoje como ferramentas preciosas no processo de dinamização de ações estratégicas em âmbito político, cultural, econômico e social. Teóricos como Maffesoli (1999) já tratavam do resgate das questões locais, quando o lugar volta a servir de vínculo, como irreversível neste contexto de globalização.

O retorno ao local e a importância da “tribo” em oposição ao entusiasmo bastante “integrado” de alguns quanto às inúmeras possibilidades da tecnologia de promover “relações virtualizadas” retomam discussões bastante atuais como a da “identidade cultural na pós-modernidade¹⁵⁵ (HALL, 1997)” e sobre se “é possível, de algum modo, em tempos globais, ter-se um sentimento de identidade coerente e integral¹⁵⁶”. (CASTELLS, 2000)

Hoje, a dinâmica econômica de base local está caracterizada pelo incentivo a iniciativas e empreendimentos que se complementam, maximizando as potencialidades de produção, comércio, serviços e consumo locais. Isso não significa, porém, especialização econômica, mas sim diversidade e complementaridade. É a capacidade de exercer sua interdependência

¹⁵⁴ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2). p.26

¹⁵⁵ HALL, Stuart. *Identidades culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

¹⁵⁶ CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2).

como sujeito, mantendo uma relação de troca, competitiva, inclusive com outras regiões e localidades.

Nesse processo a participação da sociedade torna-se fundamental, pois o incremento sobretudo de capital humano e capital social é o fator que faz a diferença, estimulando, intensificando e mudando de qualidade o processo de Desenvolvimento Local. Ou seja, quanto maior o envolvimento da comunidade no processo, maior capacidade de cooperar em benefício mútuo.

Segundo Yuri Kasahara, o que se coloca como questão central na discussão sobre a estratégia do Desenvolvimento Local é a “revalorização da esfera local” como foco de ação para implementação de políticas sociais que tenham real impacto sobre a qualidade de vida e o Desenvolvimento econômico da região. É central para isso, o chamado “espírito empreendedor” dos agentes sociais, governos e organizações.

Em Gonçalves a Cultura é levantada como uma das dimensões fundamentais do DLS (como já abordamos no capítulo sobre DL e suas definições):

“É a dimensão cultural que fortalece, potencializa e pereniza valores culturais, saberes populares, códigos de relacionamento do grupo humano focalizado. Ações concebidas e implementadas com base nesse compromisso tendem a ser melhor assimiladas pelos beneficiários e contribuem para o fortalecimento de identidades das comunidades. São numerosos os exemplos de experiências bem-sucedidas de inclusão social e de promoção de alternativas sustentáveis de Desenvolvimento econômico local que se fundamentam em processos de resgate das identidades culturais. Programas de inclusão de jovens por meio da oferta de oportunidades de educação artística, muitas vezes no âmbito do folclore, ou esportiva, e programas de geração de renda, baseados na valorização de atividades artesanais, por sua vez apoiados em conhecimentos e técnicas dos mais idosos das localidades, têm logrado resultados efetivos e sustentáveis para o Desenvolvimento socialmente inclusivo e sustentável das localidades.” (GONÇALVES, p. 8)¹⁵⁷

No contexto do Desenvolvimento Local, a dimensão cultural ganha grande destaque uma vez que é uma das saídas para a diferenciação de produtos de comunidades ao se articularem com um mercado global.

¹⁵⁷O MUNICÍPIO e o desenvolvimento local sustentável. In: GONÇALVES, Marcos Flávio R. (Coord.). **Manual do Prefeito**. 12. ed. ver., aum. E atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2005. p. 123-200.

“Dentre as diversas ações que podem funcionar como catalisadoras do processo de dinamização de um aglomerado empresarial, a indução da diferenciação de produtos e serviços através da incorporação de fatores culturais de uma localidade que sejam capazes de interagir com as atividades econômicas predominantes pode gerar efeitos dinâmicos que redundem no aumento da capacidade inovativa e associativa das empresas locais.” (PEREIRA, 2003)¹⁵⁸

Em 2003, foi realizado um estudo – promovido pelo Serviço brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – pela empresa S3.Studium cujo objetivo central era a criação de uma imagem nacional para os produtos e serviços brasileiros que fortalecesse a exportação das MPE's do País. O Marketing territorial teve seu início nos Distritos Industriais da Itália e vem sendo incorporado às ações de Desenvolvimento também no Brasil. A hipótese, totalmente convergente com as afirmações de nosso trabalho, é a de que o marketing do país fundamentado na Cultura – tendo a valorização das identidades locais como resposta às tendências globalizantes – é um dos mecanismos econômicos hoje emergentes. (incluímos anexo a este trabalho um trecho da pesquisa Cara Brasileira sobre a Identidade e Cultura Brasileira)

Porém, existe um caminho que deve ser percorrido entre a Cultura local e os produtos baseados em sua identidade. Para o trabalho de criar territórios competitivos através de sua identidade, faz-se necessário mapear as tipicidades, ícones naturais, símbolos e as referências culturais do local, fazendo com que essas sejam apropriadas pelas comunidades e contribuam para o reconhecimento de um território. (BRAGA, 2003)¹⁵⁹

Os processos culturais, como já descrevemos, estão presentes em todas as dimensões das atividades de uma região; e, como também já colocamos, suas maiores complicações dizem respeito à esfera social da comunidade. A descrição de Geraldo Nunes sobre esta problemática em relação a empresas pode ser completamente aplicada ao caso do Desenvolvimento Local.

¹⁵⁸ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; HERSCHMANN, Micael. **Comunicação, cultura e gestão de organizações privadas e públicas na perspectiva do Desenvolvimento local sustentável**. In: XXVI CONGRESSO INTERCOM, 2003. Anais eletrônicos. Disponível em: www.intercom.org.br. Acesso em: 05 jan. 2005

¹⁵⁹ BRAGA, Christiano. In: UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 57

[...] dentro de uma empresa existe uma complicada rede de processos culturais interagindo e envolvendo pessoas de identidade e Cultura diferentes bem como técnicas e tecnologias das mais diversas origens. Com a aceleração do ritmo de interação entre as empresas, verifica-se uma tendência à complexificação cada vez maior desta rede e formas de funcionamento dela cada vez mais diversificadas.¹⁶⁰

O impacto da dimensão cultural em um local pode ser estudado, a princípio, de duas maneiras: a primeira pensando a dinâmica de interação entre a região e o mercado; a segunda ilustrando as características gerenciais e interativas internas de uma comunidade.

Diferenças culturais entre mercados mas regras globais de funcionamento. Mercados diferenciados mas estratégias homogêneas de penetração. Empresas desterritorializadas mas ancoradas em culturas e identidades nacionais. Executivos, empresários e profissionais de hábitos, culturas, regiões e línguas diferentes mas trabalhando num mesmo ambiente com mesmos objetivos. O desafio da teoria da administração de hoje é incorporar a componente cultural em seus modelos para dar conta das diferenças sabendo respeitá-las e trabalhar com elas. (NUNES)¹⁶¹

O que Nunes descreve é uma tarefa hoje fundamental tanto para os profissionais da administração quanto para os da Comunicação. Pesquisadores e empresários devem se dar conta de que além de ter espaço a Comunicação e a Cultura devem ser integradas ao trabalho de Desenvolvimento Local; este espaço não pode ser ocupado por curiosos na simples aplicação das teorias da Comunicação como receitas de bolo.

Devemos perceber que nem a economia, nem o urbanismo sozinhos podem resolver as questões sobre a busca da integração nas comunidades atuais, já que na base destas relações estão os determinantes culturais que não podem faltar na compreensão do fenômeno, nem nas alternativas de solução.

3.2.3 Aplicações da Cultura no Desenvolvimento Local

A Cultura e o Desenvolvimento interagem em diversos pontos. Explicitaremos aqui algumas das questões mais recorrentes na relação entre a Cultura e sua aplicação aos processos de Desenvolvimento Local que temos visto atualmente.

¹⁶⁰ NUNES, Geraldo. **Empresas e processos culturais de interação**. Disponível em: <http://www.eco.ufjf.br/epos/artigos/art_gnunes.htm>. Acesso em 10 out. 2005

¹⁶¹ Ibidem

A primeira questão diz respeito ao reforço das identidades locais como estratégia de resistência e valorização individual.

Em resposta à desmaterialização que se criou para dar mais leveza e mobilidade ao capital, a perspectiva cultural acaba fazendo com que os lugares diferenciados e únicos funcionem como âncora de referência para a própria produção de valores de mercado. (CARSALADE)¹⁶²

Segundo Jorge Werthein (p.16), a Cultura pode ser considerada como um estímulo ao capital social de uma comunidade por fomentar “o sentimento de pertencimento a um projeto coletivo, a participação, a promoção de atitudes que favoreçam a paz e o Desenvolvimento sustentado, o respeito a direitos, enfim, a capacidade da pessoa humana e das comunidades de regerem o seu destino”.

Então, podemos dizer que um dos papéis da Cultura no DL é a integração social, que rompe as distâncias entre os grupos sociais através do, como é citado em um estudo internacional sobre políticas culturais urbanas, “fomento da criatividade, resgate da auto-estima da população, resgate dos valores tradicionais e através deles, da identidade sociocultural”. (VETRALE, 200)¹⁶³

É interessante lembrar que esta característica da Cultura pode produzir os padrões de confiança, cooperação e interação social que resultam em uma economia mais vigorosa e, possivelmente, mais democrática. Como já colocamos quando abordamos a Comunicação no DL, isto é fundamental para relações de longo prazo entre atores nos processos de DL.

A segunda aplicação ainda muito pouco percebida pelos gestores formais e informais de territórios é a utilização da Cultura para o planejamento.

Nos planos tradicionais a Cultura aparece como um ponto de análise setorial, geralmente pensada de forma pontual e nos seus capítulos finais. A ausência de uma investigação das culturas locais acaba gerando erros nas estratégias de

¹⁶² CARSALADE, Flavio de Lemos. **Cultura como chave de compreensão da realidade**. São João Del Rei, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/artigos/culturachave.shtml>. ano. Acesso em: 3 jan. 2006.

¹⁶³ VETRALE, Silvia (Coord.). **Estudio internacional sobre políticas culturales urbanas**. Montevideo: UNESCO: Observatorio Cultural Montevideo: Montevideo Cultura, 2000. 121 p.

implementação e gestão, além de deformar o verdadeiro significado e a expressão simbólica dos locais onde o planejamento se aplica. (CARSALADE)¹⁶⁴

A Cultura deve de fato estar ligada às idéias de permanência e sustentabilidade de um território. Ela deve ser tratada como quem tem possibilidade de fornecer o entendimento da realidade dinâmica de comunidades, como de fato o é, revelando, por exemplo, como coloca Flavio de Lemos Carsalade, “as razões de fracasso de determinada medida proposta em função de sua consonância ou não com a visão de mundo de determinado grupo.”¹⁶⁵

A terceira questão interessante para ser levantada é a possibilidade da Cultura ser encarada como uma real fonte de geração de renda em um território.

A Cultura material e expressiva é um recurso subvalorizado nos países em Desenvolvimento. Ela pode gerar renda através do turismo, do artesanato, e outros empreendimentos culturais. (Banco Mundial, 1999^a: 11). O patrimônio gera valor. Parte de nosso desafio mútuo é analisar os retornos locais e nacionais dos investimentos que restauram e extraem valor do patrimônio cultural – não importando se a expressão é construída ou natural, tais como a música indígena, o teatro, as artes (Banco Mundial, 1999^a: 13).¹⁶⁶

Porém, para o investimento em atividades culturais, estas devem produzir, como qualquer outro setor de atividade, além dos conhecidos resultados qualitativos, dados quantitativos, para que possam ser avaliadas e tenham medido seu retorno.

Dar esta vertente econômica à Cultura é uma ação permanentemente criticada e, é claro que esta busca por indicadores vai conviver com diversas dúvidas. Porém é importante não paralisar e polemizar eternamente estas atividades e, flexibilizando e negociando conceitos, chegar a conclusões mesmo que temporárias (2004, p.33).

¹⁶⁴ CARSALADE, Flavio de Lemos. **Cultura como chave de compreensão da realidade**. São João Del Rei, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/artigos/culturachave.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2006. p.3

¹⁶⁵ Ibidem

¹⁶⁶ YÚDICE, George. Introdução. A conveniência da cultura. In: _____. **A Conveniência da Cultura**. Tradução de Marie-Anne Kramer. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 13-64 p.

“desprovidos de dados concretos, indicadores, por exemplo, é difícil justificar investimentos em projetos. E, é claro, existem dificuldades metodológicas no Desenvolvimento de indicadores para a Cultura. O conceito é cunhado segundo indicadores econômicos, que possibilitam aos economistas a determinação da ‘saúde’ econômica e a previsão dos tipos de intervenções que a fortalecerão. Evidentemente, existem diferentes abordagens para se precisar indicadores”.¹⁶⁷

Por fim, também é importante ressaltar que ferramentas de Comunicação – como a troca de informações a análise de discursos – novamente se aplicam aqui para que se consiga levantar e medir os impactos desta forma de abordagem do Desenvolvimento Local.

Outras formas possíveis da aplicação da Cultura em um território são como alternativa de geração de emprego qualificado – pois, em conjunto com as NTIC, atividades culturais substituem cada vez mais a mão-de-obra extensiva e pouco qualificada – e criando uma nova economia baseada no fornecimento de conteúdo.

Todos os computadores, telefones, scanners, impressoras, interruptores, roteadores, cabos, redes e satélites do mundo”, o grupo de estudos argumenta, “não criarão uma infra-estrutura nacional de informação (NII) se não houver conteúdo. O que levará a NII em frente é o conteúdo que se desloca através dessa infra-estrutura”: recursos informativos e de entretenimento; acesso aos recursos culturais mundiais; inovação de produtos; e maior variedade no consumo cultural (Estados Unidos, 1995).¹⁶⁸

3.2.4 Cultura como Recurso

No contexto deste trabalho, pretendemos ir além das interpretações de Cultura que argumentam que esta reduz os conflitos sociais e promove o Desenvolvimento econômico. Como Yúdice (2004, p.13) coloca em seu livro “A Conveniência da Cultura”, pretendemos analisar também a Cultura tratada como recurso.

A Cultura como recurso é muito mais do que uma mercadoria; ela é o eixo de uma nova estrutura epistêmica na qual a ideologia (...) é absorvida por uma racionalidade econômica ou ecológica, de tal forma que o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento – em ‘Cultura’ e seus resultados – tornam-se prioritários.¹⁶⁹

¹⁶⁷ Ibidem p. 33

¹⁶⁸ Ibidem p. 38

¹⁶⁹ Ibidem p. 3

É claro que a expressão cultural deve ser respeitada e estimulada como tal, porém, para exercer uma possível função política, a Cultura deve também negociar. Como Yúdice coloca em seu texto, por exemplo, os ativistas negros participantes do Grupo Cultural Afro Reggae, mesmo que para representar o próprio povo de sua comunidade através de música e dança, necessariamente têm que negociar com líderes da comunidade, igreja, acadêmicos, empresários, outras ONG's sua aparição ou o gerenciamento de suas marca e identidade.

A noção de Cultura como recurso pressupõe seu gerenciamento; hoje a Cultura local pode ter vez, mas isso somente ocorre se existirem pessoas capacitadas na comunidade a administrar este recurso, às vezes internacionalmente. Políticas públicas e iniciativas culturais financiadas procuram sua efetividade, na maioria das vezes, em movimentos locais de base e até de resistência. Estes atores apostaram na Cultura, definida de várias formas, como um recurso já na mira da exploração pelo capital (por exemplo, na mídia, no consumismo e no turismo), e uma base de resistência à devastação desse mesmo sistema econômico. (YÚDICE, p. 19)¹⁷⁰

Esta dualidade pode ser encarada de duas formas: uma é ser tomada como uma atitude predadora da comunidade por seus próprios atores; a segunda – que é a que na nossa visão é a que pode gerar algum impacto sustentável futuro – é se empoderar destas formas culturais para conseguir visibilidade e assim maior capacidade de ação.

O papel da Cultura tem, obviamente, se expandido para as esferas política e econômica. Ela tem, saudavelmente, sido dirigida como recurso, como coloca Yúdice, “para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, para aumentar sua participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos a cerca da cidadania (Young, 2000:81-120).”¹⁷¹

Grandes órgãos que se envolvem diretamente na questão do Desenvolvimento Local, como a UNESCO, o Banco mundial e diversas ONG's internacionais, têm hoje se empenhado em declarar publicamente que a instrumentalização da Cultura local pode melhorar condições sociais, criar uma tolerância multicultural, fomentar a participação cívica e estimular o crescimento econômico. Porém, estas iniciativas não podem continuar sendo rechaçadas pelos intelectuais esquerdistas sem que estes apontem opções viáveis de alternativa.

¹⁷⁰ Ibidem p. 19

¹⁷¹ Ibidem

É preciso conhecer os atores do processo cultural, seja na condição de produtores, de consumidores ou de gestores. É importante compreender as regras que regem suas relações, entre si e com a produção de Cultura, sejam a legislação, as condições de formação profissional, suas organizações, suas interdependências. (UNESCO, p. 16)¹⁷²

Repetidas críticas quanto à quantidade de investimento público na Cultura, por exemplo, demonstram um desconhecimento mais prejudicial à Cultura do que a própria falta de investimento. Diferente do que defende Alfons Martinell – que assume a posição de que a centralização do investimento na Cultura pelo poder público¹⁷³ –, afirmamos que se os profissionais desta área não se adequarem às mudanças e perceberem que a profissionalização das atividades culturais é tão necessária quanto para qualquer outro setor, a Cultura dependerá eternamente de mecenato, seja ele qual for.

Mesmo neste contexto, a expressão puramente criativa da Cultura deve ser respeitada, porém não podemos reduzir o papel da Cultura a este. Para a independência das atividades culturais, a incorporação de profissionais das áreas gerencial, econômica e corporativa não devem ser vistas como prejudiciais. Os profissionais da Cultura precisam aprender a negociar com outras áreas de conhecimento tanto as benesses quanto os malefícios do gerenciamento e o conseqüente crescimento da atividade cultural.

3.2.5 O Mercado Cultural

A relevância do setor cultural para a prática econômica de territórios está cada vez mais incorporada a pesquisadores e empresários do setor e mesmo de outros campos de atividade. Porém, nestes últimos tempos com o advento das Novas Tecnologias, têm havido mudanças profundas nesta área em relação às grandes indústrias culturais, sua estrutura de funcionamento e geração de renda e a questão da relação entre produção global X local para um mercado global X local.

Citaremos aqui alguns dados interessantes para a análise da Cultura na geração de emprego, renda e negócios.

¹⁷² UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o Desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p.16

¹⁷³ Ibidem

No Brasil, a Cultura movimentada em torno de R\$ 7 bilhões por ano. Em estados como a Bahia, por exemplo, há estimativas indicando que o PIB cultural gira em torno de 4,4%. Além disso, grandes eventos, como Parintins e Oktoberfest, movimentam milhões de reais em cidades de pequeno e médio porte, sem contar o impacto do carnaval carioca e de Pernambuco;

[...]

Estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), publicado no Jornal do Brasil de 15/10/1998, aponta o mercado cultural como o sexto maior gerador de postos de trabalho do país, diretos e indiretos, sendo equivalente ao do setor comercial. (Christiano Braga, 2003, p. 51 – 52)¹⁷⁴

As grandes empresas culturais transnacionais têm passado por profundas reestruturações gerenciais e operacionais que verticalizam sua produção e afetam tanto sua própria geração de receita, quanto o capital simbólico das regiões que estão envolvidas em sua cadeia produtiva.

Como aborda Canclini (2003, p.28)¹⁷⁵ “a expansão econômica e da mídia propiciada pelas indústrias culturais não beneficia equitativamente a todos os países, nem regiões”.

Uma mudança significativa nesta área é que atualmente, grande parte dos rendimentos desta empresa passaram a ser obtidos através de receitas de licenciamento de empresas de mídia que criavam filmes, livros, revistas, vídeos, etc. Uma série de fusões e aquisições levou a uma concentração enorme na indústria e, pela produção de conteúdo também estar centralizada em alguns poucos países, na produção, distribuição e consumo de capital simbólico “transnacional”.

Em 2000, por exemplo, as cinco maiores empresas da indústria musical dominavam 81% da indústria global de fonógrafos, conforme exposto na tabela.

Tabela - As cinco grandes da indústria fonográfica - participação nas vendas no mercado mundial

	1982 ¹	2000 ¹	2002 ²	2003 ²
Universal	3%	22%	25,9%	23,5%
EMI	10%	12%	12,0%	13,4%
Sony	13%	22%	14,1%	13,2%

¹⁷⁴ Ibidem

¹⁷⁵ Ibidem

Warnner	8%	13%	11,9%	12,7%
BMG	9%	12%	11,1%	11,9%
Polygram	12%	-	-	-
Subtotal	55%	81%	75,0%	74,7%
Outros	45%	19%	25,0%	25,3%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

¹ Fonte: Buquet, 2003

² Fonte: IFPI

Estas grandes empresas da indústria musical produzem e são responsáveis pela distribuição de aproximadamente 95% das vendas legais de fonogramas no mundo (Alexander, 2002). E reconhece-se que grande parte do domínio adquirido por estas empresas transnacionais resulta do controle sobre a distribuição e promoção de seus produtos.

A principal característica da indústria cultural atualmente é ter sido tradicionalmente internacionalizada e altamente concentrada, com a contínua dominação das grandes companhias, que dificultam crescentemente a viabilidade das produtoras e empresas independentes.

Prova destas centralizações de conteúdo e, conseqüentemente, capital são os números do Relatório da UNESCO 1980-1998, que coloca que as exportações de bens culturais passaram de US\$ 47,5 bilhões em 1980 para US\$ 174 bilhões em 1998, e que 80% destas exportações eram de responsabilidade dos Estados Unidos, Japão, China e países da União Européia.¹⁷⁶

Porém, do cenário descrito acima, emerge uma tendência de maior competição entre os atores, novos e antigos neste setor. A posição privilegiada dos atuais *players* se mostra ameaçada, uma vez que se dissolvem as usuais barreiras à entrada nesta atividade. Em uma perspectiva extrema, com o avanço das NTIC's, as funções de marketing, vendas, distribuição e divulgação podem ser todas desenvolvidas através de uma simples página da internet. Com esta perspectiva, as grandes empresas multinacionais, que atualmente dominam o mercado cultural, começam a perder sua centralidade no mercado e grandes oportunidades de abertura de nichos de mercado – principalmente na produção de conteúdos com identidade local – para novos atores começam a ser vislumbradas.

¹⁷⁶ Ibidem

3.2.6 A Prática da Cultura

Conforme Geraldo Nunes afirma, “a questão dos processos culturais de interação nas empresas está intimamente ligada ao objeto das ciências da Comunicação e nos conduz inevitavelmente à abordagens multidisciplinares.”¹⁷⁷ A área da Comunicação Organizacional – que atualmente tem seu foco voltado para empresas, mas que pode ter sua aplicação “alargada” valendo também para o processo de DL – é uma das áreas que pode ser considerada precursora na interação de questões que já relacionam Cultura e Comunicação a empresas.

Concordando com nosso tema central, Nunes enfatiza que “na qualidade de pesquisadores dos processos sociais de Comunicação que somos, está mais do que na hora de nos preocuparmos também com a questão da Comunicação Organizacional e da Cultura empresarial.”¹⁷⁸ Acrescentamos à linha de pensamento do autor a questão da interação destas com o Desenvolvimento Local.

Zallo (apud Bassand, 1992), conclui que:

Os motivos para a intervenção cultural e comunicativa das regiões podem ser muito variados: pela consideração objetiva de que se vive a Cultura em territórios concretos; pela revalorização do que é local e regional, pelo ressurgimento das culturas minorizadas ou das identidades; ou pelo interesse do Estado em distribuir *autoridades/competências/jurisdição/competição*, ou da cidadania em controlar a gestão de maneira próxima.¹⁷⁹

¹⁷⁷ NUNES, Geraldo. **Empresas e processos culturais de interação**. Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/epos/artigos/art_gnunes.htm>. Acesso em 10 out. 2005

¹⁷⁸ *Ibidem*

¹⁷⁹ Los motivos para la intervención cultural y comunicativa de las regiones pueden ser muy variados: por la consideración objetiva de que la cultura se vive en territorios concretos; por la revalorización de lo local y regional, por el resurgimiento de las culturas minorizadas o de las identidades; o por el interés del Estado en distribuir competencias, o de la ciudadanía en controlar la gestión de forma cercana. ZALLO, Ramón. Nuevas políticas para la diversidad: las culturas territoriales en riesgo por la globalización. **Pensar Iberoamérica: revista de cultura**, n.4, jun/set. 2003. Disponível em: <http://www.campus-oei.org>. Acesso em: 22 fev. 2006.

Canclini (2003), de forma bastante acertada, trata de globalização e interculturalidade. “Quem fala sobre o modo como nosso tempo se globaliza narra processos de intercâmbio fluidos e homegeinização, nações que abrem suas fronteiras e povos que se comunicam.”¹⁸⁰

Como na aplicação das ferramentas e metodologias da Comunicação no Desenvolvimento Local, podemos perceber que também não existe modelo para se trabalhar com Cultura. Cada iniciativa tem seus objetivos e seus percalços; o que se pode buscar então é aprender com experiências anteriores e tentar adaptá-las.

Como conclui Yúdice (2004, p.35), “a compreensão e a prática da Cultura são bastante complexos, situados na interseção das agendas da economia e da justiça social.

É essa noção de Cultura que sustenta o conceito de cidadania cultural desenvolvido por Renato Rosaldo no fim dos anos 1980 (Rosaldo, 1989; Rosaldo e Flores, 1987). Em contraposição às noções convencionais de cidadania, que enfatizam a aplicabilidade universal, mesmo que formal, de direitos políticos para todos os membros de uma nação, Rosaldo postulou que a cidadania cultural implica que grupos unidos por certos aspectos sociais, culturais e/ou físicos não deveriam ser excluídos da participação nas esferas públicas de determinada constituição política com base naqueles aspectos ou características. Num contexto jurídico que habilita a litigação contra a exclusão e um *ethos* cultural-político que evita a marginalização do “não normativo” (assim considerado pelo ponto de vista da classe hegemônica), a Cultura serve de base ou garantia para fazer “reivindicações de direitos no terreno público” (Rosaldo, 1997: 36). Uma vez que a Cultura é o que “cria o espaço onde as pessoas se ‘sentem seguras’ e ‘em casa’, onde elas se sentem como pertinentes e partícipes de um grupo”, de acordo com essa perspectiva, ela é condição necessária para a formação da cidadania (Flores; Benmayor, 1997: 16).¹⁸¹

¹⁸⁰ CANCLINI, Nestor Garcia. **A Globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

¹⁸¹ YÚDICE, George. Introdução. A conveniência da cultura. In: _____. **A Conveniência da Cultura**. Tradução de Marie-Anne Kramer. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p.42

4. CONSERVATÓRIA, UM ESTUDO DE CASO

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Conservatória é um distrito do município de Valença, localizado ao sul do Estado do Rio de Janeiro, na região do Médio Paraíba.¹⁸² Tornou-se conhecido como instância turística desde as últimas décadas do século passado. De clima ameno e agradável e com arquitetura colonial seu maior atrativo para a emergência e crescimento de tais atividades reside na sua característica peculiar de cidade musical.

Nesta localidade, a prática da seresta e serenata - estilo musical que marcou fundamentalmente a primeira metade do século XX no país - foi não só preservada, como estimulada. Particularmente a partir da década de 1950 - período de estagnação econômica do distrito - quando se vislumbrou em sua promoção uma alternativa e oportunidade de dinamização e Desenvolvimento Local. Tal oportunidade se configurou mais recentemente em resultados positivos: Conservatória se tornou comumente conhecida como a “cidade dos seresteiros”, “capital da serenata” ou “vila das ruas sonoras”. Isso representou a criação de externalidades que permitem à cidade se destacar pela proliferação de atividades econômicas ligadas ao turismo e ao lazer, com geração de renda e ausência de desemprego e de violência, efeitos comuns das crises econômicas e sociais por que vem passando o país e o mundo até o limiar do século XXI. Desta forma, reconhece-se que Conservatória “deve seu ciclo atual de Desenvolvimento econômico à música, em geral, e à serenata, em particular, a verdadeira locomotiva de todas as outras atividades econômicas mais recentes...”¹⁸³ (ARANHA; ZARDO; PRESTES FILHO. p.18).

¹⁸² Dados populacionais e econômicos relativos a distritos são de mais difícil obtenção e abertura, tendo em vista a divulgação dos mesmos até o nível municipal. O censo de 2000 aponta para uma população de residentes em Valença de 66.308 habitantes, enquanto Conservatória apresentava 3.889 habitantes. O produto interno bruto do município totalizou R\$ 245 milhões em 2003, representando cerca de 0,17% do PIB do Estado do Rio de Janeiro (Aranha, Zardo e Prestes Filho, 2003).

¹⁸³ ARANHA, José Alberto; ZARDO, Julia; PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Música como fator de desenvolvimento**. Incubadora Cultural Gênese da PUC-RIO, Sebrae-RJ e UBC, Julho de 2003. 55p. p.18

Os dois termos – seresta e serenata - são, por vezes, tratados como sinônimos. De acordo com Hollanda (1999), serenata refere-se a “música de conjunto instrumental, geralmente cantada, melodiosa e simples, algo semelhante às trovas dos cantores ambulantes, executada ao ar livre, não raro sob a janela de alguém: seresta.”¹⁸⁴ Houaiss (2001) completa: “composição musical, de caráter simples e melodioso, para ser executada à noite, ao ar livre... e próximo à casa da amada”¹⁸⁵. A etimologia do termo serenata indica uma derivação de sereno, que se relaciona à área aberta, pura de nuvens, bem como à tarde e noite - as serenatas são realizadas à noite. O termo seresta é considerado por este último autor sinônimo da serenata brasileira.

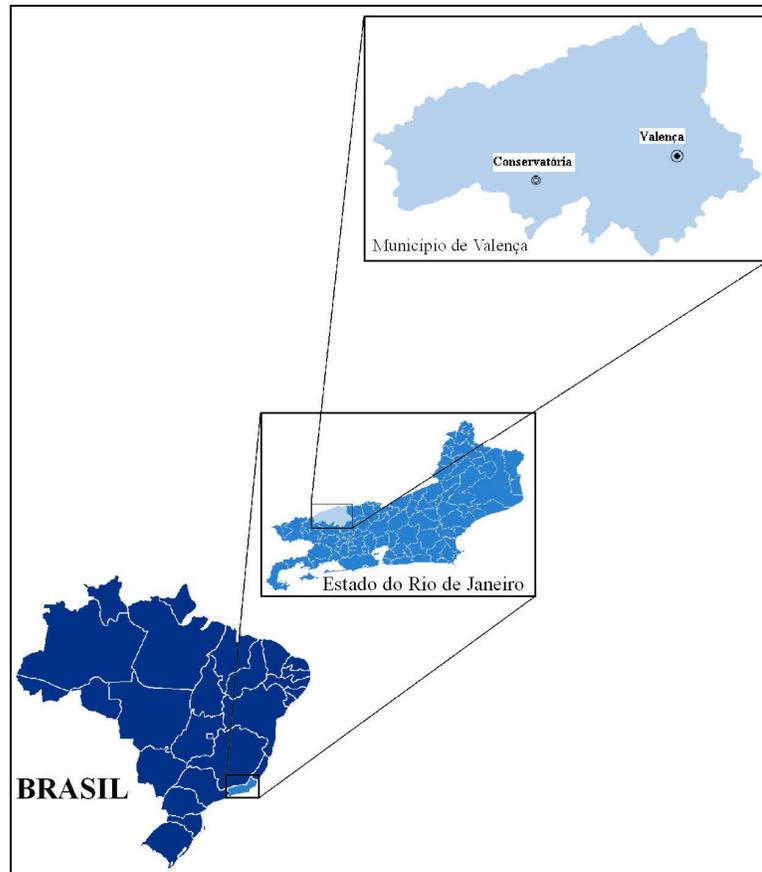
Em Conservatória, diferenças entre os dois termos são fortemente marcadas por seus habitantes, em definição bastante objetiva. Serenata, para a comunidade local, se refere particularmente a seresta na rua, ao ar livre e à noite. A seresta seria, por conseguinte, sua execução em lugares fechados.

Tais manifestações – seresta e serenata - são, em essência, formas de apresentação de um estilo musical romântico, com temática de amor e gênero lírico, cujo repertório é composto por clássicos da música brasileira datados particularmente da primeira metade do século XX, tendo entre alguns dos compositores e intérpretes mais renomados, Vicente Celestino, Francisco Alves, Nelson Gonçalves e Sílvio Caldas.

Em Conservatória, o espetáculo da seresta é realizado aos finais de semana, sempre no mesmo local, por um grupo de seresteiros que em seguida realiza a serenata pelas ruas da antiga cidade, até a madrugada, levando com eles numeroso público.

¹⁸⁴ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Considerações sobre o conceito de cultura. In: FAPERJ e COPPE/UFRJ. **Economia da cultura**: a força da indústria cultural no rio de janeiro. (pp.25 - 32) Rio de Janeiro: E-papers, 2002. 176 p.

¹⁸⁵HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Editora Objetiva, 2001. 2922p.



4.1.1 O Desenvolvimento Econômico de Conservatória

Com a decadência dos sítios urbanos do Vale do Paraíba e o fim do Ciclo do Café, verificou-se que Conservatória não apresentava nenhuma vocação industrial específica para substituir a cafeicultura como atividade econômica. Na década de 40, ocorreram as primeiras serestas no distrito, que foram, aos poucos, ganhando público e espaço. Nos anos 70, foram abertos os primeiros restaurantes, pousadas e hotéis-fazenda, formando as bases da estrutura turística que justificou o surgimento de um artesanato original local, reproduzindo imagens dos santos das capelas das fazendas. Contribuíram também para a cultural musical, a presença de músicos franceses, regentes dos corais dessas capelas e professores de piano da aristocracia local.

A indústria do turismo se instalou definitivamente nos anos 90, impondo a necessidade de treinamento especializado da mão-de-obra, organização do calendário cultural, Desenvolvimento de gastronomia própria, modernização dos meios de Comunicação, entre outros serviços essenciais para a recepção dos turistas, atraídos pela música.

Cidades com atrativos musicais são comuns na economia do turismo em nível nacional e mundial, referentes em grande parte a eventos anuais, festivais ou festas comemorativas. Contudo, o diferencial de Conservatória como cidade musical e turística refere-se a um atrativo singular, talvez único, que se constitui na tradicional apresentação de serenata ao ar livre, pelas ruas da cidade, as sextas e sábados, atraindo milhares de turistas durante todos os finais de semana do ano.

Em Conservatória, o espírito cooperativista em torno da serenata-seresta sustenta o espírito de sadia e eficiente competitividade empresarial nas funções turísticas da cidade. Quanto mais vigorosa for a atuação dirigida à preservação da serenata, em particular, e da música, em geral, e mais acirrada a competição empresarial para prestar serviços eficazes ao turismo, maiores as possibilidades de Desenvolvimento econômico e social local.

Apesar de hoje a serenata se encontrar, como o hip-hop no texto de Herschmann, não como “expressão cultural popular ancorada em uma prática social promovida por um número significativo de jovens”¹⁸⁶, se fomentados, o espírito comunitário e o empreendedorismo individual, qualidades já incorporadas à Cultura de Conservatória, conduzirão aquela sociedade pelos caminhos do resgate cultural e do renascimento econômico.

Fugindo da orientação industrial que o resto do Vale do Paraíba adotou e até hoje paga caro pela escolha principalmente com a poluição das fábricas de aço e de papel, Conservatória optou pela “economia da Cultura” e mais especificamente pela “economia da música”. Hoje, além dos atrativos turísticos comuns em cidades pequenas, como a Igreja Matriz de Santo Antônio, a antiga estação ferroviária e as fazendas do ciclo do café que atualmente são abertas à visitação, Conservatória conta com diversos museus de compositores brasileiros que

¹⁸⁶ HERSCHMANN, Micael. O funk e o hip-hop invadem a cena. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.

possuem acervos – fotografias, discos, troféus, roupas – doados pelas famílias dos artistas e são um registro que não tem preço para a memória do país.

Com o apoio da Prefeitura de Valença, que já considera Conservatória um dos distritos mais prósperos de sua região, foram criados os Museus Vicente Celestino, Sílvio Caldas, Guilherme de Brito, Gilberto Alves e Nelson Gonçalves. Conservatória também tem hoje projetos de recuperação arquitetônica e iniciação em teoria musical para as crianças e jovens da comunidade.

Um importante dado para a análise econômica e social de Conservatória é o Índice de Qualidade dos Municípios (IQM), conjunto de informações desenvolvido pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), que foi avaliado pela última vez em 1998. A metodologia do IQM baseou-se em sete grupos de indicadores cuja finalidade foi observar a inserção do lugar na rede de oportunidades mostrada pelos indicadores sociais e econômicos do estado do Rio de Janeiro: centralidade e vantagem locacional; qualificação de mão-de-obra; riqueza e potencial de consumo; facilidades para negócios; infra-estrutura para grandes empreendimentos; dinamismo e cidadania.

O perfil de cidade turística em função do caráter musical apresenta diversos aspectos relevantes ao nosso trabalho, pois mesmo tendo seu índice de cidadania e qualificação de mão-de-obra classificados como quinto e sexto, respectivamente, na colocação entre os 91 municípios do Estado, o baixíssimo dinamismo medido na cidade torna-se um obstáculo para Conservatória fazendo com que o êxodo dos jovens da região e conseqüentemente a perda da identidade local tornem-se uma realidade. Diante deste contexto, por mais que os conceitos da construção da “identidade pós-moderna” de Stuart Hall (2003) sejam levados em consideração, se não tivermos a população local envolvida com seu Desenvolvimento e sua preservação cultural, as atividades econômicas tornar-se-ão trabalhos individuais e não da comunidade. A identidade de projeto não será incorporada

Segundo Martin-Barbero, “uma comunidade se define pela unidade do pensamento e da emoção, pela predominância dos laços estreitos e concretos e das relações de solidariedade,

lealdade e identidade coletiva”¹⁸⁷. Por isso, mesmo com o índice de dinamismo do distrito ocupando o 84º lugar na colocação, a escolha por Conservatória como caso de aplicação de nosso estudo foi feita, acreditando que a confiança e o respeito da comunidade ainda prevalecem como as características mais importantes para o ponto de partida necessário ao Desenvolvimento da região.

Através deste caso, esperamos obter bastante resultado utilizando as teorias da Comunicação para trabalhar o resgate da Cultura e dos valores locais através das relações sociais da comunidade

4.2 POR QUE TRATAR CONSERVATÓRIA COMO UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

A música é o fator dinamizador chave da economia de Conservatória – RJ. A magnitude do impacto desta relação da música com a organização econômica e social local se expressa no fato de o distrito não registrar desemprego e apresentar baixíssimos índices de violência.

Localizada a 143 km da cidade do Rio de Janeiro, Conservatória é um distrito da cidade de Valença, na região sul do estado. Sua população de aproximadamente quatro mil habitantes sobrevive fundamentalmente da música e do turismo musical, contando com um afluxo semanal de cerca de 2000 visitantes. Mais do que dinamizadora da economia local, a música em Conservatória representa uma importante forma de expressão de identidade e de estabelecimento de valores culturais. A persistência de setores da sociedade em assegurar a continuidade de seus bens culturais representa um importante fator que contribui para a permanência de manifestações populares. Este é o caso de Conservatória, onde as manifestações musicais, espontâneas e enraizadas, conseguem sobreviver, preservando origens e mantendo valores frente à dominação da Cultura de massa.

Dada a reconhecida importância da atividade musical em Conservatória, o presente estudo busca neste capítulo caracterizar o arranjo produtivo local de Conservatória, tendo como

¹⁸⁷ MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

objetivo uma melhor compreensão de como a música – fator de identidade e Cultura local – se articula com a economia local, caracterizando-se em um importante catalisador do Desenvolvimento Local.

Para alcançar este objetivo, emprega-se a abordagem conceitual de Desenvolvimento Local e arranjos produtivos locais que foram apresentadas e caracterizadas em capítulos anteriores. Esta abordagem, da mesma forma que a vasta literatura econômica que a fundamenta, comumente é empregada no estudo de aglomerações produtivas que encerram atividades da indústria de transformação. A expansão desta abordagem metodológica, buscando analisar sistemas produtivos centrados em atividades culturais, representa um esforço recente e um desafio substantivo. No caso do arranjo em estudo a atividade produtiva tem como produto um bem intangível, a música, que ao mesmo tempo pode ser caracterizada como um serviço e como um elemento cultural. Ademais, ela se relaciona intimamente com o setor de turismo, caracterizando em Conservatória uma dinâmica de turismo cultural.

Para embasar este trabalho será utilizada uma pesquisa realizada pelo nó Rio de Janeiro da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)¹⁸⁸, sediado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pela coordenação do estudo e pela metodologia de análise de APL's; com a contribuição da equipe de estudo da Cadeia Produtiva da Economia da Música no Estado do Rio de Janeiro, da Incubadora Cultural do Instituto Gênesis da PUC-Rio¹⁸⁹.

¹⁸⁸ RedeSist é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, Europa e Ásia. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/> Acesso em: 25/02/2006
REDESIST. **Cultura e desenvolvimento**: o APL de Conservatória/RJ. RedeSist / UFRJ. Pesquisa realizada para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2005. 59p.

¹⁸⁹ O Instituto Gênesis é uma unidade complementar da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e tem como objetivo transferir conhecimento da Universidade para a Sociedade por meio da formação de empreendedores e da geração de empresas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da região onde está inserido. Disponível em: <http://www.genesis.puc-rio.br/genesis/main.asp?Team={230AC4E3-E629-4A58-9392-C9AB0D7638C7}> Acesso em: 25/02/2006

Para esta caracterização, a metodologia do estudo se pautou na busca de referências bibliográficas sobre o arranjo, tendo sido utilizado, particularmente, o material disponibilizado pela equipe da PUC-Rio, que havia produzido o relatório “Conservatória, a música como fator de Desenvolvimento”¹⁹⁰. A pesquisa da RedeSist foi realizada em dois momentos: uma seleção de atores locais a serem entrevistados e a realização de uma pesquisa de campo.

4.2.1 Origem e Desenvolvimento do APL de Conservatória¹⁹¹

Habitada no século XVIII pelos índios Araris, a região de Conservatória foi fundada como Aldeia de Santo Antônio do Rio Bonito, em 1789, por ordem do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza. Diversas histórias justificam a origem do nome. A princípio, a região era conhecida como “Conservatória dos Índios”, que na época, no Brasil, significava uma repartição pública destinada a conservar registros de imóveis e de pessoas naturais. Embora o Curato de Santo Antônio do Rio Bonito tenha sido instalado no aldeamento, em 1824, o nome Conservatória prevaleceu sobre o mesmo, tornando-se, posteriormente, distrito do município de Valença.

Do final do século XIX até meados do século XX, o café se apresentava como a principal atividade econômica da região de Conservatória e do Vale do Paraíba. A cidade foi um importante elo na produção e circulação do produto, abrigando mais de 100 fazendas que plantavam o café e o escoavam pelo antigo caminho ferroviário da Rede Mineira de Viação, Minas Gerais – Corte (Rio de Janeiro). A marca deste passado encontra-se, atualmente, na entrada da cidade, com a antiga Maria-Fumaça, que puxava os vagões de passageiros e a produção de café.

¹⁹⁰ ARANHA, José Alberto; ZARDO, Julia; PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Música como fator de desenvolvimento**. Incubadora Cultural Gênese da PUC-RIO, Sebrae-RJ e UBC, Julho de 2003. 55p.

¹⁹¹ Este item é um resumo livre da autora elaborado com base em: Relatório RedeSist; Aranha, Zardo e Prestes Filho (2003); entrevistas realizadas na pesquisa de campo; com informações disponibilizadas na internet; e com apoio dos folhetos produzidos e distribuídos em Conservatória pela Loja Canto Lírico - cuja proprietária é componente do Grupo de Seresta, entrevistada nesta pesquisa – e pelo Museu da Seresta e Serenata.

Em finais do século XIX, após a abolição da escravatura, com a redução da mão-de-obra disponível na região, e posteriormente, com o crack da Bolsa de Valores de Nova York (1929) - que levou à queda dos preços internacionais do café -, registra-se um processo de migração da produção cafeeira do Vale do Paraíba para o interior de São Paulo em busca de terras mais férteis e de mão-de-obra assalariada. Além disso, com a extinção da rede ferroviária, em 1961, este distrito do município de Valença ficou isolado dos grandes centros. Neste período, o vazio que ficou no distrito, devido à fuga de capitais do café, não foi solucionado conforme a alternativa encontrada pela sede Valença, que optou pela industrialização têxtil. Assim, apesar da emergência de agricultores locais e da pecuária leiteira, houve um gradativo empobrecimento da população.

No plano da música, até a segunda metade do século XIX, as apresentações musicais no país tinham o piano como o grande atrativo e eram consideradas privilégio de famílias da elite das principais províncias, conferindo ao instrumento uma conotação de nobreza, poder, Cultura e bom nascimento. Os movimentos que surgiam, de estilos românticos e eruditos, apropriados por manifestações populares, iriam resultar no aparecimento da ‘modinha seresteira’ - casamento da linguagem rebuscada dos grandes poetas, nas letras, com a sonoridade mestiça dos choros. É a partir deste período que se inicia o surgimento de uma música com identidade nacional, que ultrapassa o espaço privilegiado das classes dominantes e invade as ruas¹⁹². (TINHORÃO, 1998)

São deste período algumas associações sobre a origem da vocação musical de Conservatória. Vivendo seu apogeu econômico, no período de 1860 a 1880, o Desenvolvimento do distrito, proporcionado pelas grandes lavouras cafeeiras, influenciou a Corte a enviar alguns professores de música, principalmente de piano e violino – instrumentos que a alta sociedade desfrutava àquela época. Um virtuoso violinista se destacou: Andreas Schimdt. Os artistas da Corte freqüentavam periodicamente o distrito para fazer saraus, e, assim, alegravam as famílias dos nobres que habitam estas paragens. Esses artistas, em noites enluaradas, se reuniam na praça principal, e realizavam uma verdadeira serenata aos fazendeiros, barões e suas famílias, enquanto o povo assistia à distância.

¹⁹² TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 1998. 368p.

Alguns depoimentos registram que a tradição de serenata em Conservatória data exatamente de 1878, quando este grupo musical liderado por Andréas Schmidt costumava tocar violino na praça da cidade¹⁹³. Registra-se então que, de 1900 a 1910, começaram as primeiras serenatas de rua em Conservatória, principalmente em frente ao casarão de um rico proprietário¹⁹⁴. De 1910 a 1920, os seresteiros foram aparecendo e as serenatas repercutiam entre o povo conservatoriense, incorporando-se aos costumes do lugar. Novos seresteiros desfilavam pelas ruas até alta madrugada, cantando canções sentimentais em frente às janelas das casas coloniais em homenagem às pessoas queridas ou namoradas. De 1920 a 1930, a serenata se tornou popular.

Porém, é a partir de 1938 que marcos mais evidentes se destacam, quando dois jovens irmãos, estudantes do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, encontraram, ao chegarem a Conservatória, um grupo de seresteiros, liderado por Emérito Silva, que tocava violão, cavaquinho, bandolim e violino pela cidade. Rapidamente, os irmãos se juntaram ao grupo e passaram a freqüentar Conservatória constantemente. A apresentação, diante das janelas das poucas casas do lugar, era feita durante a madrugada. Assim, respeitosamente, conquistaram a admiração de seus expectadores. Aos poucos, as casas abandonadas receberam novos proprietários e as fazendas desativadas tornaram-se espaços de veraneio. A seresta acontecia, apesar de outros estilos musicais dominarem a indústria do rádio¹⁹⁵ (ARANHA; ZARDO; PRESTES FILHO, 2003).

Por volta da década de 1950, a morte do seresteiro Emérito Silva fez com que os irmãos assumissem a liderança da serenata. O que a população daquele distrito não sabia era que esses irmãos, hoje os mais que honrados José Borges de Freitas Netto (falecido em novembro de 2002) e Joubert Cortines de Freitas, conseguiriam eternizar as canções de serenata, tornando-se os principais responsáveis pela preservação da tradição musical e enaltecendo a figura do compositor.

¹⁹³ Sendo esta data de referência das comemorações, em 2004, de 126 anos de serenata em Conservatória.

¹⁹⁴ Atualmente, cedida para a instalação da Casa da Cultura.

¹⁹⁵ ARANHA, José Alberto; ZARDO, Julia; PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Música como fator de desenvolvimento**. Incubadora Cultural Gênese da PUC-RIO, Sebrae-RJ e UBC, Julho de 2003. 55p.

Durante a década de 1960, a residência de José Borges em Conservatória tornou-se o ponto de encontro dos seresteiros antes das execuções nas ruas. Lembranças e fotos passaram a ser armazenadas em suas paredes e o local passou a ser conhecido como “Museu da Seresta”, criado formalmente em 1967 como Museu da Seresta e Serenata. Seu acervo sobre seresta e serenata inclui discos, recortes de jornais, livros, pinturas, troféus e mensagens de carinho. O museu manteve-se como ponto de encontro de seresteiros e tornou-se o espaço social onde se centralizam as atividades musicais semanais que se tornaram o principal atrativo da cidade.

Ainda na década de 1960, teve início o projeto “Em Toda Casa Uma Canção”, idealizado pelos irmãos José Borges e Joubert, com objetivo de perpetuar nas fachadas das casas o nome dos compositores cujas canções são cantadas nas ruas de Conservatória.

Com estas iniciativas, os irmãos Borges são reconhecidos como os principais responsáveis pela preservação desta manifestação musical e do estabelecimento, em Conservatória, de atividades semanais de execução de seresta e serenata. De fato, suas atividades tinham planejamento e estratégia. Os irmãos acreditavam que aquela poderia ser uma alternativa viável de dinamização econômica local, com a atração de turistas para a cidade e a criação de oportunidades de negócios e de crescimento para fazer frente à estagnação do período. Contudo, consideravam que as atividades musicais do grupo de seresteiros do museu não deveriam ter qualquer tipo de remuneração financeira, assim como não aceitavam apoio desta ordem para manutenção do museu.

Nos anos 70, inicia-se o surgimento de estabelecimentos comerciais para atender ao público dos espetáculos musicais, com os primeiros restaurantes de Conservatória, seguidos, nos anos 80 e 90, por um movimento turístico mais intenso e o estabelecimento paulatino da rede hoteleira e de comércio.

Com o atrativo especial das serenatas e a construção de uma base para seu Desenvolvimento, a cidade vem se estabelecendo como um pólo turístico. Propicia, nos dias atuais, o crescimento de atividades econômicas correlatas, responsáveis pela maior parte da ocupação da população local e pelo crescimento de oportunidades de negócios e de um

Desenvolvimento Local que, apoiado por planejamento e políticas de promoção, pode vir a ter sustentabilidade no longo prazo.

Também estabelecimentos culturais foram se proliferando no arranjo, sendo que em 2004, existiam quatro museus relacionados à música, um de cinema, dois projetos de constituição de novos museus, além de estabelecimentos comerciais com cunho cultural, como um ateliê cuja proprietária organiza saraus para contar a história da cidade e um café que dispõe de biblioteca musical, todas estas iniciativas individuais. A estrutura turística incentivou, ainda, o surgimento de comércio e de ainda tímida produção de artesanato, licores, entre outros produtos alimentares.

Desde a década de 1960, portanto, Conservatória vem se consolidando como um arranjo cujo principal atrativo é o espetáculo da seresta e serenata, capitaneado pelos irmãos Borges, tendo complementarmente atividades comerciais de suporte ao turismo local. O espetáculo da seresta é realizado todas as sextas e sábados, a partir das 20 horas, no Museu da Seresta e Serenata, pelo grupo musical de seresteiros vinculado ao mesmo. Neste horário, a calçada em frente ao Museu fica repleta de ouvintes. Ao término da seresta é seguida a serenata, às 23 horas, quando os músicos saem do museu e tomam as ruas da cidade, tocando e cantando acompanhados pelo público no percurso, pequeno mas demorado, até alta madrugada.

A música é, portanto, seu grande diferencial. Inúmeras regiões são capazes de desenvolver o turismo cultural, oferecer um clima exótico ou mesmo uma bela paisagem. Mas Conservatória apresenta esta particularidade musical. Resgata de outros tempos a tradição de um estilo musical já pouco em voga e com participação pouco significativa no mercado musical brasileiro de inícios do século XXI. Por isso, atrai especialmente um público de terceira idade, apreciador deste estilo. Por causa da música, todas as demais atividades culturais e econômicas puderam se desenvolver e, até hoje, são dela dependentes. A cidade respira música e, não por acaso, esta é sua referência absoluta, que se inicia já na estrada de acesso ao distrito, pontuada por placas com estrofes de poesias e trovas e se consolida nos nomes de seus estabelecimentos comerciais, entre os quais, *Padaria Lua Branca*, *Loja Canto Lírico*, *Restaurante Dó-Ré-Mi*, *Pousada Sol Maior*.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Na pesquisa da RedeSist, referenciada anteriormente, foram levantados diversos aspectos muito importantes para mapearmos e entendermos este APL e para aprofundarmos a questão da presença da Cultura e Comunicação hoje neste território além de como esta poderia ser melhorada. Para isso, traremos aqui trechos desta pesquisa, além de outro relatório intitulado “Segunda Pesquisa de Opinião musical e turística de Conservatória”, realizada sob a coordenação geral de Antônio Carlos Alkimim dos Reis, entre julho e agosto de 2005.¹⁹⁶

É muito interessante analisarmos o aspecto cultural de Conservatória colocado sobre os principais agentes do segmento produtivo do distrito, pois mesmo que a população perceba como a música é significativa como identidade cultural local, ela ainda não conseguiu explorar comercialmente este valor.

Poderemos perceber em toda a análise dos dados levantados de Conservatória, uma separação gritante entre Cultura e economia. Visualizamos assim um mesmo contexto que o já apresentado no capítulo em que tratamos de Cultura como recurso, ou seja, muita preocupação com o valor artístico das atividades e nenhuma sinergia entre essas e a economia local.

Em se tratando dos agentes musicais de Conservatória, confirmamos a opinião em relação a esta questão.

“Podemos imaginar que, depois da contextualização do distrito, os principais agentes locais seriam relacionados à música e ao turismo.

Conservatória tem como agentes diretamente relacionados à música aqueles responsáveis pela realização de composições e arranjos musicais – menos significativo no local – e, principalmente, por músicos e intérpretes que realizam execuções ao vivo, em espetáculos públicos ou privados, não necessariamente com objetivos comerciais.

Contudo, a dinâmica econômica do arranjo é dada, quase que unicamente, por atividades turísticas, entre as quais estão presentes as atividades de alojamento e de

¹⁹⁶ ARANHA, José Alberto; ZARDO, Julia; PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Música como fator de desenvolvimento**. Incubadora Cultural Gênese da PUC-RIO, Sebrae-RJ e UBC, Julho de 2003. 55p.

alimentação¹⁹⁷. A seguir, serão descritos estes agentes musicais, bem como os agentes e infra-estrutura de turismo do arranjo.”¹⁹⁸(RedeSist)

A imagem que a cidade produz para o público externo é extremamente positiva. A Pesquisa de Opinião, por exemplo, mostra que toda a motivação dos turistas que vão à Conservatória gira em torno da sua identidade cultural que tem a música e a reputação da Cidade como prioritários argumentos para a motivação da viagem. Porém, Conservatória acaba por não contabilizar esta identidade como recurso.

Em relação aos agentes e à infra-estrutura de turismo o quadro é muito melhor do ponto de vista de retorno econômico em função da identidade cultural da cidade. Em termos de infra-estrutura de turismo, em 2003, Conservatória contava com estabelecimentos formais e informais de hotelaria e restaurantes além de bares e lojas que comercializam produtos e artesanato. Grande parte dos proprietários destes estabelecimentos não são de Conservatória e investem nos atrativos turísticos e oportunidades do arranjo. “A infra-estrutura de alojamentos possuía, em 2004, cerca de 1200 leitos. Com fluxo de média semanal de 2.000 turistas, aponta-se para o alto percentual de ocupação destes durante todo o ano¹⁹⁹.”

Fortalecendo nossa afirmação sobre a percepção do turista, destacam-se alguns dados da pesquisa da RedeSist realizada com turistas no arranjo; caracterizados por procedência, faixa etária, sexo, renda, grau de instrução e opiniões sobre a cidade e seus atrativos. Tais dados indicam que Conservatória é sim um “arranjo turístico” cujo principal atrativo são as serenatas e serenatas, constituindo um nicho de mercado voltado para turistas de renda e graus de instrução elevados, com maior concentração acima de 46 anos e grande peso de pessoas de terceira idade, e oriundo principalmente dos estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais. É também significativa a circulação de turistas de localidades e municípios próximos que vão

¹⁹⁷ Conforme classificação da Embratur, atividades musicais também podem ser enquadradas dentre atividades turísticas, na categoria de atividades de recreação.

¹⁹⁸ REDESIST. **Cultura e desenvolvimento**: o APL de Conservatória/RJ. RedeSist / UFRJ. Pesquisa realizada para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2005. 59p.

¹⁹⁹ De acordo com depoimento do proprietário de um dos hotéis fazenda do local, presidente da Casa de Cultura de Conservatória e membro do Conselho de Desenvolvimento de Conservatória (Condecon), em Redesist

apenas desfrutar da noite musical conservatoriense e que retornam às suas cidades²⁰⁰ (ARANHA; ZARDO; PRESTES FILHO, 2003).

A presença de organismos e iniciativas de ensino, Cultura e promoção também foi analisada pelo relatório da RedeSist no Distrito de Conservatória.

“Conservatória não dispõe de infra-estrutura de ensino formal, instituições de ensino superior, ou organismos de pesquisa e Desenvolvimento, excetuando as duas escolas públicas municipal e estadual de ensino fundamental.

Não existe no distrito nenhuma escola envolvida na capacitação formal de músicos e seresteiros, mas sobressaem iniciativas e projetos individuais e voluntários para o ensino de música a crianças.

Conservatória dispõe de uma significativa infra-estrutura cultural, que engloba a existência de museus e de organismos de promoção, todos iniciativas privadas e em sua maioria individuais.

Uma experiência refere-se à Rádio Comunitária de Conservatória que foi criada há quatro anos, com orientação da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, com objetivos de valorizar o conteúdo de música romântica, entrevistar antigos seresteiros, divulgar aspectos históricos da música brasileira e dar espaço para atividades de pequenos empresários que investissem em projetos culturais (Prestes Filho et al., 2004).

Já o Museu da Seresta e Serenata foi criado por iniciativa dos irmãos Borges, visando ser um ponto de difusão da Cultura musical de serestas. O Museu é ponto de encontro dos que tocam, cantam e ouvem serestas. É o local de encontro do Grupo de Seresteiros a ele vinculados, e núcleo central de realização das serestas, todas as sextas e sábados, das 20:30 às 23 horas e de onde saem para realizar a serenata.

Administrado, desde sua morte, pela viúva de José Borges, o Museu é mantido sem qualquer apoio financeiro, e sem a cobrança de ingressos. Os princípios que o regem - uma espécie de estatuto ou conjunto de normas que estabelece as suas “características essenciais”, distribuído aos visitantes - têm rigor sobre a não aceitação de nenhum tipo de relação comercial ou política, bem como no que se refere ao papel de cada um dos atores presentes no espaço - integrantes, participantes e visitantes. Seu objetivo é a preservação da memória da música de serenata e do Projeto Em toda Casa uma Canção.

Este projeto, iniciado em 1960, consiste na afixação de placas de metal (de 7 x 25cm) nas fachadas das casas da cidade, com o título de canções de amor brasileiras consagradas pela serenata local ou que tenham um significado “histórico-sentimental” na vida do morador. As 403 placas espalhadas pelas ruas da cidade fazem parte do acervo do Museu.

Encontram-se ainda, em Conservatória, outros dois museus, criados e dirigidos por iniciativa individual de um habitante local. Fundados em 1999 e 2000, respectivamente, o primeiro deles é dedicado a Vicente Celestino e Gilda de Abreu e, o outro, a Sílvio Caldas, Nelson Gonçalves, Gilberto Alves e Guilherme de Brito, todos estes, nomes de compositores e intérpretes da época áurea da música romântica e da seresta brasileira.

²⁰⁰ ARANHA, José Alberto; ZARDO, Julia; PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Música como fator de desenvolvimento**. Incubadora Cultural Gênese da PUC-RIO, Sebrae-RJ e UBC, Julho de 2003. 55p.

Esses dois museus apresentam acervo não apenas de músicas de serestas, mas de todo tipo de música romântica da década de 1930, além de recortes e biografias de artistas, ainda vivos ou já falecidos, tendo como objetivo principal perpetuar a memória dos grandes músicos da música brasileira e tendo como motivação o idealismo propagado pelos irmãos José Borges e Joubert de Freitas. Os museus são sediados em casas particulares, cujo aluguel é pago pela prefeitura de Valença. Para a visitação é cobrada uma taxa simbólica de R\$ 1,00, que, segundo seu diretor, representa um fator limitante para a visitação e, ao mesmo tempo, não se reverte em recursos suficientes para a manutenção do acervo. Acrescenta-se que grande parte do acervo, próprio, doado ou cedido por diversas pessoas, não se encontra exposto devido à falta de espaço físico.

O diretor dos dois museus também atua como produtor cultural, promovendo, em parceria com o diretor da escola de artes cênicas Martins Pena (Rio de Janeiro), o teatro José Nossar, localizado na escola Medianera, em Conservatória, onde se apresentam, majoritariamente, artistas de fora do município. O público paga R\$ 5,00 para assistir aos espetáculos, sendo 60% da receita destinada ao pagamento dos artistas e 40% para a manutenção da escola e do teatro.²⁰¹ (RedeSist)

Analisando estes dados podemos perceber que, como posto, Conservatória peca na promoção de seu capital humano e social – não oferecendo locais de ensino e fomento à inovação nem formais nem informais – e a permanência deste cenário pode levar a perda das características que hoje são seu diferencial, já que estas não estão relacionadas a aspectos agrícolas ou indústrias, mas humanos e sociais.

Podemos perceber que existe sim um grande e mobilizado capital humano que vem de fora do distrito. Geralmente os músicos que conhecem o lugar em seus momentos de folga, acabam fazendo de Conservatória seu lugar de moradia, coordenando ações profissionais e pessoais em um só local. Porém, desenvolver ferramentas para formar estes capital humano e social internamente continua sendo muito importante para o Desenvolvimento Local de Conservatória.

Mesmo possuindo mais iniciativas voluntárias na área cultural do que na área de ensino, como colocado no trecho do relatório, e sendo estas privadas – isso indo totalmente de acordo com o que propomos na capítulo anterior que tratava de Cultura, orientando para que não se dependa do poder público para que as iniciativas sejam sustentáveis – estas iniciativas ainda são individuais e sem planejamento. Também tratamos desta questão no capítulo anterior afirmando que quando a Cultura é tratada pontualmente e não no planejamento das ações do território isto dificulta o comprometimento dos atores locais.

²⁰¹ REDESIST. **Cultura e desenvolvimento**: o APL de Conservatória/RJ. RedeSist / UFRJ. Pesquisa realizada para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2005. 59p.

Diante de todo o relatado também não podemos deixar de grifar a falta de profissionais do campo da administração, por exemplo, trabalhando de maneira cooperada a músicos e poetas. Se estes personagens se mantiverem empreendendo atividades sem capacitação que necessitam de conhecimentos específicos, a profissionalização da infra-estrutura de Conservatória continuará, a longo prazo, prejudicada.

Outro aspecto importante a se levar em consideração em relação a esse arranjo é a não existência de iniciativas estruturadas do governo local, do município de Valença, para o apoio e promoção do distrito de Conservatória, nem mesmo organismos desta prefeitura ou de outras instâncias de governo voltados para este fim.

Algumas iniciativas da população local podem ser identificadas como a criação do Conselho de Desenvolvimento de Conservatória (Condecon), em fins de 2001, visando ser um fórum permanente de representantes da sociedade civil para a discussão e proposição de ações. Este é formado por vereadores, comerciantes, hoteleiros, donos de pousadas e representantes da cooperativa dos produtores de leite, do hospital e da igreja. O depoimento do vereador local indica que os objetivos do Condecon não vêm sendo alcançados, em função, particularmente, do não reatamento de suas proposições no âmbito da prefeitura.

Outra iniciativa refere-se ao trabalho da equipe de estudo da Cadeia Produtiva da Economia da Música no Estado do Rio de Janeiro, da PUC/Rio, que vem realizando esforços de pesquisa no tema, tendo realizado o estudo e workshop “Conservatória, a Música Como Fator de Desenvolvimento”²⁰² (ARANHA; ZARDO; PRESTES FILHO, 2003). Foram também responsáveis pela elaboração de proposta de projeto para que Conservatória se tornasse Ponto de Cultura. Estimulam, ainda, o Desenvolvimento de algumas ações de planejamento e promoção, através da mobilização de parcerias e articulação.

O relatório da RedeSist e parceiros consultado e trabalhado neste estudo é muito profundo e detalhado principalmente no que diz respeito a: capacitação produtiva e inovativa local; Inovação, tradição e vantagens comparativas; processos interativos para a aprendizagem;

²⁰² ARANHA, José Alberto; ZARDO, Julia; PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Música como fator de desenvolvimento**. Incubadora Cultural Gênese da PUC-RIO, Sebrae-RJ e UBC, Julho de 2003. 55p.

vínculos com o sistema de preservação/inação local; enraizamento e formas de cooperação no arranjo. Por isso, optamos aqui por transcrever estes capítulos da pesquisa como anexo ao nosso trabalho e nos focamos nas últimas análises relacionadas às indicações de Comunicação e Cultura dos capítulos anteriores.

Uma das características imprescindíveis para o APL de Conservatória manter seu bom desempenho é o trabalho cooperativo já realizado de forma espontânea na região pelos seresteiros e irmãos José Borges e Joubert de Freitas para que se consolidasse em Conservatória a tradição musical da música romântica.

Por mais que estas ações cooperadas sejam informais e pouco estruturadas, a participação da população é inegável. Às vezes, por estas formas de cooperação serem tão informais elas não são identificadas pela população local como tal.

“Outro fato que atesta a existência de relações informais de cooperação é a constante realização de eventos musicais em Conservatória, que nascem da iniciativa de alguns agentes, com destaque para algumas lideranças, entre as quais pode-se citar o esforço do vereador local, mas sem que exista um calendário estruturado de eventos.”²⁰³(RedeSist)

Outro aspecto importante a ser considerado no APL de Conservatória é a questão da liderança e da participação local no processo. Como colocamos anteriormente, estar identificado com o processo e, mais que isso, imbuído de responsabilidade faz com que cada cidadão local trabalhe ativamente no processo de Desenvolvimento Local.

“Em Conservatória a cooperação parece fortemente condicionada pela presença de líderes que mobilizem os diversos agentes e que coordenem as atividades. Neste sentido destaca-se o papel dos irmãos José Borges e Joubert de Freitas como os principais agentes de mobilização, capazes de agregar toda a comunidade do distrito de Conservatória em torno de objetivos comuns. Assim, a morte de um dos irmãos e a enfermidade do outro deixou um vazio. As diversas lideranças atualmente presentes, citadas acima, não têm sido capazes de agregar toda

²⁰³ REDESIST. **Cultura e desenvolvimento**: o APL de Conservatória/RJ. RedeSist / UFRJ. Pesquisa realizada para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2005. 59p.

a comunidade em torno da construção coletiva de objetivos e perspectivas comuns para o arranjo. Este período de transição abre espaço para que os conflitos antes contornados ganhem maior relevância. Por outro lado, eles são responsáveis por inúmeras iniciativas, em grande parte isoladas, que acabam por dinamizar a atividade artística do distrito.”

Analisando o caso de Conservatória então, ratificamos a importância de cada vez mais deixar a população informada e utilizar as ferramentas de Comunicação para manutenção das relações e da sinergia na comunidade.

De acordo com o Relatório da RedeSist, no âmbito das empresas integrantes da infra-estrutura turística de Conservatória, “verificam-se posturas e objetivos divergentes, que dificultam a cooperação”. Não existe, por exemplo, uma associação que poderia representar uma ampla instância de mobilização destes agentes. “Apenas um número restrito de comerciantes integra o Condecon. A atuação deste conselho se mostra restrita, não estabelecendo relações duradouras de cooperação com os músicos locais.”²⁰⁴ (RedeSist)

Apesar do intenso leque de atrações, não existe um fórum de organização dos eventos na cidade, os quais ocorrem por iniciativas individualizadas ou pontuais e, de forma geral, sem apoio de iniciativas públicas. Da mesma forma, inexistem uma programação oficial e um calendário anual de eventos, apontado pela maioria dos entrevistados na pesquisa como uma necessidade premente.²⁰⁵ (RedeSist)

Porém, demonstrando mais uma vez seu aspecto informal, conseguimos perceber sim relações de cooperação.

Um exemplo pontual de cooperação entre restaurantes, bares e hotéis e dos músicos, que nestes estabelecimentos se apresentam, com os seresteiros é o respeito ao momento de realização da serenata. Muitos músicos encerram suas apresentações nos estabelecimentos ou reduzem o volume dos equipamentos quando se inicia a serenata, de forma que a mesma não seja prejudicada pelo excesso de ruídos. (RedeSist)

Outra questão importante a ser abordada, que também é apontada na “Segunda pesquisa de opinião”, é sobre tipos de conselhos dados à Conservatória. Passando por referências ligadas à hospedagem e alimentação até opções diurnas de lazer, algumas categorias foram

²⁰⁴ Ibidem

²⁰⁵ Ibidem

constantemente afirmadas deixando clara sua posição no imaginário do turista de Conservatória: as questões relacionadas à Comunicação – calendários de atividades e acesso às informações turísticas em geral.

Divulgação, informações turísticas e melhores condições para o turismo: o foco principal foi mesmo na necessidade de maior divulgação, inclusive na mídia, da música, dos eventos, dos pontos turísticos, da cidade e dos serviços oferecidos, além da necessidade de mais informação e orientação para o turista (placas nas ruas, guias turísticos locais, agenda cultural, quiosque de informações, site na Internet)²⁰⁶

Como discutimos ao longo de toda dissertação, informar a população local e comunicar o que existe na região para quem pode e quer consumir estes produtos e serviços é primordial para uma atividade econômica sustentável.

Para esta ação diversas ferramentas da Comunicação com diversos impactos em diferentes públicos poderiam estar sendo usadas. Mesclar em um trabalho local meios de Comunicação coletiva e momentos de uso de influência pessoal, por exemplo, requer um conhecimento do processo local e pode gerar muito mais resultado do que somente informar a população.

Utilizar a Comunicação como fator de motivação sempre atento a seu caráter de reciprocidade é o que falta para as ações de Desenvolvimento Local de Conservatória.

A Comunicação não se caracteriza como uma via de sentido único. Receptor e emissor trocam constantemente de posição, ao longo do processo de Comunicação.²⁰⁷ (KUNSCH, 1986)

Esta falta de atenção que é dada a estes mecanismos se reflete na ausência de coordenação e planejamento para organização da cidade enquanto arranjo turístico baseado na música.

Sendo o acesso à informação considerado condição *sine qua non* para a democracia e para a governança local, esta ausência de coordenação e planejamento poderia ser, não facilmente, mas suprida com a ação da Comunicação.

²⁰⁶Ibidem p.50

²⁰⁷ KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e educação**: caminhos cruzados. São Paulo: Edições Loyola: AEC, 1986.

Empoderando a população local para sua tomada de decisões e ações no processo de Desenvolvimento Local acabamos por recolocar a Comunicação em um lugar de destaque no DL e na ação social do território. É importante que a Comunicação ocupe o espaço do agir comunicativo no Desenvolvimento Local, e não continue sendo tratada como instrumento para a interferência de outras áreas de conhecimento neste processo. Como coloca Giuseppe, “a cidade, se possui uma rede invisível de cooperação e solidariedade, apresenta, por outro lado, uma ausência de lideranças formais e coordenação mais sistemática.” A Comunicação pode ser o elo atualmente faltante nesta cadeia.

Algumas proposições sobre o processo de Desenvolvimento Local e trabalho cooperativo em Conservatória são feitas no relatório da RedeSist.

A constituição e fortalecimento de fóruns representativos de coordenação, capazes de ordenar as necessidades e de conduzir a soluções conjuntas pode ser um primeiro passo. Fóruns participativos, como o Condecon, ainda recente e pouco atuante, poderiam ser estimulados e fortalecidos pela sociedade para encaminhamento das questões de infra-estrutura urbana e turística e busca de soluções coletivas relacionadas à cidade.

Um exemplo de reivindicação apontada por todos os entrevistados como necessária, é o planejamento e organização dos agentes e da elaboração sistemática de programação e divulgação de eventos em um calendário anual da cidade. Este tipo de iniciativa teria importantes efeitos para a divulgação planejada de Conservatória como circuito musical turístico. Interessante seria coordenar tal programação de eventos com outros relacionados a datas da tradição histórico-religiosa-cultural e rural²⁰⁸.

Evidentemente, proposições de políticas e ações para um determinado ambiente devem se cobrir de toda cautela, e evitar modelos e manuais de formulação e implementação de políticas baseados em outras experiências e que nem sempre têm aderência ao caso em questão.

É claro que sugerir políticas de promoção para um caso como o de Conservatória que, mesmo sem incentivos, vem promovendo geração de emprego e renda para a população local além de ser uma iniciativa com forte valor e conteúdo artístico e cultural torna-se tarefa ainda mais delicada.

²⁰⁸ REDESIST. **Cultura e desenvolvimento**: o APL de Conservatória/RJ. RedeSist / UFRJ. Pesquisa realizada para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2005. 59p.

Porém, como já colocamos, concordando com a RedeSist, “para que as ações tenham caráter consistente e duradouro, são necessários esforços conjuntos, envolvendo ações públicas e privadas que incluam a participação ativa dos atores locais na formulação e implementação das mesmas.”²⁰⁹

As conclusões apontadas pela RedeSist em seu relatório são as seguintes: “Para que seu Desenvolvimento (de Conservatória) se mantenha no longo prazo, com a consolidação das atividades musicais, culturais e turísticas locais - e das demais atividades econômicas que as reforçam e delas se beneficiam - é importante que se estimule a articulação de elementos que agreguem sentido e valor à lógica do APL de Conservatória. Tal tarefa consiste, fundamentalmente em equacionar formas de garantir e estimular: i) o enraizamento e a transmissão de conhecimento; ii) o fortalecimento de atividades de produção relacionada à música; iii) fortalecimento da governança local; e iv) melhorias da infra-estrutura urbana e de turismo.”²¹⁰

Como podemos perceber, o primeiro e terceiro pontos vão ao encontro do que propomos aqui, sendo mais uma vez ações que somente podem ser viabilizadas através da Comunicação e da Cultura.

A questão do Enraizamento e transmissão de conhecimentos, por exemplo, nos remete diretamente a colocação de margarida Kunsck sobre o repertório comum que deve ser formado junto a população local. O fortalecimento da governança local é outro pressuposto que converge com os argumentos defendidos nesta dissertação.

Para finalizar, não podemos nos furtar de lembrar nossa posição ambígua na análise do caso de Conservatória. Realmente Conservatória é um espaço não só de estudo mas também de aplicação de todas estas questões que relacionam Desenvolvimento Local, Cultura e Comunicação no âmbito profissional da autora deste trabalho. Desde 2002 este APL vem sendo trabalhado com ações de planejamento, empreendedorismo e Desenvolvimento Local pela Incubadora Cultural Gênese da PUC-Rio em parceria com diversos outros atores. Por

²⁰⁹ Ibidem

²¹⁰ Ibidem

isso podemos perceber um tom às vezes propositivo no lugar de somente análises imparciais. Pois, frente às questões levantadas na dissertação, esse trabalho será importante para orientar de maneira mais consciente e planejada nossas próprias atividades e interferências em Conservatória.

Por toda esta relação que apresentamos com o objeto de estudo, fizemos diversas críticas aos andamentos de seu trabalho, pois os aspectos positivos já estão dados no número de turistas que visita Conservatória todo final de semana e em seu permanente aumento. Queremos então aqui ajudar a melhorar.

É importante colocar que mesmo com todas as adversidades o APL de Conservatória nasceu de maneira espontânea e com atores privados locais completamente envolvidos. Mesmo que intervenções externas de pesquisa, análise e encaminhamentos sejam empreendidas, o que não se pode perder é a cooperação e a participação da população local, pois já vimos que diversos aspectos podem ser estimulados exogenamente, mas estes têm que estar intrínsecos à população local.

Diversas outras questões fundamentais para a compreensão como um todo do Arranjo de Conservatória foram suprimidas aqui, pois a intenção era aplicar as indicações especificamente relacionadas à Comunicação e Cultura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos neste trabalho sobre a questão de sinergia e relação que deve haver entre a Comunicação, a Cultura e o Desenvolvimento Local. Mesmo a Comunicação Organizacional começando a tratar muito timidamente a questão da "Comunicação integrada" – esta muito ainda centrada no interior das organizações – ela deveria começar a pensar em como planejar e elaborar estratégias de uma Comunicação integrada do território como um todo, articulando pequenas e grandes empresas, instituições públicas e iniciativas sociais.

Defendemos esta iniciativa aqui, não somente por seu caráter claramente ético e democrático – alinhados às necessidades de sustentabilidade de qualquer processo –, mas também por sua lucratividade para todos os envolvidos. Trabalhando a Comunicação e a Cultura interna e externamente, as empresas envolvidas em um processo de Desenvolvimento Local fidelizam e mobilizam seus consumidores para produtos e serviços locais além de ganhar com a geração de capital social na região diretamente envolvida em seu processo produtivo.

A população local ganha com mais emprego, qualificação, empoderamento e a garantia de viver em um território que preza por seu capital humano e social. Já o poder público consegue aliados para dividir a responsabilidade na promoção do Desenvolvimento sócio-econômico na região.

Como foi demonstrado ao longo desta dissertação, qualquer atividade cujo fim remeta ao Desenvolvimento Local não pode ser efetivamente realizada sem que se conheça e se busque a sinergia com o Outro, esta entidade morfológicamente cambiante e incerta. Ao mesmo tempo, a classificação desse Outro como um organismo único, dotado de uma Cultura homogênea constitui um empecilho para qualquer ação que detenha realmente um alto poder de transformação. É fundamental que, antes, essa compreensão básica se relacione, também, à noção de que as esferas global e local não podem jamais ser separadas; elas são complementares e dialogam de formas nem sempre compreendidas ou (sequer) estudadas. Como defendem Hardt e Negri (2001):

Hoje essa posição, apesar de admitirmos e respeitarmos o espírito de alguns de seus proponentes, é ao mesmo tempo falsa e prejudicial. É falsa, em primeiro lugar, porque o problema é proposto precariamente. Em muitas caracterizações, o problema repousa numa falsa dicotomia entre o global e o local, admitindo-se que o global acarreta homogeneização e identidade diferenciada, enquanto o local preserva

a heterogeneidade e a diferença. Geralmente está implícito nesses argumentos que as diferenças de local são, em certo sentido, naturais, ou pelo menos que sua origem é inquestionável.²¹¹

Tratar qualquer localidade como uma entidade própria, por mais distante ou reclusa que seja ou por menor que o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) possa parecer, é admitir, hipocritamente, que ela própria procurou a sua miséria (uma instância supostamente erguida de forma espontânea), que o Outro, o estrangeiro, não teve participação nisso, como se a própria existência dela já não despertasse o inevitável fio comunicacional que a coloca no mundo, ainda que numa posição de periferia. É o que aponta Canclini (2003, p.28), ao afirmar:

Não penso que, hoje, a opção central seja entre defender a identidade ou nos globalizar. Os estudos mais esclarecedores do processo globalizador não são os que apontam para uma revisão de questões identitárias isoladas, mas os que propiciam a compreensão do que podemos fazer e ser com os outros, de como encarar a heterogeneidade, a diferença e a desigualdade.²¹²

A opinião oposta à que Nestor García Canclini defende ainda é de grande difusão no Brasil, um país em que as práticas paternalistas e de clientelismo são instâncias estratificadas e, portanto, irrevogáveis. Se essas realizações constituem um primeiro obstáculo político, a tradição de exaltação à democracia representativa constitui uma segunda barreira; como foi discutido no capítulo sobre Cooperação, devido à escassez de contestações pós-eleição, esse modelo garante ao líder eleito o direito (quase) divino de implementar suas medidas sem participação efetiva da população local. O próprio adjetivo que acompanha a democracia perde o seu sentido, que, vale repetir, pode ser retomado, como apontado ao longo deste trabalho, com o trabalho conjunto dos conceitos de Cultura, Comunicação, cooperação, participação e empoderamento.

Cabe, então, propor, em escala macro, que os seguintes estágios sejam respeitados para qualquer ação de Desenvolvimento Local:

²¹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001

²¹² CANCLINI, Nestor Garcia. **A Globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003. p.28

- 1) Familiarização com a localidade;
- 2) Levantamento conjunto com representantes dos diversos grupos locais dos valores culturais da região;
- 3) Sensibilização dos diversos atores sociais da região quanto ao processo de DL pretendido e à questão da Cultura como recurso econômico;
- 4) Definição com esses atores de ações prioritárias e comprometimento da população em sua realização;
- 5) Estabelecimento de redes de Comunicação para a implementação das ações; avaliação de possibilidades de uso de novas tecnologias;
- 6) Controle e avaliação dos fluxos comunicacionais; identificação de barreiras à realização deles e ações de solução a essas questões;
- 7) Implementação das ações pelo grupo gestor local sempre observando a sinergia entre governo, empresas e a sociedade civil organizada.

Como se pode observar, tratam-se de propostas pouco complexas, mas que encontram obstáculos enraizados na tradição de organização local. Estas são barreiras, contudo, que devem ser vencidas, uma vez que, encontrando apoio nas palavras de Bauman (1998, p.54), as diferenças fazem da responsabilidade o conceito maior capaz de orientar toda e qualquer ação do mesmo porte da proposta aqui:

A responsabilidade, essa condição última e indispensável da moralidade nas relações humanas, encontraria no espaço perfeitamente planejado um solo infértil, senão inteiramente venenoso. Com toda a certeza, não brotaria nem medraria num espaço higienicamente puro, livres de surpresas, ambivalência e incerteza, nascidas da diferença e variedade. As pessoas moralmente maduras são aqueles seres humanos que cresceram a ponto 'de precisar do desconhecido, de se sentirem incompletos sem uma certa anarquia em suas vidas', que aprenderam a 'amar a alteridade'.²¹³

Infelizmente no Brasil – como em outros países um pouco mais atrasados em relação à utilização das indústrias culturais e criativas para seu desenvolvimento econômico e social – os aspectos mais simbólicos, sociais e humanos ainda não são levados a sério quando planejamentos estratégicos e econômicos são delineados. Enquanto em alguns países a cultura já gera capital simbólico, agrega valor a imagem da produção das localidades e motiva a

²¹³ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: As conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.54

participação das pessoas no Desenvolvimento Local, no Brasil a Cultura inúmeras vezes continua sendo consultada e pensada posteriormente às decisões estruturantes.

Hoje este quadro começa a mudar. Devido ao empenho de profissionais e estudiosos no entendimento e na valorização das questões tratadas aqui, algumas iniciativas começam a abrir espaço para a aplicação de novas áreas de conhecimento no processo do Desenvolvimento Local. Como a missão do “verdadeiro intelectual”, segundo Antônio Gramsci (2005), não se limita à promoção dos valores supremos da civilização, mas também emergir de seu mundo e dele participar, tomando posição e assumindo responsabilidades, esperamos que este trabalho colabore para um processo que ainda está longe do ideal, mas se configurando como possível.²¹⁴

Por fim, trazemos aqui uma citação de Eduard Delgado (apud MARTINELL, 1994, p.104) que resume a visão deste trabalho no que diz respeito às políticas culturais locais atuais e nossas otimistas expectativas em relação a sua incorporação aos “manuais” e metodologias de Desenvolvimento Local de hoje.

A cidade cultural é um dos espaços mais vivos que hoje confirmam nossa paisagem coletiva. É o espaço da língua, da sensibilidade, das atitudes vivas do lazer e da comunicação. As mais-valias que se possam criar não têm comparação com as que incidem no preço de qualquer outro produto. Em contraste com o que ocorre em outros setores da vida social, as forças que incidem nas estruturas culturais são muito mais variadas e democráticas das que influem no urbanismo, na saúde, na educação, etc. Não é estranho que os projetos políticos que aspiram a devolver ao cidadão sua voz civil, em harmonia com os princípios da democracia representativa e em luta contra a burocratização, encontrem nas políticas culturais locais uma ajuda indispensável para que seja real a sua mensagem.²¹⁵

²¹⁴ GRAMSCI, Antônio. O intelectual e o desafio da crítica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 jan. 2005. Prosa & Verso.

²¹⁵ MARTINELL, Alfone. Cultura e cidade: uma aliança para o desenvolvimento – a experiência da Espanha. In: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, cidade, Brasil. 2003. In: **UNESCO - Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a Cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 104

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Marcia Esteves. **Complexidade e organizações**: em busca da gestão autônoma. São Paulo: Atlas, 2003. 142 p.
- ARANHA, José Alberto; ZARDO, Julia; PRESTES FILHO, Luiz Carlos. **Música como fator de desenvolvimento**. Incubadora Cultural Gênese da PUC-RIO, Sebrae-RJ e UBC, Julho de 2003. 55p.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: As conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 145 p.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. Desenvolvimento local e redes socioprodutivas. In: **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rede DLIS, jul.2001, 31-42.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Desenvolvimento da Produção. **Termo de referência para política nacional de apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Brasília, 2004.
- BUENO, Wilson. **Comunicação empresarial na sociedade da informação: tendências e desafios**. In: _____. Comunicação empresarial: teoria e pesquisa. Barueri, SP, Monole, p. 3 – 32, 2003.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **A Globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003. 223 p.
- CARSALADE, Flavio de Lemos. **Cultura como chave de compreensão da realidade**. São João Del Rei, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/artigos/culturachave.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2006.
- CARVALHAL, Eugenio do. **Negociação fortalecendo o processo**: como construir relações de longo prazo. 1. ed. Rio de Janeiro: Vision, 2001. 160 p.
- CASALI, Adriana Machado. **Paradigmas em Comunicação organizacional**. In: CONGRESSO ALAIC, Buenos Aires, Argentina, 2004. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/alaic/trabalhos2004/gt12/adrianacasali.htm>. Acesso em: 3 jan. 2006.

- CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e Cultura. V. 1. Tradução Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e Cultura; 2).
- COCCO, Giuseppe. As dimensões produtivas da Comunicação no pós-fordismo. **Comunicação & política**, nova série, v.3, n.1, p. 20-33, jan-abr. 1996.
- COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 183 p.
- COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Orgs.). **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 192 p. (Espaços do desenvolvimento).
- COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo. Introdução: conhecimento, inovação e redes de redes. In: _____. **Capitalismo Cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 192 p. (Espaços do desenvolvimento).
- COSTA, Maria Teresa. As pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: conceito e experiências. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo & MARTIN, Scott. **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001.
- CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo. **Capitalismo Cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 192 p. (Espaços do desenvolvimento).
- CRIE/COPPE/UFRJ. **Revista Inteligência Empresarial**. v.1, n. 8, julho 2001.
- DE FLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 163-184 p.
- DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STERN, Paul C. The struggle to govern the commons. Review. Special Section. **Science**, v. 302, 12 dez. 2003. 1907-1912 p. Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 3 jan. 2006.
- Estudo realizado pela CTI – Corporate Transitions International (Organizational Architecture) (Araújo 2001 pg – 174-176)
- FAYARD, Pierre. **O jogo da interação**: informação e Comunicação em estratégia. Caxias do Sul: EDUCS, 2000. 142 p. (Coleção estratégia).
- FEATHERSTONE, Mike. A globalização da complexidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, ano 11, out. 1996.

FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. **Gestão organizacional**: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Pioneira, 1997.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos de (Orgs.). **Meio ambiente, Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Sette Letras: História y Vida, 2002. 196 p. (Pluralia tantum; 2).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 6. ed. Tradução de Laura de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCO, Augusto de. Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável. In: Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, 16 março 1998, Brasília. **Cadernos Comunidade Solidária**, n.6, jun. 1998. Brasília: IPEA, 1998. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentolocal.org.br/imagens/mapeamento/PDL053.doc>>. Acesso em: 3 jan. 2006.

FRANCO, Augusto de. **Os fundamentos do desenvolvimento local**. Carta DLIS 60, de 13 mai. 2004. Disponível em: <http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=cartas_dlis&id=C0_98_12>. Acesso em: 3 jan. 2006.

FRANCO, Augusto de. **O lugar mais desenvolvido do mundo**: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Brasília: AED, 2004. 244 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRIEDMANN, John. **Empowerment**: the politics of alternative development. Cambridge, MA: Blackwell, 1992. 196 p.

GERSHON, David. The empowering organization – developing na organization’s work force potencial, 2004, fonte: http://www.empowermentinstitute.net/files/Emp_Org.html

GOMES, Wilson. A transformação da política. In: _____. **Transformações da política na era da Comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2005. 357-433 p.

GORZ, André. **Misérias do Presente, Riqueza do Possível**. São Paulo: Annablume, 2004. 9-15 p.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (orgs.). **Competitividade e desenvolvimento**: Atores e instituições locais. São Paulo, Editora Senac, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 104p. Original em inglês.

HALL, Stuart. Teorias da Recepção. In: _____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. SOVIK, Liv (Org.). Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/UNESCO, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Considerações sobre o conceito de Cultura. In: FAPERJ e COPPE/UFRJ. **Economia da Cultura**: a força da indústria cultural no rio de janeiro. (pp.25 - 32) Rio de Janeiro: E-papers, 2002. 176 p.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Editora Objetiva, 2001. 2922p.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; HERSCHMANN, Micael. **Comunicação, Cultura e gestão de organizações privadas e públicas na perspectiva do desenvolvimento local sustentável**. In: XXVI CONGRESSO INTERCOM, 2003. Anais eletrônicos. Disponível em: www.intercom.org.br. Acesso em: 05 jan. 2005

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; HERSCHMANN, Micael. Comunicação e novas estratégias organizacionais na era da informação e do conhecimento. **Revista Comunicação & Sociedade**, São Paulo, n.38, p. 27-42, 2002.

JOLLIVET, Pascal. NTIC e trabalho cooperativo reticular: do conhecimento socialmente incorporado à inovação sociotécnica. In : COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Orgs.). **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 192 p. (Espaços do desenvolvimento).

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação e educação**: caminhos cruzados. São Paulo: Edições Loyola: AEC, 1986.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. As organizações no sistema social global In: _____. **Planejamento de relações públicas na Comunicação integrada**. 4.ed. São Paulo: SUMMUS, 2003.

LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. 117 p.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 88 p. (Coleção primeiros passos; 39).

LASTRES, Helena (Coord.) et al. **Interagir para competir**: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. 1. ed. Brasília: SEBRAE: FINEP: CNPq, 2002. 354 p.

LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lucia (Orgs.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. 556 p.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

- LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 181 p.
- LOPES, Rodrigo. **O mundo construído**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 142 p.
- MAFFESOLI, Michel. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. In: **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina: EDIPUCRS, 2002. p. 43-54.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MATOS, Gustavo Gomes de. **Comunicação sem complicação**: Como simplificar a prática da Comunicação nas empresas. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 180 p.
- MCHUGH, Patrick; HANNON, Paul. **Cadeias de produção**: um imperativo. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- MUYLAERT, Roberto. **Marketing cultural & Comunicação dirigida**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2000. 291 p.
- NUNES, Geraldo. **Empresas e processos culturais de interação**. Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/epos/artigos/art_gnunes.htm>. Acesso em 10 out. 2005
- O MUNICÍPIO e o desenvolvimento local sustentável. In: GONÇALVES, Marcos Flávio R. (Coord.). **Manual do Prefeito**. 12. ed. ver., aum. E atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2005. p. 123-200.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. **Espaço Público e Representação Política**. Niterói: EdUFF, 2000. v. um. 161 p.
- PALUMBO, Stefano. Cara Brasileira: a brasilidade nos negócios. Um caminho para o made in Brazil. **NEXT Brasil: instrumentos para a inovação**, Roma, Itália, ano 1, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://nextbrasil.com.br/nb01.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2006
- PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento & gestão compartilhada**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/udl/exp_dlis_gestao.htm>. Acesso em: 3 jan. 2006.
- PIAGET, Ives de La Taille, VYGOTSKY, Maria Kohl de Oliveira, WALLON, Heloísa Dantas. **Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- PINTO, Carla. **Empowerment**: uma prática de serviço social. Lisboa: ISCSP, 1998. p. 247-264. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/empowerment.htm>. Acesso em: 3 jan. 2006.
- REGAZZI, Renato Dias; HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Fatores comunicacionais e culturais como alavancadores da capacidade inovativa e associativa: coleção Tupinambá no cluster de moda praia de Cabo Frio**. In: IV Encontro Nacional dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação. Porto Alegre, 2004. Disponível em:
<<http://www.pos.eco.ufrj.br/paginas/artigos/mherschmann3.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2006.
REDESIST. **Cultura e desenvolvimento**: o APL de Conservatória/RJ. RedeSist / UFRJ.
Pesquisa realizada para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e
Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2005. 59p.

REDESIST-Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>. Acesso em: 3 jan. 2006.

REIS, Antônio Carlos Alkimim dos (Coord.). **Segunda pesquisa de opinião musical e turística de Conservatória**. Rio de Janeiro, 2005.

RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs: The Next Social Revolutio**. Nova Iorque: Ed. Perseus, 2002.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992. (Clássicos do pensamento político; 33). Original em alemão. 151 p.

SILVEIRA, Caio Márcio. **Estratégias de apoio ao desenvolvimento local**. Capital Social - portal da AED: (artigos e notas), jul. 2005. Disponível em:
<http://www.desenvolvimentolocal.org.br/busca/busca.php?letra=s> < Acesso em 10 out. 2006.

SODRÉ, Muniz. **Samba: o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SPINK, Mary Jane Paris. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993. 311 p.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 1998. 368p.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a Cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236 p.

VALLE, Alexandre Del. **Guerras contra a Europa**. Tradução de José Augusto Carvalho. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003. 376 p. Título original: Guerres contre l' Europe.

VETRALE, Silvia (Coord.). **Estudio internacional sobre políticas culturales urbanas**. Montevideo: UNESCO: Observatorio Cultural Montevideo: Montevideo Cultura, 2000. 121 p.

YÚDICE, George. Introdução. A conveniência da Cultura. In: _____. **A Conveniência da Cultura**. Tradução de Marie-Anne Kramer. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 13-64 p.

ZALLO, Ramón. Nuevas políticas para la diversidad: las culturas territoriales en riesgo por la globalización. **Pensar Iberoamérica: revista de Cultura**, n.4, jun/set. 2003. Disponível em:
<http://www.campus-oei.org>. Acesso em: 22 fev. 2006.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2003.

7. ANEXOS

7.1 CARA BRASILEIRA

Transcrito da revista **NEXT BRASIL**

Instrumentos para a inovação

Ano 1, número 1, 2003

ISSN 1679-7922 © S3.Studium Itália, 2003, p 164 - 167

Cara Brasileira

A brasilidade nos negócios. Um caminho para o made in Brazil

Stefano Palumbo

1. PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL: AS POSSIBILIDADES DE VALORIZAÇÃO

Aspectos gerais da Cultura brasileira

Identidade cultural

As dimensões continentais, a mistura de raças, a existência de culturas diversas, a coexistência de populações indígenas ainda em estado primitivo e de pessoas com acesso a padrões de modernidade e Desenvolvimento comparáveis àqueles das sociedades mais avançadas criam no Brasil fortes contrastes que não encontram paralelo no mundo.

A Cultura brasileira é aberta à incorporação de diversas manifestações culturais, sem se sentir ameaçada. Isso minimiza a necessidade de afirmação de expressões culturais excludentes e, por conseguinte, reduz as áreas de atrito. A convivência multicultural e multirracial é, pois, um traço cultural próprio dessa Cultura: a miscigenação – que em outros contextos seria destrutiva –, no caso do Brasil, provou ser benéfica. Além disso, no futuro, a grande especificidade do Brasil consistirá, na verdade, em sua própria “inespecificidade” – em função de sua evidente diversidade cultural.

As condições geográficas, climáticas e históricas continuarão a criar elementos que caracterizam o “espírito brasileiro”, configurado em forte marca cultural.

Solidariedade e índole relacional

O Brasil é uma sociedade mobilizada e mapeada por um sistema cultural no qual as relações sociais são muito importantes. Um tema central da Cultura brasileira é, na verdade, representado pela ética e pela índole relacional, na medida em que as relações englobam os próprios indivíduos, sobrepondo-se a estes em graus de importância.

Tudo aquilo que conduz ao encontro e ao relacionamento nos leva, por extensão, à brasilidade. Essa qualidade pode estar embutida nas diversas manifestações da Cultura: nos alimentos, na música, na fraternidade dos relacionamentos pessoais. A consequência desse fato se traduz em um repúdio das pessoas ao individualismo. Esse elemento configura no Brasil – à diferença daquilo que representa nos Estados Unidos, por exemplo – uma aceitação absolutamente negativa.

Tal característica assume, na atual contingência histórica, um valor ainda maior do que teve no passado. Nas áreas mais modernizadas do mundo, de fato, será cada vez mais sentida a necessidade de solidariedade pessoal, ao passo que o individualismo prevalente levará as pessoas a uma grande solidão e a uma forma de fragilidade individual. O povo brasileiro acolhe bem o estrangeiro, seja ele visitante ou imigrante. As tradições de cordialidade e relacionamento se enraízam e os brasileiros continuarão, no futuro, a se caracterizarem como pessoas capazes de agregar a seus relacionamentos “grande dose de calor humano”. As ações são valorizadas em função dos relacionamentos e a amizade traz consigo verdadeiros axiomas comportamentais: “mulher de amigo meu, para mim, é homem”; “a tudo se resiste, menos ao pedido de um amigo”; “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”.

Como consequência natural do que se disse até aqui, o brasileiro odeia ficar sozinho. Exílio e isolamento são formas de punição e castigo, condições que se evitam a todo custo, em face de sua intrínseca periculosidade e do enorme sofrimento que causam. Com mesma importância, essa característica se dá na esfera de relacionamentos ligados à vida das empresas. Por força da tradição, todas as formas de tratamento acabam se transformando em contato pessoal: é necessário ser “amigo” daquele com quem se faz negócios, ainda que isso, isoladamente, não constitua garantia de cumprimento da palavra empenhada ou do contrato. Assim, muitas decisões são tomadas coletivamente, ou sob forte influência de família ou amigos: em quem votar, o que vestir, que tipo de penteado usar, onde jantar, o que beber.

Sincretismo e religiosidade

Entre os elementos que mais realçam as diferenças entre o Brasil e os demais países quanto à questão dos relacionamentos, estão os aspectos que refletem o sincretismo da Cultura. As características da brasilidade, que nascem do sincretismo, remetem à idéia unitária de Brasil, que projeta nos objetos as imagens do português, do índio e do negro. Essa qualidade sincrética

continuará a caracterizar a amálgama de influências diversas que formam a população brasileira e, por conseguinte, a se refletir na produção artesanal do país. Até mesmo o modo de se relacionar com os sistemas religiosos e com a fé constitui uma característica muito peculiar do Brasil, que se manifesta, sobretudo, por meio da tolerância – uma das grandes virtudes desse país, da cordialidade e da curiosidade.

A religiosidade – múltipla e integrada – representa forte característica nacional. Nesse país, quase todos são católicos, mas, ao mesmo tempo, freqüentam os terreiros de candomblé e de espiritismo, além de outros cultos de gêneros diversos.

Adaptabilidade e abertura ao novo

Devido à colonização e em função da elite política que considera possível modernizar o Brasil de cima para baixo, a nação possui uma enorme experiência em virtudes como a paciência, a inventividade e a capacidade de se mover entre os diversos códigos de comportamento.

Na esfera civil, tanto os produtores quanto os cidadãos comuns são habituados a reinterpretar a legislação, adequando-se a regras e normas – que o governo inventa e impõe à sociedade – e traduzindo códigos e linguagem. Essa forte capacidade de adaptação está estritamente ligada a uma outra importante característica de brasilidade: a de conviver com a tênue linha que separa o sacro do profano, o formal do informal, o público do privado, a emoção da regra. O “jeitinho brasileiro” é propriamente o meio que se encontra para harmonizar contrastes, superando as regras de modo a não caracterizar culpa.

A facilidade de se passar de um campo a outro, de uma qualidade a outra, também tem conseqüências práticas em muitos âmbitos específicos. Aqui, há de se sublinhar, sobretudo, o fato de que o brasileiro coloca-se aberto ao novo e à mudança e, mesmo em seus piores momentos, enfrenta a realidade de forma positiva.

7.2 RELATÓRIO REDESIST

CULTURA E DESENVOLVIMENTO: O APL DE MÚSICA DE CONSERVATÓRIA / RJ

Texto para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Organização Internacional do Trabalho - OIT

Autores: Cristina Lemos, Marcelo Pessoa de Matos, Marcelo Pereira, Paula Schatz, José Eduardo Cassiolato, Helena Lastres, Luiz Carlos Prestes Filho, Sydney Sanches, Julia Zardo
2ª. Versão. Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2005

CAPÍTULO III – CAPACITAÇÃO PRODUTIVA E INOVATIVA (p. 42-47)

III.1 Inovação, tradição e vantagens comparativas

A vertente da economia da inovação concebe a atividade inovativa tendo como fim a introdução de produtos, processos e métodos e formas organizacionais novos ou significativamente melhorados, como um fator essencial para garantir a competitividade sustentada dos agentes econômicos. A análise de processos inovativos em um APL focado em uma atividade artística, portanto cultural, requer um novo olhar para o conceito de inovação e de seus desdobramentos.

Embora a noção de inovação nas atividades artísticas pareça quase que redundante, é preciso avaliar os condicionantes deste processo, compreendendo a arte como um fator essencialmente cultural. Por um lado, a Cultura caracteriza-se como o fator determinante da identidade de regiões, povos e nações (Hollanda, 2002). Por outro lado, concebe-se a Cultura como fruto da livre e incessante manifestação do espírito humano. Destas características intrínsecas à Cultura desdobra-se o que Laraia (2002) caracteriza como o embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras, forças aparentemente contraditórias que se complementam no processo dinâmico de evolução da Cultura. A preservação de características culturais se revela essencial para estabelecer a identidade dos indivíduos no espaço social em que se inserem. Já a inovação reflete a busca dos indivíduos de identificação e adaptação no espaço em transformação e a própria busca de transformá-lo. Tanto a preservação quanto a inovação refletem duas faces do mesmo processo de geração do novo, no qual o antigo é reproduzido, atualizado, modificado ou mesmo negado²¹⁶. Portanto, no

²¹⁶ O Ministro da Cultura, Gilberto Gil, apresenta esta questão da seguinte forma: “O que se sentiu, o que se pensou, o que se expressou, cristaliza-se no tempo, tornando-se peça encaixada no vasto quebra-cabeça da tradição. Que é a forma de o passado ser presente, e permitir a invenção do futuro, seja reproduzindo-se, seja transformando-se, seja atualizando-se, seja gerando sua própria negação. E sua ruptura”. (MinC, 2004)

caso específico de atividades artísticas e deste estudo, sugere-se a ampliação do entendimento daquele processo capaz de gerar um diferencial, compreendendo-o como a geração do novo, mesmo que reproduzindo ou recriando o antigo.

Da noção de competitividade se desdobram as seguintes colocações. A atividade artística, enquanto atividade cultural, transcende uma lógica puramente econômica. O agente que produz/cria um bem artístico não busca necessariamente a sua comercialização. Tampouco o bem artístico está necessariamente inserido em uma lógica de mercado, na qual a sua “permanência” é determinada pela aceitação e demanda de consumidores.

As duas colocações acima se revelam especialmente pertinentes ao se observar a experiência prática de Conservatória, no que se refere ao núcleo de músicos integrantes do Museu da Seresta e Serenata. Estes agentes locais têm desempenhado contínuo esforço no sentido de criar o novo, preservando e reproduzindo fielmente as características tradicionais da música de seresta e da serenata. E este esforço não tem sido motivado por uma lógica econômica, e sim, por vocação e idealismo. Porém, mesmo que não motivado por uma lógica econômica, esse consciente empenho de preservação acaba por gerar um “diferencial competitivo” para Conservatória em relação a outras cidades turísticas. Paralelamente, outros músicos, muitos profissionais, que se apresentam em hotéis/pousadas e bares/restaurantes apresentam algumas características distintas no que se refere aos processos de aprendizagem e desempenham algum esforço de inovação.

As respostas obtidas nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo (tabela III.1) revelam uma significativa valorização da preservação das características tradicionais, tanto no que se refere à música propriamente dita, quanto no que se refere à forma de apresentação/execução dos músicos ou grupos musicais (sendo todos os índices de importância superiores a 0,80).

Tabela III.1 - Importância da preservação e da inovação nos aspectos ligados à música e a realização de inovações

Descrição	Importância atribuída à preservação					Importância atribuída à inovação					Realizou inovações
	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	
Letra, Melodia, Ritmo, Arranjo	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	1,00	62,5%	0,0%	0,0%	37,5%	0,38	25,0%
Instrumentos	12,5%	0,0%	12,5%	75,0%	0,83	62,5%	12,5%	12,5%	12,5%	0,24	12,5%

Na organização do grupo	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	1,00	57,1%	14,3%	14,3%	14,3%	0,27	0,0%
Nas estrat. de Marketing	14,3%	0,0%	14,3%	71,4%	0,80	85,7%	0,0%	14,3%	0,0%	0,09	25,0%
Performance	0,0%	0,0%	12,5%	87,5%	0,95	62,5%	0,0%	12,5%	25,0%	0,33	12,5%
Estrutura e Equipamentos	12,5%	0,0%	0,0%	87,5%	0,88	50,0%	0,0%	25,0%	25,0%	0,40	12,5%

*Índice = $(0 * N^{\circ} \text{ Nulas} + 0,3 * N^{\circ} \text{ Baixas} + 0,6 * N^{\circ} \text{ Médias} + N^{\circ} \text{ Altas}) / (\text{total de músicos})$

Fonte: Pesquisa de campo

Em se tratando dos músicos que se apresentam nos estabelecimentos, estes realizaram inovações, mesmo que escassas, com destaque para inovações nas letras, melodias e estratégias de marketing. Já os músicos pertencentes ao grupo do Museu da Seresta e Serenata são unânimes em atribuir alta importância à preservação e nula importância à inovação para todos os aspectos investigados. Em consonância com esta postura, eles não realizaram nenhum tipo de inovação, se mantendo fieis a um repertório consagrado e às harmonias e arranjos originais e executando as músicas sem o auxílio de equipamentos de amplificação e empregando apenas os instrumentos tradicionais da música de seresta (bandolim, violão, acordeom, cavaco, flauta).

A forte valorização da preservação nas músicas e formas de apresentação, por parte dos integrantes do Museu da Seresta e Serenata, como também dos demais músicos, contribui para uma caracterização específica, que se reverte para um diferencial do município, tornando-o um grande atrativo para turistas que procuram ouvir as canções mais tradicionais, executadas de uma forma tradicional. De forma específica, o que diferencia o distrito é a realização da serenata ao ar livre. Esta vocação dos músicos de Conservatória se reflete no tipo de público que frequenta o local, constituído majoritariamente por adultos e por um expressivo número de pessoas de terceira idade. Este público reencontra e se identifica com as músicas antigas que datam desde a década de 30, e que são desconhecidas para a maioria dos jovens. De acordo com o estudo sobre o perfil do turista de Conservatória (Aranha, Zardo e Prestes Filho, 2003), 23% dos turistas se encontram na faixa etária que varia de 36 a 45 anos, 33,5% têm entre 46 e 59 anos de idade e 15,5% têm mais de 59 anos.

De forma geral, os músicos de Conservatória têm interesses direcionados para o mesmo objetivo: preservar o lugar e manter sua tradição musical. Mesmo que não figure diretamente como objetivo de todos os músicos entrevistados, todos têm a consciência da importância da

música para o distrito como forma de atrair turistas e promover o seu Desenvolvimento econômico.

III.2 Os processos interativos para a aprendizagem

Dada a postura consciente dos músicos de Conservatória, a respeito da importância de fomentar a capacitação musical e preservar e perpetuar as tradicionais características da seresta e da serenata, todos atribuem alta importância às atividades de treinamento e capacitação, mesmo que com ênfase em modalidades diferentes.

De acordo com a avaliação dos músicos entrevistados, as principais modalidades de treinamento e capacitação voltadas para a música são os “cursos livres e oficinas” e “o ensino informal”, sendo o último caracterizado pelos mais diversos modos informais e pessoais de transmissão de conhecimentos musicais. Estas duas modalidades receberam índices de importância respectivamente de 0,81 e 0,80.

Note-se que nenhuma escola do distrito engloba o ensino de música em seu currículo e tampouco está envolvida com a capacitação formal de músicos. Assim a valorização do “ensino básico” por parte dos músicos entrevistados reflete o desejo destes de que a música passe a ser incorporada de forma sistemática ao ensino formal. No que tange aos cursos livres e oficinas, pode-se citar os projetos Conservatória Meu Amor e Música na Escola, através dos quais os moradores de Conservatória buscam manter a tradição e os seus ideais através das gerações, tendo como objetivo eternizar a seresta e a serenata.

As importâncias atribuídas às diferentes modalidades de treinamento e capacitação recebem outros contornos ao se avaliar separadamente os músicos integrantes do grupo do Museu da Seresta e Serenata e os músicos que se apresentam nos hotéis/pousadas e restaurantes de Conservatória. Para o primeiro grupo, o ensino básico, como forma de treinamento e capacitação voltada para a música, é tido como de fundamental importância (1,00), enquanto que o ensino particular e os cursos técnicos e profissionalizantes (0,30; 0,50) figuram como as modalidades de ensino de menor importância. É interessante observar que destes músicos, todos possuem ensino médio completo, sendo que a maioria possui ensino superior incompleto ou completo. Levanta-se a hipótese de a valorização do ensino básico estar associada à escolaridade dos integrantes deste grupo. Por outro lado, a valorização do ensino básico também pode estar relacionada com o ideário presente neste grupo de perpetuar a seresta, atraindo o interesse das novas gerações. Já os músicos que não se incluem no grupo

do museu da serenata não valorizam tanto o ensino básico (0,67) e atribuem uma maior importância ao ensino particular e aos cursos técnicos e profissionalizantes (0,70; 0,82), preocupando-se principalmente em aprimorar suas capacidades de apresentação e utilização dos instrumentos. Por outro lado, estes atribuem a mesma importância aos modos informais de transmissão de conhecimentos (0,80).

Tabela III.2 - Importância das atividades de treinamento e capacitação voltadas para a música

Descrição	Importância atribuída				Índice*
	Nula	Baixa	Média	Alta	
Ensino básico - fundamental e médio	25,0%	0,0%	0,0%	75,0%	0,75
Cursos técnicos e profissionalizantes	12,5%	12,5%	12,5%	62,5%	0,74
Cursos livres e oficinas	0,0%	12,5%	25,0%	62,5%	0,81
Ensino Particular	12,5%	25,0%	25,0%	37,5%	0,60
Ensino Informal	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,80
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,13

*Índice = $(0 \cdot N^{\circ} \text{ Nulas} + 0,3 \cdot N^{\circ} \text{ Baixas} + 0,6 \cdot N^{\circ} \text{ Médias} + N^{\circ} \text{ Altas}) / (N^{\circ} \text{ Empresas no Segmento})$

Fonte: Pesquisa de campo

No que se refere aos processos interativos, estes também são caracterizados majoritariamente por seu aspecto informal, sendo restritos ao âmbito local. A interação entre os músicos se dá de modo informal, através da troca de informações boca-a-boca. Eles destacam a experiência do próprio músico ou grupo durante suas apresentações como a melhor e mais importante fonte de informação para o aprendizado. Também se destacam outras fontes de informação (Tabela III.3): “público/platéia”, “outros músicos e grupos” e “museus e similares”, recebendo respectivamente índices de importância de 0.83, 0,78 e 0,78. No que se refere ao item Museus e similares, destaca-se o papel central do Museu de Seresta e Serenata não só como fonte de informação, mas também como locus onde se dá a troca de informação entre os músicos e demais agentes. Esta troca de informação se dá principalmente de maneira informal na forma de encontros de lazer, nos quais circula e se difunde o conhecimento tácito.

As fontes de informação relevantes para a aprendizagem localizam-se, quase que na sua totalidade, no próprio município de Conservatória. Isso pode ser explicado pelo fato de o

próprio ambiente local, com a presença dos museus, da Casa de Cultura e de bons músicos, além de suas características preservadoras, oferecer uma ampla quantidade e qualidade de informações.

Quando se trata das outras fontes de informação para o aprendizado, os índices de importância foram baixos. Destaca-se a baixa valorização atribuída a escolas de ensino formal e universidades e centros de capacitação profissional enquanto fontes de informação. Por um lado, a baixa importância de universidades e centros de capacitação profissional pode ser atribuída a inexistência de tais instituições de ensino voltadas para a música em âmbito local. Por outro lado, a baixa interação com escolas de ensino formal parece incompreensível, dado o empenho dos músicos locais de perpetuarem a tradição musical através da transmissão de conhecimento para as novas gerações.

Tabela III.3 - Fontes de informação para o aprendizado; importância e localização

Descrição	Importância atribuída					Localização			
	Nula	Baixa	Média	Alta	Índice*	Local	Estado	Brasil	Exterior
Fontes Externas									
Outras músicos, grupos	12,5%	0,0%	25,0%	62,5%	0,78	75,0%	37,5%	37,5%	25,0%
Profissionais da área técnica	25,0%	25,0%	0,0%	50,0%	0,58	25,0%	37,5%	25,0%	25,0%
Fornecedores de equipamentos, Instrumentos	75,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,25	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%
Clientes - Público/plateia	0,0%	25,0%	0,0%	75,0%	0,83	100,0%	12,5%	0,0%	0,0%
Cliente contratante - empresas da estr. turística	50,0%	12,5%	0,0%	37,5%	0,41	37,5%	12,5%	0,0%	0,0%
Instituições de Ensino e Pesquisa									
Escolas de ensino formal e Universidades	75,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,25	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%
Institutos de Pesquisa	75,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,25	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%
Museus e similares, Casa de Cultura	12,5%	0,0%	25,0%	62,5%	0,78	62,5%	12,5%	0,0%	0,0%
Centros de Capacitação profissional	75,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,25	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%
Outras Fontes de Informação									
Publicações especializadas	12,5%	0,0%	37,5%	50,0%	0,73	50,0%	37,5%	25,0%	25,0%
Reuniões, oficinas, workshops, seminários	62,5%	0,0%	12,5%	25,0%	0,33	12,5%	12,5%	0,0%	0,0%
Encontros de Lazer, Clubes, Restaurantes, etc	0,0%	0,0%	37,5%	62,5%	0,85	75,0%	12,5%	0,0%	0,0%
Sindicatos, associações, cooperativas, etc	62,5%	0,0%	25,0%	12,5%	0,28	25,0%	12,5%	0,0%	0,0%
Informações baseadas na internet	37,5%	0,0%	37,5%	25,0%	0,48	12,5%	25,0%	25,0%	12,5%

*Índice = $(0 \cdot N^{\circ} \text{ Nulas} + 0,3 \cdot N^{\circ} \text{ Baixas} + 0,6 \cdot N^{\circ} \text{ Médias} + N^{\circ} \text{ Altas}) / (N^{\circ} \text{ Empresas no Segmento})$

Fonte: Pesquisa de Campo

Apesar de alguns músicos mencionarem a necessidade de um maior acesso a informações, notadamente o acesso a acervos e partituras, o aspecto informal e o campo restrito das interações, tanto no que se refere a diferentes agentes, quanto no que refere a abrangência geográfica, não parece constituir uma limitação relevante para a manutenção das atividades musicais como elas atualmente se apresentam. Ademais, a baixa importância atribuída à troca de informações com organismos de apoio (0,28) pode ser vista como reflexo da falta de governança e de iniciativas coletivas no arranjo.

Os processos de aprendizagem discutidos acima e a análise dos processos de cooperação no item III.4 convergem para caracterizar a dimensão restrita dos processos interativos entre os agentes do arranjo. Até certo ponto, a opção pela preservação de convenções musicais – aquelas que já dominam – pode justificar uma baixa necessidade de aprendizado e o pequeno esforço requerido para a coordenação das atividades.

III.3 Vínculos com o sistema de preservação/inação local

Assim como a preservação no campo cultural e musical é facilitada pelas características locais do distrito de Conservatória, estas também se estabelecem pelo empenho ativo dos seus moradores de promover tal preservação. Trata-se de um círculo virtuoso que tem potencializado e enraizado a Cultura musical no distrito. Esta preocupação dos agentes locais se explicita na importância atribuída pelos entrevistados à tradição do estilo musical no arranjo (0,95), às características culturais, históricas, naturais e arquitetônicas típicas do arranjo (0,78) e à proximidade com casas de Cultura e museus, etc. (0,78), enquanto vantagens específicas de Conservatória.

Um aspecto emblemático do comprometimento local com a música é a presença de plaquetas metálicas de aço inoxidável, afixadas nas fachadas das casas, que eternizam canções de amor cantadas desde a primeira metade do século passado, com indicação do título da obra musical e o nome dos autores (projeto em toda casa uma canção). Acresce-se o fato de muitas construções serem consideradas patrimônio cultural e manterem características tradicionais do estilo colonial. A estrutura destas antigas construções facilita a execução das serestas, já que suas grandes dimensões favorecem a acústica.

Outro aspecto resultante do empenho preservador dos moradores de Conservatória é a presença da Casa de Cultura e a existência dos diferentes museus. A Casa de Cultura, com as

diversas atividades desenvolvidas e com a futura implantação de um Ponto de Cultura, apresenta um grande potencial para dinamizar as diversas manifestações artísticas do distrito, consolidando-o como um pólo cultural da região.

Os museus, obra de puro idealismo de moradores de Conservatória e abrigados em casas particulares, oferecem um acervo riquíssimo sobre a música romântica, especialmente a música de seresta, e seus autores, facilitando a aproximação do público em geral e dos músicos deste tradicional estilo musical. Porém, apesar da importância destes museus para a preservação das tradições da música romântica, o vínculo dos agentes locais com os museus parece limitado. Embora sejam atribuídos altos índices de importância aos museus enquanto fonte de informação para a aprendizagem e enquanto fator diferencial da esfera local, a inexistência de atividades cooperativas com os mesmos sugere que os músicos locais se beneficiem do rico acervo dos museus, sem buscarem contribuir para sua preservação e ampliação e para a melhoria das condições de armazenamento do acervo.

A localização de Conservatória, sua arquitetura e a paixão pela música romântica, que se reproduz na serenata, no artesanato local e em nomes de casas, ruas e estabelecimentos, fazem do distrito um referencial único de preservação da tradicional música popular brasileira. Estas características têm atraído turistas das mais diversas regiões do país e mesmo do exterior, tornando o turismo cultural a principal fonte de receita em Conservatória.

CAPÍTULO IV – PERSPECTIVAS E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO DO ARRANJO (p. 51 – 56)

Este capítulo tem por objetivo apresentar um breve quadro de referência sobre os diferenciais e perspectivas atuais do arranjo produtivo musical de Conservatória. Em seguida visa-se elencar proposições de políticas associadas. Tais proposições são resultado, fundamentalmente, das impressões e opiniões colhidas na pesquisa. Evidentemente, proposições de políticas e ações para um determinado ambiente devem se cobrir de toda cautela, e evitar modelos e manuais de formulação e implementação de políticas baseados em outras experiências e que nem sempre têm aderência ao caso em questão. Outro ponto fundamental refere-se à necessidade de envolver os próprios agentes do arranjo produtivo e seu ambiente. As propostas de política devem, portanto, se orientar pelas necessidades

apontadas pelos atores que vivenciam e dão a dinâmica local e serão quanto mais válidas quanto maior for a participação e o comprometimento destes atores locais na sua formulação e implementação. As proposições incluem ações que contribuam para a sobrevivência e um melhor Desenvolvimento Local, baseado nas características hoje determinantes de sua competitividade: as apresentações musicais públicas da tradicional seresta e serenata como atrativo turístico.

As perspectivas do arranjo são promissoras, quando se observa o crescente apelo que a cidade vem tendo como pólo de turismo. Neste sentido, o APL de Conservatória apresenta condições bastante positivas de manter o círculo virtuoso de crescimento econômico e de Desenvolvimento social que presencia no início dos anos 2000.

Contudo, alguns fatores competem para que este processo tenha continuidade. O primeiro deles se relaciona ao *core* do arranjo, o espetáculo de seresta e serenata. A este respeito, é fundamental a continuidade das atividades do Grupo de Seresteiros do Museu da Seresta e Serenata como fonte de interesse turístico local. A questão principal quanto a isso relaciona-se a em que medida os grupos e as manifestações de seresta e serenata irão se manter vivas no local e de que forma. A renovação e agregação de inovações são necessárias para que haja melhores possibilidades de preservação das condições de atratividade.

Cabe uma reflexão sobre a capacidade de sobrevivência que tem esta estratégia no longo prazo, já que reconhece-se, por um lado, a tendência de este ser um estilo musical que pode estar em processo de extinção, caso não haja renovação e disseminação desta tradição cultural - para dentro e para fora do arranjo -, pois seu consumo, há muito, é pouco significativo no mercado musical brasileiro, concentrando-se em gerações que hoje estão na terceira idade. Por outro lado, observam-se as dificuldades de constituição e continuidade de iniciativas de formação e capacitação de novos talentos para transmitir tais conhecimentos e dar continuidade ao projeto de Conservatória como capital da seresta.

IV.1 Diferenciais e perspectivas

Conservatória se destaca como instância de turismo, apresentando crescimento recente, particularmente na última década, da infra-estrutura de hospedagem e alimentação para atendimento aos turistas. Conforme anteriormente mencionado, a taxa média de ocupação de leitos é elevada. A infra-estrutura hoteleira vem sendo ampliada, registrando-se em 2004 projetos de novos investimentos e ampliação de já existentes para aumento da capacidade de

recepção de turistas. As iniciativas são de empresários privados, sendo parte significativa deles de fora do local, que vislumbram possibilidades de bons negócios no arranjo.

A música tem a centralidade da atração turística, e os pontos culturais, como os museus, possuem esta temática. Estas atrações são complementadas pela arquitetura de traços coloniais e por monumentos de interesse histórico, como o Túnel que Chora, escavado por escravos, e a locomotiva. Mas é por causa da música que todas as atividades culturais puderam se desenvolver e, até hoje, são dela dependentes. Toda a economia local, a produção e o consumo se originam na música. A referência musical torna-se um diferencial competitivo na cidade da serenata, oferecendo ao turista durante a temporada em que permanecem no local, uma atmosfera mágica de canções antigas durante todo o tempo de permanência - nos hotéis, nas ruas, nas fachadas das casas, nos bares, restaurantes e comércio.

Outro diferencial mais recente para atrair os turistas refere-se ao oferecimento, por parte de alguns hotéis, hotéis fazenda e pousadas, dentro de suas acomodações, de apresentações de seresta durante os fins de semana, que se tornam ponto de encontro, integração e estabelecimento de relações entre os grupos. Além disso, apesar da ausência de apoios e de uma relativa desarticulação de iniciativas, é crescente o surgimento de novos eventos musicais para serem desfrutados pelos turistas, que vão além das serestas e serenatas. Estes vêm sendo criados no rastro das oportunidades abertas com o reconhecimento da cidade como pólo musical e turístico, observando-se a incorporação de outros gêneros musicais, atraindo um número cada vez maior de turistas. Destacam-se, por exemplo, a Festa dos Seresteiros, o Festival do Chorinho e a Noite da Valsa. Menciona-se, ainda, a iniciativa do Museu da Seresta e Serenata e do grupo de músicos a ele associado, de criação da “solarata”, evento similar à serenata que ocorre ao meio-dia dos domingos, que possibilita uma nova chance de ouvir a serenata da noite anterior.

Apesar do intenso leque de atrações, não existe um fórum de organização dos eventos na cidade, os quais ocorrem por iniciativas individualizadas ou pontuais e, de forma geral, sem apoio de iniciativas públicas. Da mesma forma, inexistente uma programação oficial e um calendário anual de eventos, apontado pela maioria dos entrevistados na pesquisa como uma necessidade premente.

A ausência de coordenação e planejamento para organização da cidade enquanto arranjo turístico baseado na música, e que tenha a participação dos atores direta e indiretamente envolvidos, evidentemente impede um melhor Desenvolvimento destas atividades, colocando muitas vezes em risco tanto seu sucesso e sua continuidade, como também sua melhor

divulgação para o público. Ações para aperfeiçoar a organização dos eventos e fazer melhorias na infra-estrutura disponível para recepção dos turistas tornam-se cada vez mais necessárias, na medida em que se registra o aumento do número de visitantes ao local.

A percepção dos habitantes do local é de que o planejamento da Conservatória atual não foi iniciativa nem do poder público, nem de empresários. Sobre o poder público, existe unanimidade em reconhecer sua ausência quase que completa no Desenvolvimento Local. O mérito recai fundamentalmente no esforço e dedicação dos irmãos Borges, que tornaram possível o crescimento das atividades econômicas no arranjo.

Argumentou-se, na maioria das entrevistas, que o poder público falhou nas políticas de Desenvolvimento Local. Porém, talvez mais preciso fosse apontar para um quase total esquecimento deste em relação ao arranjo, que vem se desenvolvendo de forma quase independente, por meio de iniciativas, que apesar de muitas vezes desarticuladas em essência e pontuais e individuais, conseguem dar conta da demanda turística existente.

Um relevante exemplo da ausência de ações do poder público refere-se a uma questão aparentemente de resolução banal, o trânsito de veículos motorizados. Conservatória é formada por duas ruas principais, cujo calçamento de pedras tipo pé-de-moleque vem sendo preservado. Não há, atualmente, nenhum tipo de organização do trânsito e veículos durante os finais de semana, quando há o fluxo maior de turistas e ocorrem as manifestações musicais²¹⁷. A entrada na cidade dos veículos que vêm de fora é permitida sem nenhum condicionamento. Durante a apresentação da serenata, que é realizada pelas ruas da cidade e acompanhada por uma procissão de turistas ouvintes, o tráfego continua normalmente e a multidão disputa espaço, palmo a palmo, com veículos estacionados ou em circulação, inclusive ônibus de turismo e caminhões, sendo, muitas vezes, difícil não só o andamento do grupo de seresteiros e dos ouvintes como também a audição da serenata, que é realizada sem auxílio de equipamentos de amplificação. Neste sentido, destacam-se propostas de proibição ou controle do trânsito, seja durante a exibição da serenata, seja durante os finais de semana, como sendo a principal reivindicação de todos os entrevistados, tanto para criar uma atmosfera mais serena e propícia à serenata, como também para preservar as estruturas imobiliárias, que antigas, podem vir a ser abaladas com o tráfego.

Além disso, problemas relacionados à infra-estrutura urbana são variados. O saneamento do distrito é precário, como apontou o vereador local, o que pode ter reflexos de difícil solução

²¹⁷ Como no caso de Paraty, Patrimônio Mundial, onde é proibido a circulação de veículos motorizados.

no médio prazo, com o crescimento do número de estabelecimentos de hotelaria e comércio. A cidade dispõe de um pequeno hospital, com carência de médicos e de ambulância para encaminhar a população local ou turista, em casos de emergência, a outros distritos com recursos médicos. Não existem, também, iniciativas públicas locais para preservar o centro urbano, mantendo-o mais bem conservado e cuidado, com sinalização e manutenção do conjunto arquitetônico. Severas críticas, por exemplo, foram realizadas à reforma da praça da cidade, que perdeu totalmente suas características originais.

Salienta-se, por fim, que o desempenho do arranjo está particularmente ligado à estratégia competitiva de preservação das tradições de seresta e serenata. O Museu da Seresta e Serenata, bem como o grupo de músicos a ele associado são os responsáveis pela principal atração da cidade. Contudo, no período de realização da pesquisa passavam por um processo de transição, com a morte e enfermidade de seus dois líderes, que poderá trazer alterações em sua trajetória.

IV.2 Propostas de políticas

O caso de Conservatória é geralmente considerado como um arranjo produtivo que possui estrutura e organização que, com ausência de políticas explícitas para sua promoção, tem dinamizado a economia local com contribuições significativas para o emprego e renda local. Sugerir políticas de promoção para este caso torna-se tarefa ainda mais delicada. Para que as ações tenham caráter consistente e duradouro, são necessários esforços conjuntos, envolvendo ações públicas e privadas que incluam a participação ativa dos atores locais na formulação e implementação das mesmas. Reiteramos as vantagens da visão do caso dentro da perspectiva sistêmica, assim como da promoção dos atores coletivos. O que se propõe a seguir é justamente sistematizar o que foi expresso nas entrevistas com os atores locais dentro de tais orientações.

Para que seu Desenvolvimento se mantenha no longo prazo, com a consolidação das atividades musicais, culturais e turísticas locais - e das demais atividades econômicas que as reforçam e delas se beneficiam - é importante que se estimule a articulação de elementos que agreguem sentido e valor à lógica do APL de Conservatória. Tal tarefa consiste, fundamentalmente em equacionar formas de garantir e estimular: i) o enraizamento e a transmissão de conhecimento; ii) o fortalecimento de atividades de produção relacionada à

música; iii) fortalecimento da governança local; e iv) melhorias da infra-estrutura urbana e de turismo.

Enraizamento e transmissão de conhecimentos

Uma proposição de política para este APL deve enfatizar antes de tudo e sobretudo o estímulo ao aprendizado da música para seus habitantes, em particular para crianças e jovens. Serão eles que darão continuidade às atividades de seresta e serenata, responsáveis pela dinâmica local. Como apontou a pesquisa, esta vocação se mantém através de mecanismos informais de transmissão de conhecimentos, particularmente originados em relações familiares, de amizade e, particularmente, relacionadas ao grupo de seresteiros do Museu da Seresta e Serenata. Torna-se, portanto, imprescindível o estímulo à intensificação de processos eficazes de aprendizado para a manutenção deste patrimônio cultural.

O aprendizado, sem dúvida, será o vetor que apontará os rumos do Desenvolvimento de Conservatória. Não só pela viabilização da formação dos músicos, mas também pela possibilidade de interação entre o antigo e o novo, a tradição e a inovação, e a troca de conhecimentos, valores e Cultura que realmente o círculo virtuoso desta atividade musical. Isso pode se dar através de: i) transmissão aos jovens da Cultura local de seresta e serenata e seus repertórios; e ii) estímulos para que inovações musicais, novos conhecimentos, elementos, ritmos, estilos e repertórios, possam ser incorporados ao conteúdo, estrutura e organização do espetáculo, tendo como objetivo a renovação para preservação da tradição. A inserção de novos talentos jovens certamente contribuirá para esta renovação.

São necessárias iniciativas para o estímulo a variadas formas de ensino, formais e informais. Seja através da criação de um sistema de ensino que inclua a formação musical formal nos currículos escolares, seja através do fomento e apoio a cursos e oficinas, como os que vêm sendo ministrados, por iniciativas individuais e o estímulo ao ensino extra-curricular relacionado ao aprendizado de canto, repertório clássico, instrumentos e sua fabricação, entre outros. A criação, por exemplo, de escolas e oficinas de música com programação de cursos de curta, média e longa duração pode, inclusive, atrair interesses e apoios de fora do arranjo. Articulações da sociedade e dos fóruns representativos existentes com a prefeitura de Valença e o governo do estado e com instituições de ensino devem ser priorizadas. Esforços realizados anteriormente para a inclusão de aprendizado curricular e extra-curricular não devem ser esquecidos, tanto aqueles relacionados à adoção do ensino da música nas escolas públicas,

como os projetos de formação musical infantil Seresteiros do Amanhã, Música na Escola e Conservatória Meu Amor, tendo em vista a relevância de serem fortalecidos e articulados e, se for o caso, retomados.

Cabe, ainda, conforme destacam Prestes Filho et al. (2004), se pensar a inserção de atividades de ensino ligadas ao exercício da música que apresentem demanda atual e potencial no arranjo, como por exemplo, técnicos em instrumentos, som, iluminação, gravação e produção cultural. E procurar garantir o acesso de profissionais e alunos, de qualquer faixa etária ou classe de renda, a instrumentos de todo tipo para elevar a qualidade geral da criação musical.

Fortalecimento das atividades musicais

É relevante a adoção de medidas que promovam o adensamento do arranjo, salientando-se, particularmente, o fomento a produção independente de produtos musicais locais, com a criação de estúdios de gravação que propiciem aos músicos meios de gravarem e comercializarem suas obras no mercado local que se estrutura com o turismo. O Projeto Casa do Compositor aprovado como Ponto de Cultura, no âmbito do MinC, que prevê o investimento em um estúdio piloto e formação de técnicos, pode ser o ponto de partida desta ação.

A radiodifusão e mídia impressa, elos fundamentais da economia da música, podem atender as necessidades do projeto de renovação da tradição da serenata. Por outro lado, a indústria de instrumentos musicais e a de equipamentos eletrônicos, através de seus representantes, pode colaborar para modernizar a infra-estrutura disponível para gravação e realização de eventos (Prestes Filho et al., 2004).

Fortalecimento da governança local

A cidade, se possui uma rede invisível de cooperação e solidariedade, apresenta, por outro lado, uma ausência de lideranças formais e coordenação mais sistemática. De fato, sua organização, enquanto APL de atividades musicais, funciona particularmente por iniciativa de lideranças individuais, fortemente marcadas. Deve-se discutir sobre a possibilidade de maior articulação e integração das ações, item apontado por vários entrevistados, como forma de trazer melhores resultados para o arranjo e a população como um todo.

A mobilização de governança para coordenação e planejamento das atividades musicais e turísticas de Conservatória, a criação de um ambiente coeso e de cooperação entre os atores locais, e o estabelecimento de discussão e definição dos problemas e soluções, envolvem as mais variadas ordens e agentes: educação, saúde, urbanismo, turismo, trânsito, investimentos empresariais, dinâmica urbana, patrimônio histórico e cultural, artistas e músicos, dentre outros.

É muito importante que se fortaleçam os elos e interações existentes no arranjo entre os diversos atores visando mobilizar a atuação conjunta para promover sua sobrevivência e fortalecimento. Considera-se também que as estratégias traçadas para seu Desenvolvimento terão maiores chances de sucesso se incorporarem a participação dos grupos de músicos, particularmente do grupo do Museu da Seresta e Serenata, responsáveis pelo principal atrativo local.

A constituição e fortalecimento de fóruns representativos de coordenação, capazes de ordenar as necessidades e de conduzir a soluções conjuntas pode ser um primeiro passo. Fóruns participativos, como o Condecon, ainda recente e pouco atuante, poderiam ser estimulados e fortalecidos pela sociedade para encaminhamento das questões de infra-estrutura urbana e turística e busca de soluções coletivas relacionadas à cidade.

Um exemplo de reivindicação apontada por todos os entrevistados como necessária, é o planejamento e organização dos agentes e da elaboração sistemática de programação e divulgação de eventos em um calendário anual da cidade. Este tipo de iniciativa teria importantes efeitos para a divulgação planejada de Conservatória como circuito musical turístico. Interessante seria coordenar tal programação de eventos com outros relacionados a datas da tradição histórico-religiosa-cultural e rural.

Infra-estrutura urbana e turística

As principais reivindicações registradas na pesquisa dizem respeito às questões relacionadas à infra-estrutura e organização geral da cidade, a problemas de saneamento, meio ambiente, saúde, etc. Do ponto de vista dos entrevistados, a mais urgente refere-se ao tráfego de veículos na cidade, o qual deve ser objeto de planejamento. Existe necessidade de estabelecimento de regras de funcionamento para os finais de semana, quando há o afluxo de turistas e, principalmente, durante o espetáculo da serenata, visando favorecer a sua audição e a circulação dos músicos e do público e respeitar o espetáculo. Este ponto, de fácil solução, é

crucial para garantir a manutenção do espetáculo de seresta e serenata como ponto alto da visita à Conservatória. Lembre-se que tal medida pode beneficiar também as ruas e o casario histórico, no que se refere à preservação de seus alicerces, estrutura e características coloniais.

Conservatória é enquadrada na Lei de Preservação do Patrimônio, mas são necessárias outras iniciativas para o encaminhamento de solicitação de tombamento do patrimônio cultural e histórico da cidade, não só no âmbito do Inepac, Instituto do Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, mas também do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de âmbito federal. A preservação do conjunto arquitetônico e seu tombamento podem, ainda, contribuir como atrativo turístico. É oportuno que a estratégia de Desenvolvimento do APL seja pautada na associação do mesmo por suas características históricas preservadas na arquitetura colonial e na tradição da seresta e serenata.

Programas e políticas do governo federal também podem ser aplicados no arranjo. Um exemplo já em curso é o Programa do Ministério da Cultura (MinC) para a implantação de Pontos da Cultura. Para maior visibilidade e valorização da imagem da cidade, outra iniciativa poderia ser a estruturação de proposta para inclusão da seresta e serenata de Conservatória na categoria de “patrimônio cultural imaterial” relevante para a formação cultural brasileira deste mesmo Ministério.

A rede de empreendimentos e infra-estrutura turística pode também ser aperfeiçoada. Estão em curso investimentos para ampliação da capacidade de atendimento dos turistas na rede de hotelaria. Contudo, alguns entrevistados apontam o amadorismo destes empreendimentos e a necessidade de profissionalização e melhoria da infra-estrutura e dos serviços (acesso a informações turísticas, inclusive via internet, rede de agências de viagem atuante, pacotes turísticos, transportes, padrões de qualidade na rede hoteleira e de alimentação, etc.) explorando os nichos deficientes e criando novas oportunidades. Lembre-se que o perfil local é o de turista com alto poder aquisitivo, que tende a retornar a pontos turísticos que ofereçam conforto e organização. Importante é que o empresariado que está instalado ou se instalando no APL se articule para prover serviços com qualidade e valor agregado, provendo e fortalecendo um diferencial turístico que se alie às atrações culturais. E, ainda, deve-se pensar na disponibilização de cursos de capacitação e treinamento em serviços turísticos, relacionados com agências de viagens, transporte, hotelaria e gastronomia, entre outros.